



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

RAUL DE AZEVEDO CARVALHO

A ANÁLISE DE ASSUNTO NO CONTEXTO MUSEOLÓGICO:
aplicação do protocolo verbal individual nos museus da UFPA e MPEG

**BELÉM – PA
2022**

RAUL DE AZEVEDO CARVALHO

A ANÁLISE DE ASSUNTO NO CONTEXTO MUSEOLÓGICO:
aplicação do protocolo verbal individual nos museus da UFPA e MPEG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Área de Concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Franciele Marques Redigolo

Bolsista no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Bolsa CAPES-EDITAL 2021.

Integrante do Grupo de Pesquisa Organização e Representação de Arquivos e Bibliotecas (GP-ORAB) - CNPq.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C331a Carvalho, Raul de Azevedo.
A análise de assunto no contexto museológico : aplicação do protocolo verbal individual em museus da UFPA e no MPEG / Raul de Azevedo Carvalho. — 2022.
134 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Franciele Marques Redigolo
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belém, 2022.

1. Análise de Assunto. 2. Documentação Museológica. 3. Protocolo Verbal Individual. 4. Universidade Federal do Pará. 5. Museu Paraense Emílio Goeldi. I. Título.

CDD 029.5

RAUL DE AZEVEDO CARVALHO

A ANÁLISE DE ASSUNTO NO CONTEXTO MUSEOLÓGICO: aplicação do protocolo verbal individual em museus da UFPA e no MPEG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento.

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Franciele Marques Redigolo (Orientadora)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profª. Drª. Alegria Celia Benchimol
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profª. Drª. Mariângela Spotti Lopes Fujita
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Local: Plataforma *Google Meet*

Data: 24 de fevereiro de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe por sempre ter me incentivado e apoiado em tudo que faço e por sempre ter me proporcionado, da forma que pôde, uma educação de qualidade.

Agradeço às minhas companheiras de vida, de profissão, e duas grandes aliadas, às quais devo muito, Larisse de Fátima Farias da Rosa e Taynara Soares do Nascimento Sales. Aos meus amigos Irwing Diego Gomes e Sidney Pery da Silva Costa Filho por me suportarem nesses últimos meses, me escutarem e me incentivarem a continuar seguindo. Um agradecimento especial para Paulo Victor Neri Cardeal, por ser essa pessoa incrível, por ser meu companheiro, por ter me apoiado durante todo esse processo e por acreditar em mim, mais que eu mesmo.

Agradeço aos meus colegas de turma de 2020 do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, em especial a Luciana di Paula Andrade da Fonseca, pela parceria e pela amizade, e Maika Rodrigues Amorim por todo apoio durante toda essa vivência acadêmica.

Também não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Franciele Marques Redigolo, pela confiança, pela orientação, incentivo e paciência comigo.

À Prof^a. Dr^a. Alegria Benchimol pela valiosa colaboração com o contato com os profissionais do MPEG para a coleta com o protocolo verbal, que foi determinante para realização dessa pesquisa.

Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa e ao grupo de pesquisa: Organização e Representação em Arquivos e Bibliotecas (ORAB), especialmente à Suelene Santana Assunção. Aos profissionais de museus que contribuíram para essa pesquisa.

E a todos que contribuíram de alguma forma com essa pesquisa, meu muito obrigado.

RESUMO

Discorre sobre a análise de assunto como forma de representar a essência de um documento tornando possível a sua recuperação dentro de um sistema, consistindo na primeira e mais importante etapa do processo de Indexação. Observa-se, no entanto, uma carência de metodologias na literatura da área da Museologia para a prática da análise de assunto no contexto dos museus, aspecto que influi na recuperação adequada da informação nesses espaços. Essa problemática impulsionou esta pesquisa, cujo objetivo é mapear como ocorre os processos de análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos, visando aperfeiçoar as estratégias de disseminação e recuperação da informação nos museus. Como objetivos específicos possui: a) Realizar estudo teórico sobre a representação da informação nos museus; b) Realizar estudo teórico sobre a análise de assunto na indexação e verificar quais os subsídios para indexação nos museus; c) Identificar se o processo de análise de assunto na indexação ocorre na prática da catalogação dos objetos museológicos, por meio da aplicação do Protocolo Verbal Individual. Para atingir esses objetivos emprega uma pesquisa de cunho exploratório com análise qualitativa dos dados coletados com uso da técnica do Protocolo Verbal Individual aplicado em nove profissionais de duas instituições que possuem grande atuação no contexto amazônico, a Universidade Federal do Pará e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Como resultado, foi possível identificar que o profissional de museu desconhece o processo de análise de assunto, o que acarreta em inconsistências na recuperação da informação pelo usuário. Nesse contexto, apresentam-se sugestões para um modelo de leitura documentária para auxiliar os profissionais no processo de análise de assunto no contexto museológico. Conclui que a análise de assunto, enquanto primeira etapa para a indexação, precisa ser bem delineada mediante a elaboração de normas e diretrizes que precisam considerar as necessidades de informação da comunidade de usuários que utilizam a instituição museológica.

Palavras-chave: Análise de Assunto. Documentação Museológica. Protocolo Verbal Individual. Universidade Federal do Pará. Museu Paraense Emílio Goeldi. Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

Discusses subject analysis as a way of representing the essence of a document, making it possible to recover it within a system, consisting of the first and most important stage of the Indexing process. However, there is a lack of methodologies in the literature in the field of Museology for the practice of subject analysis in the context of museums, an aspect that influences the adequate retrieval of information in these spaces. This problem drove this research, whose objective is to map how the processes of subject analysis occur in the cataloging of museological objects, aiming to improve the strategies of dissemination and retrieval of information in museums. As specific objectives it has: a) To carry out a theoretical study on the representation of information in museums; b) Conduct a theoretical study on subject analysis in indexing and verify the subsidies for indexing in museums; c) Identify whether the process of subject analysis in indexing occurs in the practice of cataloging museological objects, through the application of the Individual Verbal Protocol. To achieve these objectives, it employs an exploratory research with qualitative analysis of the data collected using the technique of Individual Verbal Protocol applied to nine professionals from two institutions that have great performance in the Amazon context, the Federal University of Pará and the Museu Paraense Emílio Goeldi. . As a result, it was possible to identify that the museum professional is unaware of the subject analysis process, which leads to inconsistencies in the user's information retrieval. In this context, suggestions are made for a model of documentary reading to help professionals in the process of analyzing the subject in the museological context. It concludes that subject analysis, as the first step towards indexing, needs to be well designed through the elaboration of norms and guidelines that need to consider the information needs of the user community that use the museum institution.

Keywords: Subject Analysis. Museum Documentation. Individual Verbal Protocol. Federal University of Pará. Museu Paraense Emílio Goeldi. Knowledge Organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Relação entre os objetivos e os capítulos desta pesquisa.....	14
Figura 1 -	Fases do Processo Documental.....	19
Figura 2 -	Representação da Informação nos Museus.....	20
Figura 3 -	O Processo de Musealização.....	25
Quadro 2 -	Propriedades Informacionais dos objetos museológicos.....	26
Quadro 3 -	Processo de Documentação Museológica.....	29
Quadro 4 -	Semelhanças entre Documentação Museológica e os Sistemas de Recuperação da Informação.....	30
Quadro 5 -	Estágios do processo de indexação.....	39
Quadro 6 -	Concepções sobre a análise de assunto na ficha de catalogação museológica.....	43
Quadro 7 -	Concepções sobre a tradução para linguagem documentária na ficha de catalogação museológica.....	44
Figura 4 -	Processo de Documentação Museológica.....	45
Quadro 8 -	Estrutura metodológica da pesquisa.....	47
Quadro 9 -	Dissertações e Teses recuperadas na BDTD.....	49
Quadro 10 -	Autoria, título, vínculo institucional e ano das dissertações recuperadas na BDTD.....	49
Quadro 11 -	Artigos recuperados nas bases de dados BRAPCI, Web of Science e Scielo.....	49
Quadro 12 -	Autoria, título, periódico e ano de publicação dos artigos recuperados.....	50
Quadro 13 -	Objetos museológicos utilizados para a coleta de dados.....	56
Quadro 14 -	Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	56
Quadro 15 -	Síntese das categorias para a análise das transcrições do protocolo verbal.....	59
Quadro 16 -	Eixos, objetivo e categorias para análise.....	60
Quadro 17 -	Quadro geral com a síntese dos resultados por categoria de análise.....	78
Quadro 18 -	Elementos da análise de assunto comuns aos profissionais investigados.....	80
Quadro 19 -	Comparativo da análise de assunto na catalogação nos museus da UFPÁ e no MPEG.....	81
Quadro 20 -	Análise de assunto segundo cada tipologia do objeto museológico.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COBO	Coordenação de Botânica
COCH	Coordenação de Ciências Humanas
COCTE	Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia
COZOO	Coordenação de Zoologia
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
LD	Linguagem Documentária
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NBR	Norma Brasileira
PVI	Protocolo Verbal Individual
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS MUSEUS.....	17
2.1 Objeto como documento e a Documentação Museológica.....	22
2.2 Uso de Linguagens Documentárias nos museus.....	32
3 ANÁLISE DE ASSUNTO E INDEXAÇÃO NA CATALOGAÇÃO NOS MUSEUS.....	37
3.1 A análise de assunto na indexação.....	37
3.2 Subsídios para indexação nos museus.....	42
4 METODOLOGIA.....	47
4.1 Pesquisa bibliográfica.....	48
4.2 Definições para o estudo de caso.....	51
4.2.1 Universo de pesquisa: UFPA e MPEG.....	52
4.2.2 Protocolo Verbal Individual em museus: elaboração do instrumento.....	53
4.2.2.1 Procedimentos anteriores à coleta.....	55
4.2.2.2 Procedimentos durante a coleta de dados.....	57
4.2.2.3 Procedimentos posteriores à coleta de dados.....	58
4.3 Categorias e eixos para análise dos dados coletados com o PVI.....	59
4.4 Forma de análise dos dados.....	60
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62
5.1 Resultados do Protocolo Verbal Individual.....	62
5.2 Discussão geral dos resultados das categorias de análise.....	78
5.3 Discussão dos resultados da análise de assunto nos diferentes objetos museológicos utilizados no PVI.....	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
6.1 Considerações sobre os fundamentos teórico-metodológicos da representação da informação nos museus.....	85
6.2 Considerações sobre os fundamentos teórico-metodológicos da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos.....	86
6.3 Considerações sobre a aplicação do PVI na análise de assunto de objetos museológicos.....	87
6.4 Considerações finais sobre a análise de assunto no contexto Museológico.....	88
6.4.1 Considerações sobre a análise de assunto específica de cada objeto museológico.....	89
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES.....	102
APÊNDICE A - Transcrição do PVI do Museu da UFPA.....	102
APÊNDICE B - Transcrição do PVI Museu de Anatomia da UFPA.....	106
APÊNDICE C - Transcrição do PVI do Museu de Geociências da UFPA.....	107
APÊNDICE D - Transcrição do PVI do Museu de Zoologia da UFPA.....	110
APÊNDICE E - Transcrição do PVI do MPEG/COCTE: Coleção Paleontológica.....	112
APÊNDICE F - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção Ictiológica.....	115
APÊNDICE G - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção Herpetológica.....	119
APÊNDICE H - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção de Aracnídeos.....	123
APÊNDICE I - Transcrição do PVI do MPEG/COCH: Coleção de Línguas Indígenas... ..	130
ANEXOS.....	133
ANEXO A - Instruções aos sujeitos sobre a técnica do “pensar alto” ou protocolo verbal adaptadas de Nardi (1993).....	133
ANEXO B - Notações específicas para transcrições: adaptadas de Cavalcanti (1989).....	134

1 INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento é uma disciplina científica aplicada que se preocupa em abarcar subsídios teóricos e metodológicos que compreendem as atividades e operações do tratamento da informação, tanto para o tratamento descritivo do suporte material quanto para o tratamento temático do seu conteúdo informacional, sendo fundamental para melhor organizar e representar a informação (HJORLAND, 2018). Nesse sentido, entende-se os museus como instituições intimamente ligadas à Organização do Conhecimento, pois os objetos museológicos são veículos de informações e, como tais, têm o potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, caracterizando o espaço do museu não apenas como um local para guarda de objetos, mas também como uma “estrutura organizacional de referência” (MENSCH, 1994, p. 15).

A principal forma de garantir que o conteúdo informacional do objeto museológico esteja assegurado é mediante a Documentação Museológica, que consiste em um conjunto de técnicas de coleta, trabalho e preservação da informação, e também disciplina da área museológica (ARAÚJO, 2014), e também uma ferramenta para organizar e representar as informações contidas nos objetos. Segundo Monteiro (2010, p. 30), este processo consiste em “um conjunto de pressupostos teóricos e procedimentos técnicos, visa à identificação, organização e contextualização das informações relativas aos objetos museológicos de acordo com as suas especificidades”, fazendo parte de um processo maior chamado de Musealização, que permite selecionar e inserir o objeto no universo museal, transformando-o em documento (CURY, 2008; MENDONÇA, 2016).

Dessa forma, a Documentação Museológica pode ser compreendida, segundo autores como Camargo-Moro (1986), Ferrez (1994), Cerávolo e Tálamo (2000), Padilha (2014), Reis *et al.* (2019), como a principal forma de organização, representação e disseminação das informações para a geração de conhecimento dentro de um museu, tendo um papel social, educativo e científico, identificado através dos produtos desse processo (catálogos e exposições), possuindo, portanto, uma estreita ligação teórico-metodológica no âmbito da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação, uma vez que também trata sobre o tratamento da informação.

Assim, ao inserir o objeto museológico em coleções de um museu é preciso também pensar em como o seu conteúdo informacional será acessado pelos usuários, buscando uma visão interdisciplinar dos seus problemas informacionais. Entende-se que o processo de Documentação Museológica objetiva atuar como um instrumento para definir os estágios que

serão utilizados para representação da informação no espaço museológico e, conseqüentemente, a recuperação dessa informação pelo usuário.

Sendo assim, esta pesquisa trata sobre a reflexão e discussão sobre a forma de representação da informação durante o processo de Documentação Museológica, que possui semelhanças com a análise de assunto na indexação, especificamente no que tange a catalogação dos objetos museológicos.

Entende-se que a análise de assunto é a primeira etapa da indexação de um documento que, enquanto operação intelectual, consiste em examinar o documento e dele extrair os assuntos para busca e recuperação do documento original (FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004). É por meio da análise de assunto que é possível representar e organizar por áreas específicas os documentos, por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como tesouros, índices alfabéticos e cabeçalhos de assunto (CINTRA *et al.*, 2002; KOBASHI, 2007; HJORLAND, 2018), possibilitando a sua recuperação nos catálogos gerados pela instituição, tornando-os acessíveis aos usuários.

No âmbito dos museus, percebe-se que aspectos deste processo estão presentes dentro do processo de Documentação Museológica, especificamente durante a etapa da catalogação do objeto museológico – objeto de discussão deste estudo – como um instrumento de representação da informação nos museus e possui um relevante papel de aproximar o usuário do objeto museológico.

Podemos afirmar que os princípios fundamentais dos museus: preservação, pesquisa e comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013) se relacionam ativamente a este processo, pois sem este não seria possível o desenvolvimento de atividades que contribuem na potencialização do seu papel no âmbito social, cultural, educacional, científico e de salvaguarda, envolvendo diferentes formas e níveis de representação do conhecimento. Ou seja, é por meio da documentação que se estabelecem os “caminhos para a utilização do acervo, seja por meio de exposições, publicações, ações educativas, atividades administrativas, interoperabilidade institucional ou de apoio para pesquisas internas e externas ao museu” (PADILHA, 2014, p. 38-39).

Portanto, a representação de objetos museológicos em fichas de catalogação é uma etapa importante para a preservação e disseminação da informação no ambiente museológico, se assemelhando ao processo de indexação que ocorre na catalogação de assunto (leitura documentária, identificação e seleção de conceitos) realizado em bibliotecas universitárias. No entanto, ainda existem poucos estudos com intuito de investigar e reconhecer o processo

de análise de assunto na Documentação Museológica e, conseqüentemente, sobre a indexação nos museus.

Visualizando a contextualização acima, o **problema de pesquisa** se constitui em reconhecer aspectos do processo da análise de assunto na Documentação Museológica, especificamente na sua etapa de catalogação. Para isso, definiu-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais os procedimentos que norteiam a atividade de análise de assunto e que podem contribuir para a representação da informação no contexto museológico?

À vista disso, esta pesquisa buscou trabalhar especificamente com as fichas de catalogação nos museus, por essas serem um instrumento que “contêm informações extensivas sobre cada objeto da coleção do museu” (COSTA, 2006, p. 42) sendo essa uma forma de se manter a informação preservada para o futuro (CARVALHO; MELO; LINHARES, 2015).

Ao voltar o olhar para esta temática, esta pesquisa se insere no contexto da Organização do Conhecimento e objetiva contribuir no aperfeiçoamento dos processos informacionais dentro das instituições museológicas brasileiras em seus meios de disseminação, buscando ampliar o escopo de seu campo de atuação, no que diz respeito à informação e documentação. Portanto, se faz necessário promover uma maior reflexão e debate sobre o tema objetivando amadurecer a discussão no ambiente museológico. Acredita-se que reconhecer o processo de análise de assunto na prática museológica, focando nos princípios da Organização do Conhecimento, contribui para uma compreensão mais aprofundada sobre a construção da documentação no contexto dos museus.

Dito isto, o **objetivo geral** desta pesquisa é mapear como ocorre os processos de análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos, visando aperfeiçoar as estratégias de disseminação e recuperação da informação nos museus.

Para atingir este objetivo geral buscou-se atingir três **objetivos específicos**, são eles:

- a) Realizar estudo teórico sobre a representação da informação nos museus;
- b) Realizar estudo teórico sobre a análise de assunto na indexação e verificar quais os subsídios para indexação nos museus;
- c) Identificar se o processo de análise de assunto na indexação ocorre na prática da catalogação dos objetos museológicos, por meio da aplicação do Protocolo Verbal Individual (PVI).

A investigação proposta se justifica, pois busca uma visão interdisciplinar dos processos informacionais dos museus, sendo importante estabelecer critérios que auxiliem o profissional na representação da informação de um objeto museológico, contribuindo para o

desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas dentro destas instituições, sendo, portanto, importante para a área de Organização do Conhecimento reconhecer a análise de assunto na prática museológica e apresentar subsídios para um processo de indexação nos museus, visando uma melhor representação e recuperação da informação no contexto museológico.

Os **procedimentos metodológicos** propostos para atingir os objetivos deste trabalho consistem em um estudo de caso de cunho exploratório, visando proporcionar mais informações sobre o assunto pesquisado, explicando os fenômenos observados, contando com levantamento bibliográfico, sobre a temática da análise de assunto e da Documentação Museológica e como essas duas se relacionam; e estudo de caso através da coleta introspectiva de dados em instituições de caráter museológico.

Como instrumento foi escolhido o Protocolo Verbal Individual (PVI), que foi aplicado com profissionais de quatro museus na Universidade Federal do Pará (UFPA), a saber: Museu da UFPA, Museu de Anatomia da UFPA, Museu de Geociências da UFPA e Museu de Zoologia da UFPA; e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em três reservas técnicas das coordenações de: Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia (COCTE), Coordenação de Zoologia (COZOO) e Coordenação de Ciências Humanas (COCH), onde foi possível observar as ações dos profissionais ao realizar a catalogação de objetos museológicos, com o objetivo de reconhecer o processo de análise de assunto durante a prática profissional.

Cabe destacar que cada espaço abordado na pesquisa abrange um tipo de coleção diferente, com diferentes tipologias de objeto, que, ao serem identificados e contextualizados, expressam um determinado fato histórico, científico, social e cultural. A partir do levantamento dessas informações foi realizada a análise desses dados.

Assim, o quadro 1 apresenta a estrutura do trabalho, a sequência lógica dos procedimentos realizados, problema, objetivo geral e os objetivos específicos, os quais foram entrelaçados com os capítulos elencados, onde é possível observar onde cada momento da pesquisa está se desenvolvendo dentro do estudo.

Quadro 1 - Relação entre os objetivos e os capítulos desta pesquisa

Problema: Quais os procedimentos que norteiam a atividade de análise de assunto e que podem contribuir para a representação da informação no contexto museológico?	
Objetivo Geral: Mapear como ocorre os processos de análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos, visando aperfeiçoar as estratégias de disseminação e recuperação da informação nos museus.	
Capítulos	Objetivo Específico
Capítulo 2 - A representação da informação em museus	Objetivo específico 1: Realizar estudo teórico sobre a representação da informação nos museus.
Capítulo 3 - Análise de assunto e indexação na catalogação nos museus	Objetivo específico 2: Realizar estudo teórico sobre a análise de assunto na indexação e verificar quais os subsídios para indexação nos museus.

Capítulo 4 - Metodologia	Objetivo específico 3: Identificar se o processo de análise de assunto na indexação ocorre na prática da catalogação dos objetos museológicos, por meio da aplicação do Protocolo Verbal Individual (PVI).
Capítulo 5 - Análise e Discussão dos Resultados	Objetivos específicos 1, 2 e 3
Capítulo 6 - Considerações finais	Objetivos específicos 1, 2 e 3

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em resumo, o primeiro objetivo específico foi tratado no capítulo 2; o segundo, foi desenvolvido no capítulo 3; o terceiro, foi abordado no capítulo 4; e os três objetivos foram contemplados nos capítulos 5 e 6, respectivamente, pela análise e discussão dos resultados e pelas considerações finais da pesquisa, em consonância com o objetivo geral estabelecido.

Quanto à estrutura, de acordo com a proposta inicial, esta pesquisa está organizada em seis capítulos teóricos e metodológicos integrantes desta dissertação:

O **Capítulo 1** corresponde à “Introdução”, a qual apresenta os pontos essenciais, como a contextualização do tema e do problema, os objetivos geral e específicos e a justificativa, além de breve fundamentação teórica sobre a temática da pesquisa.

No **Capítulo 2**, sob o título “A Representação da Informação em Museus”, é exposta a fundamentação teórica, resultado do levantamento da literatura publicada sobre a representação da informação dos objetos nos museus, debruçando-se sobre questões como: o objeto como documento, musealização e Documentação Museológica, e os instrumentos de controle terminológico nos museus.

No **Capítulo 3**, sob o título “Análise de Assunto e Indexação na Catalogação nos Museus”, é realizada uma caracterização do que é a análise de assunto, onde se discutem as premissas e fundamentos para indexação, no qual identificam-se aspectos da análise de assunto presentes no processo de catalogação de objetos nos museus e os subsídios para indexação em museus.

No **Capítulo 4**, sob o título “Metodologia”, são apresentados os procedimentos metodológicos, constando o tipo de pesquisa, o tipo de análise e os métodos utilizados. Incluíram-se nessa seção todos os passos necessários para a coleta introspectiva de dados, o universo de pesquisa e sua caracterização e o método para análise dos resultados.

No **Capítulo 5**, sob o título “Análise e Discussão dos Resultados”, são demonstradas e analisadas a coleta e a transcrição dos dados, respectivamente, a partir das observações dos profissionais de museus, provenientes da técnica de coleta de dados empregada, isto é, dos protocolos verbais individuais. Também é realizada uma síntese geral dos resultados obtidos.

O **Capítulo 6**, sob o título “Considerações Finais”, corresponde às considerações finais tendo em vista os aspectos abordados na pesquisa, os objetivos propostos e os resultados obtidos.

Em seguida apresentam-se as referências utilizadas para a construção do embasamento teórico da pesquisa. E por último os apêndices, que contêm as nove transcrições dos Protocolos Verbais Individuais (APÊNDICES A, B, C, D, E, F, G, H e I) aplicados com os sujeitos para observação da análise de assunto no contexto museológico e os anexos que serviram como parte da metodologia desta pesquisa (ANEXO A e B).

Espera-se que este estudo possibilite reconhecer e aprimorar as estratégias de organização e acesso à informação dos objetos museológicos, cujos resultados serão refletidos na melhoria do atendimento às demandas dos usuários das instituições museológicas.

2 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS MUSEUS

Este capítulo tem como objetivo discutir aspectos teórico-metodológicos da representação da informação em museus mediante o processo de Documentação Museológica e sua relação com a Organização do Conhecimento, pois entende-se que estas áreas possuem um caráter interdisciplinar que se aproximam no alicerce teórico da Ciência da Informação.

Durante muito tempo os museus eram apenas “depósitos” de materiais produzidos pelo homem ou coletados da natureza, possuindo a característica de acúmulo desses materiais como forma de curiosidade. Na atualidade, entretanto, Paes (2004, p. 16), afirma que o espaço museológico também “[...] é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural”, perdendo seu caráter de acúmulo de artefatos exóticos, e adquirindo valor científico, contribuindo para a formação do homem moderno. Segundo o *International Council of Museums* (ICOM) o museu é uma instituição que “[...] têm o dever de adquirir, preservar e promover suas coleções como uma contribuição para salvaguardar o patrimônio natural, cultural e científico” (2017, p. 8, tradução nossa), sendo portanto:

[...] uma instituição permanente sem fins lucrativos ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o tangível e patrimônio imaterial da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e lazer (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2017, p. 48, tradução nossa).

No Brasil, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto Brasileiro de Museus, configura-se como um importante marco para as políticas públicas do segmento museológico no país e contribui para uma definição mais ampla do conceito de museus e orienta no que diz respeito suas funções e atribuições:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, p. 1).

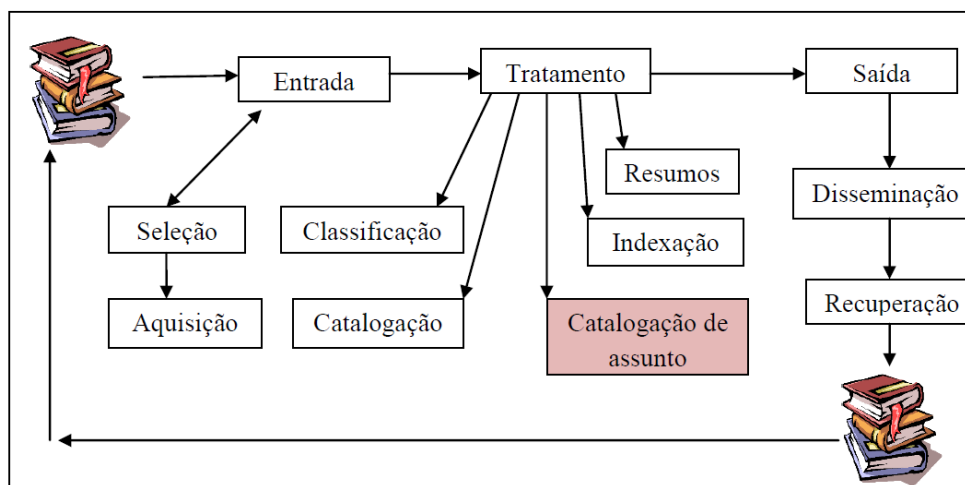
Dempsey (2000), entende que essas instituições têm como funções básicas: a coleta, a preservação, a organização e o acesso público ao patrimônio cultural. Para a Ciência da Informação os museus são instituições que trabalham com a organização, o armazenamento, a representação, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções, caracterizando-se como unidades de informação (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2013). Entretanto, o tratamento dado ao seu suporte informacional às diferencia, enquanto unidades

de informação, devido aos diferentes tipos de coleções com necessidades e propósitos diferenciados.

Dessa forma, entende-se que apesar do museu ainda preservar sua característica de colecionador, ou seja, reunir artificialmente o material de suas coleções, seus objetivos na atualidade ganharam aspectos de representação e disseminação da informação, aproximando-se dos pressupostos teóricos da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2014). Capurro e Hjørland (2007, p. 186) definem a Ciência da Informação a partir das etapas da “[...] geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação”. Nesse sentido, para organizar o conhecimento a Ciência da Informação se utiliza de disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a descrições físicas e temáticas dos documentos e seus sistemas de recuperação da informação, assim como os instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) utilizados nessas descrições que permitem organizar e classificar o conhecimento humano para padronização do acervo, tornando a informação acessível e para arranjá-los sistematicamente em coleções (HJORLAND, 2003; BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

Boccatto (2012), afirma que a informação pode ser considerada um bem que, independentemente do suporte, exige novas abordagens, novos métodos e novas tecnologias na sua coleta, seleção, tratamento e disseminação. Nesse contexto, entende-se que para que exista uma preservação efetiva da informação museológica é preciso compreender a importância do registro documental dos objetos museológicos para que eles possam ser preservados para o futuro.

Dito isso, Redigolo (2014) entende que o documento passa por um ciclo documental que compreende três fases consecutivas: seleção e aquisição; o tratamento da informação (físico e temático); e disseminação da informação; como podemos observar no esquema de Gil Leiva (2008), adaptado por Redigolo (2014), que demonstra as fases que envolvem o ciclo do processo documental (Figura 1).

Figura 1 - Fases do Processo Documental

Fonte: Gil Leiva (2008, p. 59, traduzido e adaptado por Redigolo, 2014).

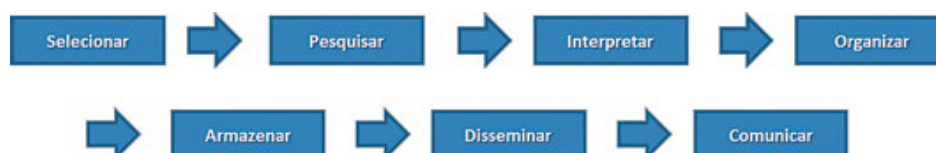
Gil Leiva e Fujita (2012, p. 65), afirmam que “[...] todas as operações desenvolvidas na fase de entrada e de tratamento da informação têm um objetivo principal: a divulgação da informação”. Observa-se que Redigolo (2014) ainda insere a catalogação de assunto na fase do tratamento da informação, realizando assim uma aproximação conceitual entre a catalogação de assunto e a indexação.

Assim, compreende-se que a representação da informação se encontra na fase intermediária (tratamento da informação) do ciclo informacional, visto que é a partir desse tratamento que se analisa e representa a informação possibilitando atender as necessidades informacionais dos usuários, através da identificação, o processamento e a disponibilização dos conteúdos informacionais dos documentos (REDIGOLO, 2010). Segundo Guimarães (2003, p. 100), esta etapa é “voltada primordialmente para a garantia de um diálogo entre o produtor e o consumidor da informação, assumindo, destarte, uma função de verdadeira ponte informacional”.

Em museus, o termo amplamente utilizado para o tratamento que é dado à informação de seus objetos é “Documentação Museológica”. No entanto, apesar de Ceravolo (1998) afirmar que “documentação em museus” seja o termo mais correto para se referir às atividades que ocorrem no âmbito do espaço museológico, para os fins deste trabalho utilizaremos o termo “Documentação Museológica”, pois esse deriva do termo “museologia” e consiste não somente no conjunto de técnicas que envolvem a atividade museológica, mas também é uma disciplina da área museológica e, portanto, abarca de forma mais ampla as contribuições do campo para representação e recuperação da informação (CARVALHO; FONSECA; REDIGOLO, 2021).

A representação da informação do objeto no museu está relacionada diretamente com a Documentação Museológica, através da “representação por meio da palavra e da imagem (fotografia)” (FERREZ, 1994, p. 1). Padilha (2014) apresenta um diagrama (Figura 2) de como se dá a representação da informação no ambiente museológico:

Figura 2 - Representação da Informação nos Museus



Fonte: Padilha (2014, p. 13).

Entende-se que a Documentação Museológica reúne todos os processos que envolvem desde a aquisição, o registro, a catalogação, a classificação e a pesquisa sobre o objeto museal (FERREZ, 1994; CURY, 2008; MENDONÇA, 2016), construindo, dessa forma, um conjunto significativo de objetos, adequadamente reunidos e conservados para serem comunicados ao público (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), tornando-se também a ponte entre as informações sobre o acervo e as demais áreas de atuação do museu, pois possibilita transmitir sentidos, símbolos e signos capazes de comunicar-se com o público (ZALEWSKI *et al.*, 2020).

Nesse sentido, com o objetivo de atender as demandas da comunidade interna e externa e pela imensa variedade de suportes físicos não padronizados que constituem as coleções museológicas, os museus criaram formas de sistematizar suas coleções por meio da construção de inventários, de fichas catalográficas e de catálogos gerais, pois o objeto por si só não gerava informação, o que, por muitas vezes, torna impossível estabelecer uma distinção entre suporte e conteúdo, devendo, portanto, passar por diferentes etapas dentro do museu para que o objeto se torne um objeto informativo, materializando a informação por meio dos registros da informação (BUCKLAND, 1991; CERAVOLO; TÁLAMO, 2007; DUARTE; CHAGAS, 2020).

No entanto, mesmo com essa necessidade de sistematização da informação nos museus, percebe-se que o processo de Documentação Museológica teve seu desenvolvimento de forma lenta. Segundo Williams (2010), os museus tinham como principal atividade a formação de coleções em detrimento da documentação, dessa forma os procedimentos para a representação da informação museológica eram pouco discutidos no âmbito dos museus. Ferrez (1991) em trabalho apresentado no IV Fórum de Museus do Nordeste observa que a

documentação ainda é invisível por se tratar de um trabalho interno e não prioritário, enfatizando que, embora existam recomendações que pareçam “óbvias” sobre o controle da terminologia, a clareza e a exatidão dos dados, a prática museológica ainda “está longe de assegurar que seus acervos e respectivas informações sejam bem documentadas e facilmente recuperáveis” (FERREZ, 1991, p. 8).

Nos anos 1950, com o surgimento do Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC), houve uma maior preocupação com o desenvolvimento de padrões para a descrição de objetos e de vocabulários controlados que auxiliassem nos trabalhos de documentação. Essas iniciativas internacionais contribuíram para estimular esforços nacionais, como o Thesaurus para Acervos Museológicos (1987), que iniciaram a discussão sobre esse tema e a necessidade de se desenvolverem sistemas que permitissem o acesso à informação pelos seus usuários.

Nesse contexto, houve um desenvolvimento da documentação como instrumento de comunicação entre objeto e usuário dentro dos museus, onde a ideia de informação está ligada ao objeto ao qual essa informação está representada, sendo encontrada através do contexto no qual o objeto está inserido. Outro grande fator de estímulo para o desenvolvimento da documentação nos museus foi a incorporação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), com o uso de computadores pessoais, e pelo surgimento de associações de profissionais que tinham como objetivo discutir e elaborar instrumentos para a organização e representação de objetos museológicos a fim de disponibilizá-los para o usuário.

Entretanto, Williams (2010, p. 19) afirma que, apesar dessa preocupação com a informatização das coleções museológicas, o desconhecimento sobre os fundamentos do tratamento informacional fez com que os museus não avançassem “[...] na etapa de entrada de informações, enquanto outros completaram o processo apenas para descobrir que criaram versões eletrônicas inadequadas de seus sistemas manuais inadequados” devido ao fato dos sistemas de informações museológicas ainda estarem calcados em procedimentos vinculados ao desenvolvimento de grandes coleções e preservação física em detrimento do seu conteúdo informacional (LIMA, 2012). Orna e Pettitt (1980, p. 2, tradução nossa) afirmam que o “resultado da documentação dos acervos museológicos é, geralmente, muito desigual e raramente integrado num sistema completo”.

Nesse sentido, Castro (1999, p. 15) afirma que a prática da Documentação Museológica não se encontra tão bem sedimentada:

Não dispondo de uma estrutura conceitual para ativar sua linguagem documentária nem desenvolver seu sistema de recuperação, transferência e disseminação de informação, o museu permanece imobilizado em seu tempo eterno, alheio à troca social e distante da diversidade cultural. Mesmo considerando as recentes tentativas de revitalização midiáticas que vêm ocorrendo em função de eventos de grande porte, cujo resultado de público pode parecer estimulante, tal postura não tem contribuído para minimizar a desestruturação informacional percebida no museu. Tanto no tocante às coleções e aos acervos como na produção de uma pesquisa bem sistematizada e disseminada, que, em última instância, representa sua função básica e intrínseca enquanto instituição cultural.

Buscando resolver essas questões, o CIDOC criou instrumentos que tinham como objetivo direcionar a representação da informação em museus como: o *Entity-Relationship Model (E-R)* (1996), modelo de catalogação do qual se originou o *Conceptual Reference Model* (1996); as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC (1995); e a Declaração de Princípios de Documentação em Museus (2014) (CIDOC, 2014; CROFTS, 2014; OLDMAN; CRM Labs, 2014). Esses instrumentos tinham como objetivo normatizar os elementos de descrição para objetos de museu, apontando para o uso de conceitos como descritores nos sistemas de representação da informação e permitindo sua recuperação pelos usuários desses sistemas.

Dito isso, observa-se que os debates sobre a representação da informação dos objetos museológicos vem ganhando um espaço maior no âmbito da Museologia e da Ciência da Informação. Trabalhos como o de Padilha (2014) e Reis *et al.* (2019), apontam para uma representação da informação das coleções museológicas por meio da síntese dessa informação durante o processo de Documentação Museológica, especificamente na etapa da catalogação desse objeto, a partir da sua descrição física e representação temática do seu conteúdo informacional.

Assim, observa-se que a representação da informação no contexto museológico ainda carece de maior aprofundamento para o aperfeiçoamento das práticas informacionais nas instituições museológicas. Nesse sentido, se faz necessário aqui discorrer sobre a ideia do objeto como documento na área da Museologia e também das características da Documentação Museológica, o principal instrumento para representação da informação no contexto museológico.

2.1 Objeto como documento e a Documentação Museológica

A compreensão do objeto como documento remonta de Paul Otlet em seu artigo *Les sciences bibliographiques et de la documentation* (1903), no qual estabelece não apenas documentos escritos e gráficos como fontes de conhecimento, mas também os próprios

objetos físicos e os monumentos (ORTEGA, 2009, p. 5-6). No entanto é em sua obra intitulada *Traité de Documentation* (1934), que Otlet incluiu, ao lado dos livros (se referindo aos manuscritos impressos), “[...] uma multiplicidade de documentos de toda espécie que não foram publicados nem são destinados a sê-lo” (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa), onde “[...] as próprias coisas materiais (objetos) podem ser vistas como documentos, uma vez que se estabelecem como elementos sensíveis diretos de estudo ou como prova de uma demonstração” (OTLET, 1934, p. 217, tradução nossa), promovendo uma ampliação do conceito de documento ao incluir o “objeto” no âmbito da documentação, classificando-o em cinco categorias:

[...] os objetos naturais [...], os objetos artificiais criados pelo homem para suas necessidades, [...] os objetos portadores de traços humanos que servem à interpretação e têm significado, os objetos demonstrativos, igualmente criados pelo homem, mas para representar e demonstrar noções [...] e os objetos de arte (OTLET, 1934, p. 217, tradução nossa).

A partir das reflexões de Otlet a documentalista francesa Suzanne Briet, por meio de sua obra *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), trabalha a noção de documento a partir de diferentes tipos de suporte e do seu papel na sociedade (LUND, 2009; MURGUIA, 2011). Briet redefine documento como “[...] todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p. 7, tradução nossa). E ainda questiona:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zôo (BRIET, 1951, 7, tradução nossa).

As obras de Otlet e Briet permitiram novos estudos sobre o conceito de documento. No que tange a museologia o conceito de objeto como documento foi sendo construído, desconstruído e reconstruído ao buscar entender o objeto de museu como documento (LOUREIRO, 2019). Stránský, cuja obra é tida como um marco da maturidade teórica da área museológica, afirma que a condição de um objeto de museu é determinada pela relação existente entre objeto e o sujeito como parte de uma realidade natural e social dinâmica (STRÁNSKÝ, 1985, p. 97, tradução nossa). Para o autor, enxergar um objeto de museu apenas como um objeto material e tridimensional é cair na afirmação equivocada de que “o mundo inteiro é um museu”.

Observa-se que a ideia do objeto de museu consistia como um “[...] documento de uma certa realidade, [...] testemunho de eventos, resultado da habilidade humana, produto da

natureza, ou como evidência na qual se baseiam reivindicações e teses científicas” sendo, portanto, “um elemento da informação de base do conhecimento humano” (MAROEVIĆ, 2000, p. 6, tradução nossa). Rússio (1984, p. 55), no entanto, apresenta o objeto de museu, o qual ela chama de “fato de museu” ou “fato museológico”, como uma representação de um fato, de um período, um processo, baseado nos princípios da “testemunhalidade”, ou seja, o objeto ser “informante de alguma coisa ou de alguém”, e a “documentalidade”, o objeto ter o “poder de ensinar”.

Chagas (1994) observa que o objeto de museu se desdobra em uma infinidade de suportes e pode ser compreendido sob duas vias: na primeira como um instrumento a partir do qual algo pode ser ensinado a alguém; na segunda como um suporte de informação, e que só pode ser considerado como tal se for interrogado, ou seja, nasce como objeto e se torna documento no momento em que lançamos um olhar investigativo sobre sua origem, sua matéria prima, seu contexto social e demais características. Meneses (1998), no entanto, aponta que o objeto desde seu nascimento já existe como um documento, porque pode fornecer informações diferentes daquelas previstas para a sua funcionalidade.

Padilha (2014), define o objeto de museu como algo que contém enormes cargas informacionais de onde é possível extrair a informação. Assume-se, portanto, o objeto de museu como um rastro das ações humanas e suas características se referem às relações e estruturas sociais onde este artefato fora produzido, caracterizando-se como “[...] algo que prova, legítima, testemunha e que constitui elementos de informação” (PADILHA, 2014, p. 13). Nascimento (1994), corrobora com essa afirmação ao dizer que o documento, em sentido amplo, é todo e qualquer suporte da informação.

Le Goff (1994) traz a discussão do objeto de museu como documento e como monumento. Segundo o autor “A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*” (p. 525, itálico do autor), sendo utilizados como fontes para o desenvolvimento da historiografia, ou seja, passam a ser compreendidos como tudo aquilo que “[...] pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (p. 450), capazes de evocar lembranças de diversos cunhos (social, cultural, artístico, histórico, político, etc.) que contribuem para a compreensão de fatos, pois são suportes de informação geradas no passado.

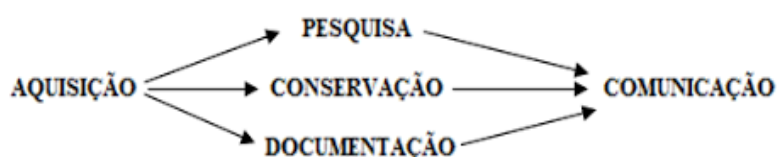
Na perspectiva museológica o objeto é identificado como documento “[...] não é classificado num conceito restrito e tradicional” (NASCIMENTO, 1994, p. 33), possuindo características dos dois conceitos, ou seja, possuem informação capaz de transformar a

sociedade, por meio da memória, evocando o passado. Stransky (1985, p. 98, tradução nossa), afirma que o objeto museológico tem “a função de testemunhas autênticas, documentos e/ou o depoimento de fatos naturais e sociais” e são os museus que adquirem, coletam, pesquisam, preservam e difundem para a sociedade os documentos produzidos pelo homem, com a finalidade de compreender como a sociedade se relaciona com o patrimônio (bens culturais e naturais) (BOTTALLO, 2010; CURY, 2011).

Assim sendo, Mensch (1994) define o conceito de objeto museológico baseado no conceito de musealização. A musealização consiste em selecionar e inserir o objeto dentro do universo museal, retirando-o do seu contexto original, a partir de critérios diversos, sejam eles técnicos, políticos ou por terem características artísticas, históricas, humanas, informacionais, entre outras, conferindo a ele um *status* de objeto documento, transformando-o em um objeto de museu (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013; MENDONÇA, 2016). Este processo é o que distingue o museu de outras instituições que também lidam com questões como a informação e a memória, tais como arquivos e bibliotecas.

Loureiro (2011, p. 204) define musealização como “[...] um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento” e que por isso precisam ser devidamente preservadas e disseminadas. Para Cury (2008) a musealização inclui: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação (Figura 3).

Figura 3 – O Processo de Musealização



Fonte: Cury (2008, p. 26).

Entende-se que o processo de musealização é a transformação de um objeto comum em um documento e que, a partir desse momento, receberá um tratamento diferenciado, pois agora está em um ambiente de pesquisa, preservação e comunicação. Nesse sentido, podemos afirmar que objetos de museu têm uma dupla natureza: são objetos em si, naturais ou construídos pelo homem; e artefatos, possuem significados que enriquecem seu papel como documentos e testemunho de fatos naturais ou sociais, intencionalmente criados pelo homem (BORGIO *et al.*, 2014; PRESTON, 2020).

Assim, ao buscar essas definições sobre o que é o objeto de museu, ressaltamos este

como um portador de informação e, deste modo, necessita ser registrado e salvaguardado, independente dos formatos e suportes, “[...] considerando a necessidade da preservação do documento enquanto parte de uma memória, existem subsídios para a criação de processos de documentação e registro da informação” (CARVALHO; MELO; LINHARES, 2015, p. 6-7).

No que diz respeito à informação dos objetos que compõem o acervo de um museu, as instituições museológicas começaram a se preocupar sobre a organização e disseminação da informação de suas coleções de uma forma lógica, desmembrando a informação sobre o objeto museológico para poder contemplar suas propriedades e atributos, de forma a favorecer sua compreensão dentro de um contexto (PADILHA; CAFÉ; SILVA, 2014). Observa-se no quadro 2 um comparativo entre as propriedades informacionais do objeto museológico.

Quadro 2 - Propriedades informacionais dos objetos museológicos

Propriedade Informacional	Síntese das definições	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> ● Propriedades Físicas; ● Funções e Significados; ● História. 	Os objetos museológicos possuem três tipos de informações: a primeira de acordo com sua composição material; a segunda de acordo com seu significado funcional e simbólico; e a terceira de acordo com o processo de criação do objeto (ideia + matéria prima).	Mensch, (1994)
<ul style="list-style-type: none"> ● Informação Estética; ● Informação Semântica. 	O objeto museológico possui dois tipos de informações: o primeiro de teor cultural (estético), que depende do conhecimento prévio do receptor; e o segundo de teor científico (semântico), que se desenvolve por meio de uma linguagem estruturada.	Castro, (1999)
<ul style="list-style-type: none"> ● Informações Intrínsecas; ● Informações Extrínsecas. 	Os objetos museológicos possuem dois tipos de informações, uma fornecida pela análise do próprio objeto a partir de suas propriedades físicas (intrínsecas), e outra fornecida para além do objeto, a partir de outras fontes externas (extrínsecas).	Ferrez, (1994) Cândido, (2006) Padilha, (2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base em Mensch (1994), Ferrez (1994), Castro (1999), Cândido (2006) e Padilha (2014).

Com relação às propriedades informacionais dos objetos museológicos, Castro (1999), Ferrez (1994), Cândido (2006) e Padilha (2014), compreendem que este pode ser entendido sob duas perspectivas: a física e simbólica. A perspectiva física denota as características morfológicas do objeto (informação intrínseca), já a simbólica decorre da razão de sua existência em uma relação espaço-temporal (informação extrínseca) (YASSUDA, 2009). No entanto, Mensch (1994) propõe que o objeto deve ser analisado por meio de três perspectivas: a física, a sua função e significado, e sua história. Neste caso, podemos entender que as propriedades físicas são as informações intrínsecas e a função, significado e história, são as informações extrínsecas do objeto.

Assim, entende-se que as propriedades informacionais dos objetos museológicos atuam ativamente no processo documental, servindo como fonte de dados para a

documentação e para a pesquisa científica. Nesse sentido, uma vez que adentram o espaço museológico “os objetos não servem mais ao seu propósito original, em vez disso, seu propósito e uso é informativo e comunicacional” (MAROEVIĆ, 1994, p. 113, tradução nossa). Nesse sentido, o objeto museológico é a fonte de informação cujos meios de transmissão são construídos por práticas direcionadas à extração de informações para compreensão de um contexto. Dessa forma, a informação é comunicada e disseminada, possibilitando o seu acesso e sua democratização dentro de um contexto social:

[...] é fundamental para a democratização do uso da instituição museal que suportes semióticos e sistemas de informação estejam plenamente acessíveis e disponibilizados ao seu usuário. Quanto mais ativos forem os meios comunicacionais e melhores os mecanismos de informação, maior espaço haverá para troca e possível interação do visitante com o espetáculo museológico: as exposições (CASTRO, 1999, p. 23).

Dito isso, no contexto da Museologia, esses processos de documentação e registro da informação sobre determinados objetos são sistematizados por meio do que chamamos de Documentação Museológica, como foi dito na seção anterior.

O processo de Documentação Museológica compreende um conjunto de técnicas que permitem o registro, organização e mediação da informação. Padilha (2014), afirma que este processo permite o desenvolvimento da gestão do acervo que, segundo Ladkin, “é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas” (LADKIN, 2004 apud PADILHA, 2014, p. 23) tornando-se o alicerce para os diferentes setores de um museu (REIS *et al.*, 2019).

Cerávolo e Tálamo (2000, p. 245, *itálico das autoras*), afirmam que existem dois caminhos paralelos da Documentação Museológica para a gestão do acervo: ações direcionadas ao suporte e ações direcionadas ao conteúdo; que giram em torno de três eixos: “[...] *administrativo* (para gerenciamento das coleções), o *curatorial* (da pesquisa) e o *documental* (identificativo dos objetos/coleções), sendo que cada um deles responde às necessidades informativas diferenciadas”.

Segundo o CIDOC (2014), os museus possuem um tipo de tratamento informacional (documentação) especializado que envolve:

[...] registros que documentam a criação, a história, a aquisição feita pelo museu e a história subsequente de todos os objetos do acervo. Esses registros incluem documentos de origem e procedência, documentos de aquisição, relatórios de conservação, fichas de catalogação, imagens e pesquisas criados tanto pela instituição detentora do objeto, como por proprietários anteriores, pesquisadores

independentes, etc. O termo também se aplica ao processo de coleta dessas informações (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 2014, p. 42).

No que diz respeito ao processo em si, o CIDOC apresenta grupos de informações relevantes para construção de uma documentação:

Grupo de Informação de descrição (descrição física e situação do espécimes);
 Grupo de Informação de imagem (tipo de imagem e número de referência da imagem);
 Grupo de Informação de material e técnica (material, técnica e descrição de parte ou componente);
 Grupo de Informação de medição (dimensão, medição, unidade de medida, parte medida);
 Grupo de Informação de catalogação (catalogador, data de catalogação e autoridade);
 Grupo de Informação de assunto representado (assunto representado e descrição do assunto representado). (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 2014, p. 51).

Já a norma SPECTRUM 4.0 (2014), que rege a gestão de coleções de museus do Reino Unido, traz uma série de procedimentos adotados como padrão ao se estabelecer a documentação de um objeto em um museu, como: entrada do objeto, aquisição, controle de inventário, catalogação, gestão de riscos e auditoria, entre outros. O grande diferencial do sistema do Reino Unido é a preocupação com a pesquisa.

Nascimento (1994, p. 33), define a Documentação Museológica como “toda informação referente ao acervo de um museu”, sendo desenvolvida de forma contínua, acompanhando toda a “vida” do objeto dentro da instituição museológica. Portanto, constitui um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fonte de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994; NASCIMENTO, 1994; LOUREIRO, 2008). Ou seja, é a Documentação Museológica que permite a elaboração, manutenção e recuperação dos registros e, conseqüentemente, promovem o acesso à informação, e apesar de distintos, esses três eixos da documentação devem caminhar juntos, desempenhando seu papel dentro de um sistema e estruturados de acordo com as necessidades da instituição (CAMARGO-MORO, 1986; CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

Para a presente discussão, cabe a análise do processo de documentação dos objetos museológicos, que vai da seleção até a disponibilização dos mesmos ao público. As etapas que permeiam este processo são estabelecidas, segundo Ferrez (1994) e mais atualmente Bottallo (2010) e Padilha (2014), por meio da: aquisição, identificação e registro, registro fotográfico, catalogação, classificação e pesquisa (Quadro 3).

Quadro 3 - Processo de Documentação Museológica.

Etapas	Descrição
Aquisição do Acervo	É o processo pelo qual se adquire os objetos de uma coleção. Pode se dar de diferentes formas: coleta de campo, compra, legado, permuta e doação. Essa aquisição deve ser de forma estratégica e relacionada com os objetivos do museu (FERREZ, 1994).
Identificação e Registro	É a identificação do objeto para seu posterior tratamento técnico. Precisa ter clareza e exatidão no registro dos dados, contendo apenas informações básicas sobre o objeto. O livro de registro ou inventário é o instrumento utilizado para armazenar essas informações (FERREZ, 1994; PADILHA, 2014).
Registro Fotográfico	O registro fotográfico é uma etapa fundamental para a documentação museológica, pois permite representar o objeto de forma objetiva e mais próxima da realidade, contribuindo para diversos aspectos de pesquisa (FERREZ, 1994).
Catálogo/Ficha Catalográfica	A catalogação/ficha catalográfica é a atividade que permite referenciar os objetos do museu em uma ficha técnica condensando informações intrínsecas e extrínsecas, que de outra forma estariam dispersas (BOTTALLO, 2010), permitindo o desenvolvimento de ações museológicas futuras. Pode ser feita de forma manual ou automatizada.
Classificação dos Objetos	A classificação é a atividade que busca distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas características comuns, variando de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos da instituição (FERREZ, 1994).
Pesquisa	São os instrumentos de pesquisa diversos como guias, catálogos, inventários, listagens, que permitem elucidar o contexto histórico, social, artístico e cultural do objeto (FERREZ, 1994).

Fonte: Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021, p. 13).

Apesar dessas etapas serem amplamente aceitas pelos teóricos da Museologia, até o ano de 2014 não havia no âmbito museal brasileiro uma norma ou regulamento que determinasse as etapas para a prática da Documentação Museológica. Apenas com a publicação da Resolução Normativa nº 2 de 29 de Agosto de 2014, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi estabelecido um padrão de informações para a construção da documentação de coleções museológicas, estabelecendo elementos comuns, estudados por diversos autores, no processo de Documentação Museológica como visto anteriormente no quadro 3.

Dito isso, observa-se que a Documentação Museológica possui como principal função a disponibilização de informações dos mais diversos tipos de acervos e, conseqüentemente, a geração de conhecimento. De acordo com Ferrez (1994), trata-se de um instrumento de transformação, catalisando as informações das coleções em dados para pesquisas científicas ou instrumentos de transmissão do conhecimento. Para Carretero Pérez *et al.* (1998), a Documentação Museológica consiste em toda a informação registrada que um museu possui sobre os objetos de suas coleções, não sendo, portanto, um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual tanto o profissional do museu quanto os seus usuários podem encontrar as informações de que necessitam.

Dessa forma, entende-se que a documentação museológica facilita o funcionamento da instituição, pois permite a gestão do acervo e da instituição, bem como a preservação física e

informativa dos objetos museológicos, promovendo também o acesso à pesquisa científica (FERREZ, 1994).

Dentre os instrumentos de pesquisa referentes à Documentação Museológica a catalogação exerce um papel fundamental na estratégia para a preservação, recuperação e disseminação da informação nos museus, sendo “[...] uma ferramenta de trabalho que reúne uma série de informações que, de outra forma, estariam dispersas” (BOTTALLO, 2010, p. 63), multiplicando as formas de acesso ao objeto museológico. Sendo assim, a catalogação se revela uma atividade essencial para assegurar a “qualidade de vida” de um acervo dentro de um museu e apresenta características específicas e por vezes subjetivas (CARVALHO; MELO; LINHARES, 2015), condensando todas as informações referentes ao objeto e atuando como potencializadora do caráter científico das coleções museológicas, verificado no produto desse processo: os catálogos de coleções.

À vista disso, podemos afirmar que é a partir da formulação de um sistema de documentação onde realmente se efetiva e fortalece o caráter de pesquisa, comunicação e preservação de um museu, enquanto unidade de informação, não sendo possível desenvolver atividades sem uma documentação atualizada e duradoura (FABBRI, 2010). De acordo com Nascimento (1994, p. 36):

[...] a ação documental deve ir além do simples ato de resgate de informações do objeto em si, e sim, buscar através da pesquisa o contexto de produção do bem cultural, com um método capaz de permitir a construção e a comunicação do conhecimento acerca do bem cultural produzido historicamente.

Entende-se que a Documentação Museológica se diferencia do Sistema de Recuperação da Informação nos campos da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Ciência da Informação, pois os museus possuem necessidades e demandas diferentes. No entanto, de acordo com Ferrez (1994), a Documentação Museológica e os Sistemas de Recuperação de Informação possuem aspectos fundamentais que os aproximam, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 4 - Semelhanças entre Documentação Museológica e os Sistemas de Recuperação da Informação

Objetivo	Conservar os itens da coleção Maximizar o acesso aos itens Maximizar o uso da informação contida nos itens	
Função	Estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informação relevante, transformem suas estruturas cognitivas ou o conjunto de conhecimento acumulado.	
Componentes	<u>Entradas</u>	Seleção Aquisição

	<u>Organização e Controle</u>	Registro Número de identificação Marcação Armazenagem Localização Classificação Catalogação Indexação
	<u>Saídas</u>	Recuperação Disseminação

Fonte: Ferrez (1994, p. 4).

Por fim, entende-se que os princípios fundamentais da Documentação Museológica se relacionam com os aspectos da própria Ciência da Informação, pois é através dela que se desenvolvem atividades que contribuem na potencialização do seu papel para sociedade (pesquisa, comunicação e preservação).

Observa-se, portanto, que durante a Documentação Museológica o processo de análise de assunto se insere a partir da representação da informação do objeto museológico por meio da inserção de informações contextuais (informações de caráter simbólico, histórico e de usos do objeto) na ficha catalográfica (PADILHA, 2014), sendo uma operação de síntese elaborada a partir das informações contempladas no que Cerávolo e Tálamo (2007, não paginado) chamam de “matriz da informação”, onde “aspectos físicos e de conteúdo contribuem solidariamente para a sua significação”, através da leitura documentária, a identificação, a seleção de conceitos e a síntese de uma linguagem natural para uma linguagem controlada (indexação) (CARVALHO; FONSECA; REDIGOLO, 2021).

No entanto, a indexação dos objetos museológicos através de suas informações contextuais não é um processo simples, pois esbarra em aspectos da tridimensionalidade e subjetividade do objeto museológico, sendo uma operação complexa (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007). Nesse contexto, os autores Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021) observam que ainda se faz necessário pensar em práticas e diretrizes que guiem a atividade de indexação no ambiente museológico.

Nesse sentido, entende-se que a análise do objeto museológico permite representá-lo por meio da catalogação e para isso o profissional precisa se preocupar com o controle terminológico e a normalização da informação utilizada na descrição dos objetos museológicos. Ressaltam-se aqui o uso de termos oriundos de tabelas de classificação, dos tesauros ou das listas de cabeçalhos de assuntos, denominados linguagens documentárias. Assim, no próximo tópico vamos adentrar sobre o uso das linguagens documentárias nos museus.

2.2 Uso de Linguagens Documentárias nos museus

No pós II Guerra Mundial o crescimento do conhecimento científico e tecnológico gerou novos desafios para o armazenamento e a recuperação da informação, que se multiplicavam através de periódicos científicos e pelo surgimento de novos suportes documentais e como consequência aumentaram as dificuldades no processo de tratamento da informação (CINTRA *et al.*, 2002; DODEBEI, 2002). Nesse contexto, Dodebei (2002) afirma que as formas de recuperação e representação da informação tradicionais não tinham as condições necessárias para representar os conteúdos informativos dos textos técnico-científicos produzidos que constituíram uma nova memória documentária.

A partir dessa nova necessidade e das limitações impostas pelos meios de recuperação da informação até então utilizados, “[...] foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 33). Assim, utilizam-se linguagens que buscam traduzir os conceitos-chave dos documentos para linguagens conhecidas por sistemas de informação, denominadas de Linguagens Documentárias (LD) ou Linguagens de Indexação (CINTRA *et al.*, 2002; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Estas linguagens são constituídas por conjuntos de termos específicos de uma determinada área de conhecimento ou de um determinado contexto, sendo utilizadas como instrumentos no processo da análise documentária, tornando-se as principais mediadoras entre a informação e o usuário, pois possuem como objetivo o tratamento da informação para fins de recuperação (SALES, 2008).

Nesse contexto, entende-se que são linguagens construídas para a indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a “traduzir” os conteúdos dos documentos que visam facilitar a comunicação entre usuário-sistema (CINTRA *et al.*, 2002), sendo construídas a partir de princípios e de significados advindos de termos constituintes da linguagem específica e da linguagem natural (linguagem do discurso comum), com a proposta de representar para recuperar a informação documentária, de maneira sintética, as informações materializadas nos textos (FUJITA *et al.*, 2009). Ou seja, é uma linguagem de indexação, que assegura o controle de vocabulário de assuntos gerais e específicos no tratamento temático da informação (FUJITA; GIL LEIVA, 2010). Assim, para o desenvolvimento do trabalho, foi escolhido empregar o termo Linguagem Documentária (LD) para se referir à linguagem de indexação.

Castro (1999), afirma que a tradução de um documento para uma LD é um processo essencial no tratamento da informação, visto que possibilita que o documento desempenhe seu papel no contexto informacional, conforme o perfil da instituição, do usuário e das características próprias do acervo, auxiliando na recuperação da informação.

Van Slype (1991) determina dois tipos de LD: as linguagens classificatórias, relacionadas aos sistemas de classificação bibliográfica, que utilizam símbolos como letras e números para representar os assuntos dos documentos; e as linguagens de indexação, utilizadas para indexar documentos, atribuindo-lhes os descritores por assunto para o “[...] registro, ou indicação, dos assuntos dos documentos, permitindo a representação de seu conteúdo temático, de forma analítica” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 226).

Ou seja, as LD contam com processos ligados à descrição física dos materiais, além de uma linha temática, que objetiva atribuir assunto aos documentos, visando estabelecer um controle de vocabulário, isto é, controlar a terminologia de área ou áreas do conhecimento por meio do estabelecimento de um conceito/interpretação definido aos termos de acordo com as necessidades de uso do sistema.

Portanto, as LD têm um papel muito importante para a indexação e recuperação da informação e quando não correspondem às expectativas de representação dos conteúdos dos documentos comprometem a realização de buscas e do serviço (BOCCATO, 2009). Fujita e Gil Leiva (2010, p. 2), corroboram com essa afirmação ao dizer que:

As linguagens de indexação configuram-se como tesouros, vocabulários controlados e listas de cabeçalhos de assunto utilizados como mecanismos de revisão e avaliação da indexação. São importantes instrumentos de mediação e compatibilização da linguagem de uma unidade de informação com a linguagem dos conteúdos documentários, durante a indexação, e a linguagem dos usuários, durante o acesso e recuperação da informação através de uma interface de busca de catálogos de biblioteca ou de bases de dados.

Observa-se, portanto, que as LD são essenciais para a representação de determinado conteúdo, pois permitem a recuperação da informação de forma rápida e precisa. Dodebei (2002) entende que as LD possuem as funções de: organizar os conceitos de acordo com as ocorrências na literatura; adequar a linguagem ao perfil do usuário; organizar os documentos de acordo com seu assunto; normalizar as descrições do classificador ou do indexador com as do usuário; economizar símbolos, eliminar redundâncias e condensar informações. Assim, podemos perceber que sem as LD, não seria possível cumprir com o caráter público da informação, pois são elas que garantem o compartilhamento social entre estoques de conhecimento e usuários, uma vez que trabalha com a organização do campo terminológico específico de uma dada área do conhecimento. de informação (SALES, 2008).

Nesse contexto, no que concerne aos produtos resultantes do desenvolvimento das linguagens documentárias, o tesouro aparece como um importante instrumento de controle no âmbito museológico, pois quando um museu seleciona termos ele permite localizar a “[...] informação que tenham sido objeto de armazenamento, com a finalidade de permitir o acesso dos usuários aos itens de informação, objetos de uma solicitação” (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017, p. 49).

Harpring (2016), afirma que esses instrumentos podem ser estruturados de forma mais simples e abrangentes ou com níveis de complexidade maiores. Configurando-se como um ponto de partida na complexificação de informações, que podem evoluir para um banco de dados ou outros sistemas, por meio da escolha dos termos que melhor representem o assunto do objeto museológico no momento de entrada da informação, como também na saída da informação, auxiliando na recuperação da informação pelo usuário.

Podemos observar que o elemento mais particular no uso das LD no contexto museológico está nas relações dos termos para expressar uma ideia por meio de uma linguagem estruturada hierárquica e semanticamente, utilizado como instrumento na indexação com o objetivo de padronizar a terminologia utilizada na representação dos documentos de um acervo e aquela utilizada pelo usuário (CAFÉ, 2010). Souza (2008), afirma que:

[...] uma linguagem de organização e representação da informação que tem como principais funções: a) mostrar as relações semânticas entre termos em base de significados; b) ser agente de vocabulário controlado; e c) mostrar os termos usados para indexação em sistemas de recuperação da informação (SOUZA, 2008, p. 124).

Essas linguagens podem ser segundo Boccato, Ramalho e Fujita (2008, p. 201) definidas como:

[...] linguagens de estruturas combinatórias e pós coordenadas, constituídas de termos - unidades lingüísticas provenientes da linguagem de especialidade, e da linguagem natural- denominados de descritores, providos de relações sintático-semânticas, referentes a domínios científicos especializados, possibilitando a representação temática de um conteúdo de um documento, bem como a recuperação da informação.

Nesse sentido, duas publicações têm sido essenciais no que diz respeito ao uso das LD em museus. A primeira é o anteriormente citado Thesaurus para Acervos Museológicos, de autoria de Maria Helena Santos Bianchini e Helena Dodd Ferrez, que em sua primeira versão foi utilizado apenas no Museu Histórico Nacional no Brasil.

Segundo a UNESCO, em 1973 (apud BRASIL, 2002, p. 84), um tesouro se caracteriza como “um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e

genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento" que pode ser usado como um instrumento de "controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema mais restrita".

Ferrez e Bianchini (1987, p. 15), definiram o tesauro como "[...] um conjunto de conceitos ordenados, de modo claro e livre de ambiguidades, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura". Também ampliaram o conceito aplicando-o sobre o objeto museológico quando afirmam que o tesauro é "[...] um instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus, em particular os de caráter histórico" (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 17).

Observa-se que este documento foi ampliado com o objetivo de atender aos demais museus brasileiros, com o propósito de minimizar as dificuldades que se apresentam na organização dos seus sistemas de informação, atendendo aos propósitos da Documentação Museológica ao apresentar um sistema consistente para classificação e denominação dos objetos que compõem as coleções museológicas brasileiras.

Já no ano de 2006 foi publicado o Tesauro de Cultura Material dos Índios no Brasil, de autoria da bibliotecária Dilza Motta. Este tesauro foi produzido entre os anos de 2003 e 2004 e segundo a autora tinha por objetivo:

[...] estabelecer uma terminologia padronizada para os artefatos existentes/referidos nos diversos acervos do Museu do Índio (museológico, bibliográfico e arquivístico fotográfico e audiovisual), prestando-se à indexação dos documentos do Museu e ao mesmo tempo, à recuperação da informação contida neste documento (MOTTA, 2006, p. 4).

Motta (2006, p. 4) também apresenta uma definição para o tesauro como "[...] um instrumento que se destina à representação dos objetos (via 'termo'), e não a sua descrição (via 'palavra')". Nesse sentido, Souza (2008) e Motta (2006) compartilham de uma visão comum sobre as LD não trabalharem com a descrição via palavra, mas sim partirem do seu significado para expressar ideias. Ferrez e Bianchini (1987) e Motta (2006) também possuem pontos em comum sobre sua visão do uso do tesauro em museus. Ambas reforçam a importância de um tesauro para a construção de uma documentação padronizada para coleções museológicas, sendo uma ferramenta importante para que os profissionais de museu reflitam sobre a construção dos seus sistemas de informação, contribuindo para a extração e atribuição de conceitos para um objeto museológico através do que chamamos de análise de assunto.

Podemos concluir que o uso da LD não se restringe apenas aos documentos bibliográficos, mas também a outros tipos de documentos que estejam registrados em algum suporte e que possam ser interpretados e recuperados por sistemas de informação. Nesse sentido, os objetos museológicos se enquadram como suportes de informação e observa-se um esforço dos museus em acessibilizar esses conteúdos com intuito de ampliar a comunicação com seu público e, conseqüentemente, recuperar de forma mais eficiente a informação, independentemente do tipo de suporte em que a informação esteja registrada. Portanto, as LD possuem um importante papel no ambiente museológico ao possibilitar a construção de um sistema de informação que atua como uma ponte entre a linguagem do sistema e a linguagem do usuário, sendo uma ferramenta para uma indexação de qualidade no contexto dos museus.

É importante destacar, que a qualidade da representação temática da informação não depende apenas do uso de uma LD, mas o profissional precisa saber captar o assunto, ou assuntos, de que trata o documento para poder atribuir um descritor. Dito isso, no próximo capítulo vamos adentrar no processo de análise de assunto e seus fundamentos teóricos e metodológicos na perspectiva de subsidiar a indexação no contexto museológico.

3 ANÁLISE DE ASSUNTO E INDEXAÇÃO NA CATALOGAÇÃO NOS MUSEUS

Este capítulo tem como objetivo definir o processo de análise de assunto na indexação, sendo essa a primeira e mais importante etapa da indexação. Para isso, a literatura levantada desenvolve-se acerca dos procedimentos e etapas da análise de assunto na indexação (CAVALCANTI, 1989; FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004; DIAS; NAVES, 2013) e as normas publicadas (ABNT, 1992).

A seção se inicia com o tratamento da informação e a indexação, abordando as etapas da análise de assunto para organizar a informação no âmbito das unidades de informação, visando à sua recuperação posterior. Também discorre-se sobre os subsídios para a indexação em museus por meio da catalogação dos objetos museológicos, tendo em vista uma aproximação teórico-metodológica entre esse processo e a catalogação realizada pelos museus.

3.1 A análise de assunto na indexação

Para que a informação seja acessada de forma adequada em uma unidade de informação, é preciso que a informação esteja organizada. Essa organização da informação compreende atividades e operações nas quais a informação passa por um tratamento até chegar à sua disponibilização. Existem dois processos de tratamento da informação: físico e temático. O primeiro consiste em realizar a descrição física do material, enquanto o segundo corresponde a representação do assunto de determinado documento.

Observa-se que a indexação está contida no processo de Tratamento Temático da Informação, que tem como objetivo extrair o tema do documento por meio de termos. No campo da Ciência da Informação, o Tratamento Temático da Informação se apresenta sob três vertentes teóricas: a) a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de matriz norte americana; b) a indexação (*indexing*) de matriz inglesa; e c) a análise documental (*analyse documentaire*) de matriz francesa (GUIMARÃES, 2009, p. 105). Para o âmbito desta pesquisa vamos levar em conta a matriz inglesa, pois, segundo Guimarães (2009), objetiva a análise, a descrição e a representação do conteúdo dos documentos.

Segundo Chaumier (1988, p. 74) “[...] a Indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários”. Lancaster (1993, p. 5), define que a indexação implica na “[...] preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos” tendo como principal objetivo “indicar de que trata o documento”. Para o autor

a indexação envolve duas fases principais que são: a análise conceitual e a tradução. A análise conceitual é o momento de descobrir o assunto do documento, enquanto que a tradução é a atribuição de termos que representam o assunto do documento. Para Fujita (2003, p. 61):

[...] a atividade se dá a partir da realização de três operações básicas comumente identificadas:

- análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
- síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados;
- representação: por meio de linguagens documentárias.

Baseado nessas concepções, entende-se que a indexação deve figurar como peça fundamental nas atividades desenvolvidas nas unidades de informação, por seu caráter funcional, atuando como protagonista na mediação da informação, descrevendo noções exatas das ideias elaboradas pelo criador do conteúdo documental. Desse modo, a indexação de um documento pressupõe a análise do seu conteúdo temático (análise de assunto), a decisão sobre os conceitos presentes no texto, empregados pelo autor, ou, a tradução destes conceitos para um vocabulário controlado. Ou seja, é a tradução que permite a representação e organização da informação por meio dos chamados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como tesouros, índices alfabéticos e cabeçalhos de assunto (CINTRA *et al.*, 2002; KOBASHI, 2007; HJORLAND, 2018).

Os SOC referem-se a estruturas terminológicas que enumeram conceitos semanticamente estruturados, expressos em termos selecionados, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos, que tem como objetivo a padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e o acesso à informação pelos usuários (CARLAN; MEDEIROS, 2011). Lara (2015, p. 92), afirma que os SOC compreendem:

[...] uma série de instrumentos que tratam do ‘conteúdo’ dos documentos para fins de armazenamento e recuperação ou para promover sua gestão. Englobam os sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, taxonomias, terminologias, ontologias, além de listas de autoridade e anéis de sinônimos, instrumentos esses que se assemelham e se diferenciam pelo grau de estruturação semântica de seus elementos.

A sua finalidade principal é organizar a informação e o conhecimento facilitando a recuperação das informações contidas nos documentos e permitindo organizar os assuntos por áreas específicas, possibilitando que o usuário recupere a informação por meio dos catálogos. Naves (1996, p. 215) afirma que “o processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como análise de assunto para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo”. A autora afirma que “[...] o

sistema de recuperação que não tenha como base uma eficiente análise de assunto, mesmo adotando procedimentos sofisticados, não conseguirá atingir seus objetivos” (1996, p. 2).

Nesse sentido, a análise de assunto está compreendido como a primeira etapa da Indexação, pois consiste em decidir do que trata um documento, ou seja, qual é o assunto abordado no documento, sendo uma atividade intelectual marcada pela subjetividade, experiência, conhecimentos e valores do indexador, sendo “[...] uma das tarefas mais complexas em um sistema de recuperação da informação” (DIAS; NAVES; MOURA, 2001, p. 207). Para Lancaster (1993, p. 5), “[...] os termos atribuídos pelo indexador servem como pontos de acesso mediante os quais um item bibliográfico é localizado e recuperado, durante uma busca por assunto num índice publicado ou numa base de dados legível por computador”.

Na concepção de Fujita (2003), a análise de assunto é definida como uma das etapas mais importantes do processo de Indexação e tem como objetivo identificar e selecionar os conceitos que representam a essência de um documento. Fujita (2013) afirma que quanto maior for a compreensão do indexador sobre o processo e sobre a subjetividade nele envolvido, melhores condições ele terá de resolver, metodologicamente, os problemas. Dessa forma, a análise de assunto dos documentos é uma atividade que requer do indexador conhecimentos prévios do domínio a ser representado, da estrutura do documento e de critérios para identificação e seleção de conceitos (FUJITA, 2003).

Para se ter uma eficácia na análise de assunto é preciso tomar decisões em relação à representação temática do documento e sobre a importância do assunto para um determinado grupo de usuários, do qual pretende-se atender, não existindo a atribuição correta de termos, uma vez que um mesmo documento pode ser indexado de forma diferente dependendo do interesse de cada grupo de usuários (LANCASTER, 2004). Dito isto, observa-se no quadro abaixo os estágios do processo de indexação para Fujita (2003) e Lancaster (2004):

Quadro 5 - Estágios do processo de indexação

Processo de indexação	Fonte	Observações
Análise de Assunto - <u>Leitura documentária</u> - <u>Identificação de conceitos</u> - <u>Seleção dos conceitos</u> Tradução	Fujita (2003, p. 64)	A autora desmembra a análise de assunto em três estágios e depois realiza-se a tradução dos conceitos selecionados para representação temática.
Análise conceitual ou assunto Tradução	Lancaster (2004, p. 8-9)	Para Lancaster o processo de indexação consiste em análise conceitual ou assunto, em seguida, a tradução dos conceitos.

Fonte: Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021, p. 7).

Observa-se que Fujita (2003) divide a análise de assunto em três etapas enquanto Lancaster (2004) não utiliza o termo análise de assunto e sim análise conceitual quando se refere a esse processo. No entanto, ambos demonstram que este processo é o primeiro passo na definição dos termos para a representação da informação e, portanto, para que a indexação consiga ser concretizada de forma adequada.

Assim, a primeira etapa do processo de análise de assunto é a **leitura documentária** ou **leitura do indexador**. Essa etapa consiste no exame e conhecimento do conteúdo do documento por meio de uma leitura técnica, leitura essa que tem certas características, não sendo realizada para lazer ou aprendizagem, mas que permite a identificação e seleção dos principais conceitos do documento (DIAS; NAVES, 2013; FUJITA *et al.*, 2017). O catalogador/indexador compreenderá que termos melhor representam à medida que for examinando cada componente da obra (FUJITA, 2003).

Silva e Fujita (2004) destacam a leitura documentária como a fase mais importante da operação, por ser inicial e ser capaz de influenciar a qualidade das etapas seguintes. Segundo as autoras, existem duas concepções de leitura: uma orientada para o conteúdo do documento, que orienta a identificação de conceitos; e outra para a demanda do usuário, que volta-se à preservação do contexto do documento e à seleção de conceitos, de modo que, devido à experiência do catalogador, este acaba realizando o processo de forma automática e ao mesmo tempo.

Para Cavalcanti (1989), o indexador precisa adotar estratégias de leitura, economizando tempo, para isso existem partes do documento onde o indexador encontrará informações sobre o texto, como: título; subtítulo; resumo; sumário; introdução; prefácio; conclusões; anexo; títulos de capítulos; parágrafos iniciais; entre outros.

Destaca-se aqui o modelo de leitura documentária proposto por Fujita e Rubi (2006) para artigos científicos e também o modelo proposto por Fujita (2013) para catalogação de assunto de livros, que funcionam como um roteiro para identificar e selecionar conceitos e assim representar o conteúdo de um documento, através da leitura de partes específicas do texto.

A segunda etapa é a **identificação de conceitos**, na qual se identificam os elementos essenciais na descrição do assunto. O catalogador/indexador deve adotar uma abordagem sistemática para realizar essa etapa, garantindo assim a fidelidade ao documento (FUJITA, 2003).

A identificação de conceitos durante o processo de análise de assunto é realizada com o uso da abordagem proposta pela NBR 12676/1992, que permite ao catalogador/indexador

extrair os conceitos do documento enquanto faz a leitura das partes do texto através de perguntas. Segundo a NBR 12676/1992 (1992, p. 2) as principais indagações sugeridas são:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p. ex. um estudo sociológico da religião).

A **seleção de conceitos** é a última etapa da análise de assunto e consiste na conversão dos assuntos selecionados de um documento para um determinado conjunto de termos de uma linguagem documentária (FUJITA, 2003). Segundo a NBR 12676/1992, o principal critério a ser adotado na seleção de conceitos são as buscas potenciais a serem feitas no sistema de informação pelo usuário. Nesse sentido, o indexador deve:

- a) escolher os conceitos que forem considerados os mais apropriados para uma determinada comunidade de usuários;
 - b) adaptar tanto os instrumentos de indexação como os próprios procedimentos em função da retroalimentação obtida através dos pedidos de informação.
- Esta adaptação, entretanto, não deve alterar a estrutura ou a lógica da linguagem de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3).

No processo de seleção de conceitos, nem todos eles são, necessariamente, representados. A quantidade de conceitos varia em função dos critérios de exaustividade e especificidade definidos na política de indexação do sistema, pelo volume e complexidade de informações contidas nos documentos, pelo tipo de documento a ser indexado, e também em virtude das necessidades dos usuários. Dessa forma, o número de termos não deve ser atribuído de forma arbitrária (NBR 12676/1992).

Por fim, é feita a **tradução** dos conceitos para uma linguagem documentária, ou seja, para os termos definidos por uma linguagem documentária, os quais empregam instrumentos para padronizar a linguagem utilizada, a fim de auxiliar o trabalho do catalogador, no processo de indexação. Para isso, o profissional utiliza de tesouros, as listas de cabeçalhos de assunto e as listas de termos controlados, que diminuem a subjetividade e inconsistências, observados na indexação (DIAS; NAVES, 2013; FUJITA *et al.*, 2017).

Observa-se que o processo de catalogação realizado nos espaços museológicos possui semelhanças ao processo de indexação realizado na catalogação de assunto em bibliotecas. Da mesma forma que as coleções bibliográficas, as coleções museológicas são grandes repositórios de informação e por meio delas são gerados novos conhecimentos que podem ser

transmitidos e atualizados no espaço e no tempo, pois possuem características históricas, estéticas e cognitivas que as tornam um documento informativo (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2016). Dessa forma, o objeto ao entrar no contexto museológico, continua gerando conhecimento que precisa ser documentado, tornando-se mais do que apenas a soma de seus passados pesquisados (LOUREIRO, 2008; DAVIS, 2020).

Dito isso, entende-se que os museus precisam refletir sobre os aspectos ligados ao assunto/conteúdo para não deixar os objetos imobilizados, mas torná-los disponíveis e acessíveis como documentos (LOUREIRO, 2008). Sendo assim, existe a necessidade de refletir sobre como esses objetos estão sendo representados e disponibilizados, o que implica em aprofundar sobre questões relativas aos estudos teóricos e metodológicos da indexação no contexto museológico.

Assim, no tópico a seguir, buscamos tecer uma aproximação conceitual entre o processo de catalogação de coleções museológicas e o processo de análise de assunto, a partir da concepção de cada autor do campo da Museologia, e seus subsídios para indexação.

3.2 Subsídios para indexação nos museus

Como já foi visto no tópico anterior, a análise de assunto é a primeira etapa do processo de indexação, sendo nesta etapa que se inicia a determinação do conteúdo documental, por meio da leitura com objetivos profissionais, sendo uma prática de grande importância para determinar o assunto de um documento. No entanto, ainda que determinar o conteúdo dos objetos museológicos figure como um dos aspectos centrais da Documentação Museológica, observa-se a necessidade de mais estudos sobre o processo de indexação no contexto dos museus, pois trata-se de uma questão de grande importância e relevância para a área de Ciência da Informação, bem como para a Organização do Conhecimento.

Não obstante, percebe-se que a representação de conteúdo não é uma temática nova e vem sendo discutida no contexto museológico há algum tempo. De acordo com Ceravolo e Tálamo (2007), a bibliotecária Yvonne Oddon, na década de 1960, desenvolveu junto ao CIDOC uma ficha de classificação museológica para padronização de conteúdos das coleções museológicas. Da mesma forma, as autoras apontam que a questão da indexação já foi observada pelo líder do grupo de terminologia para nomes de objetos do CIDOC, Leonard Will em 1993:

A questão da indexação em museus ainda estava na infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central como ocorreu nas bibliotecas. [...] Uma vez crescendo a importância e reconhecimento do papel da indexação, cresceria também o número de especialistas em informação. No seu entender seria o emprego de “recursos biblioteconômicos” (*library resources*) que poderia incrementar e subsidiar os museus no desenvolvimento de serviços de informação para visitantes. Ainda para L. Will havia a necessidade, nos museus, de indexar dados de base (*background*) e as informações sobre os próprios objetos (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, não paginado).

Assume-se, portanto, que a indexação traz benefícios para os sistemas de recuperação museológica, como os catálogos, melhorando a representação temática ao permitir que a informação realmente possa ser representada e recuperada de forma adequada, pois permite atribuir pontos de acesso que facilitam a posterior localização da informação museológica. Assim, podemos entender o espaço museológico como aquele que objetiva a construção e disseminação do conhecimento na sociedade e permite que o usuário identifique os documentos (objetos museológicos) que vão ao encontro de suas necessidades de informação.

Dessa forma, a indexação nos museus é um importante processo metodológico que colabora no estabelecimento de estratégias de busca e na usabilidade de informações pelos usuários, pois viabiliza a recuperação da informação e possibilita uma mediação entre usuário e objeto museológico, atuando como uma ferramenta tanto para “[...] a busca e o uso interno, dos próprios profissionais que trabalham na instituição, quanto para o usuário (pesquisador ou não), possibilitando assim uma aproximação e apropriação do conhecimento” (CARVALHO; FONSECA; REDIGOLO, 2021). Portanto, entende-se que a indexação nos museus é uma atividade que pode encontrar apoio em outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, por meio de práticas e técnicas oriundas dessas áreas que devem ocorrer, no entanto, “[...] sempre dentro de uma abordagem museológica” (FERREZ, 1991).

Dito isso, os quadros 6 e 7 apontam às concepções sobre a análise de assunto e indexação de acordo com a literatura do campo da Museologia, através da análise das fichas de catalogação museológica propostas por cada autor.

Quadro 6 - Concepções sobre a análise de assunto na ficha de catalogação museológica

Análise de Assunto	Campos da Ficha de Catalogação Museológica	Autor
Leitura Documentária, identificação e seleção dos conceitos	Análise do Objeto	Cândido (2006)
	Conteúdo sistematizado em 03 (três) campos, contendo informações históricas sobre a peça, obtidas a partir de pesquisas arquivísticas/bibliográficas e de sua análise formal.	
	Dados Físicos e Culturais	Bottallo (2010)
	Campo onde está indicado informações referentes ao objeto: descrição física e informações referentes ao seu conteúdo informacional.	
	Informações contextuais	Padilha

	Aborda as informações que contextualizam o objeto sobre os aspectos históricos e simbólicos (informações extrínsecas).	(2014)
	Informação sobre Assunto Representado	CIDOC
	Refere-se ao significado narrativo, iconográfico ou não objetivo do objeto museológico.	(2014)
	Assunto principal	IBRAM
	Informação obrigatória dos termos que indicam os assuntos principais tratados pelo objeto.	(2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base em Cândido (2006), Bottallo (2010), Padilha (2014), CIDOC (2014) e IBRAM (2014).

No quadro 6 observa-se que análise de assunto está inserida no processo de documentação museológica a partir da representação de informações na ficha de catalogação obtidas através da leitura documentária, a identificação, a seleção de conceitos e a síntese de uma linguagem natural para uma linguagem controlada (FUJITA, 2003) integrando-se ao processo documental nos museus.

Quadro 7 - Concepções sobre a tradução para linguagem documentária na ficha de catalogação museológica

	Campos da Ficha de Catalogação Museológica	Autor
Tradução para linguagem documentária	Classificação	Cândido
	Registro específico do objeto elaborado a partir da consulta do tesouro.	(2006)
	Tipologia do objeto	Bottallo
	Campo utilizado para indicar a classificação dos objetos do acervo seguindo o tesouro utilizado pela instituição.	(2010)
	Não indica um campo na ficha de catalogação.	Padilha (2014)
	Descrição do Assunto Representado	CIDOC
	Indicam o uso de terminologias específicas.	(2014)
	Classificação	IBRAM
	Informação facultativa da classificação do objeto segundo o "Thesaurus para Acervos Museológicos" ou outros vocabulários controlados.	(2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base em Cândido (2006), Bottallo (2010), Padilha (2014), CIDOC (2014) e IBRAM (2014).

No quadro 7 observa-se a tradução de termos para uma linguagem controlada no processo de Documentação Museológica, a partir dessa tradução são gerados os produtos documentários (catálogos).

Observa-se nos quadros 6 e 7 que a concepção de cada autor sobre as etapas da análise de assunto possuem diferentes nomes, mas tratam da mesma questão: o processo de identificar e selecionar conceitos para indexação museológica. Nesse sentido, a própria ficha de catalogação nos museus se torna uma ferramenta fundamental para a representação da informação museológica, dado que esta permite a representação descritiva e a representação temática da informação, fornecendo os pontos de acesso para cada objeto de uma coleção.

Dessa forma, entende-se que dentro da documentação museológica o processo de indexação se dá a partir da descrição das informações do objeto musealizado na ficha de

catalogação, com intuito de representar esse objeto de forma completa. Ou seja, “trata das informações históricas, simbólicas e de usos do objeto no museu” (PADILHA, 2014, p. 52), sendo uma operação de síntese elaborada a partir das informações contempladas no que Cerávolo e Tálamo (2007, não paginado) chamam de “matriz da informação”, onde “aspectos físicos e de conteúdo contribuem solidariamente para a sua significação” e que posteriormente estarão representados através de termos documentários que corroboram para o desenvolvimento de ações mais efetivas de mediação entre objeto e usuário.

Assim, a extração dos termos do objeto museológico para a representação de seu conteúdo na ficha de catalogação e o uso de linguagens documentárias padronizadas dentro do sistema, permitem realizar a indexação dos objetos museológicos criando pontos de acessos na coleção. No entanto, este não é um processo simples, pois esbarra em limites como tridimensionalidade e subjetividade, onde “[...] dificilmente seja possível distinguir, no momento da descrição, o suporte e o conteúdo” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, não paginado), exigindo do profissional uma pesquisa mais aprofundada para detectar essas informações e traduzi-las em termos documentários.

No que diz respeito ao processo de análise de assunto, podemos observar que este está inserido no processo de Documentação Museológica através da etapa da catalogação dos objetos museológicos (Figura 4), quando a informação museológica é representada por meio da descrição física e temática do objeto, permitindo o acesso pelo usuário.

Figura 4 - Processo de Documentação Museológica



Fonte: Elaborado pelo autor (2022), adaptado de Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021).

A análise de assunto, portanto, se insere no processo de Documentação Museológica a partir da representação das informações na ficha de catalogação através da leitura

documentária, a identificação, a seleção de conceitos e a síntese de uma linguagem natural para uma linguagem controlada integrando o processo documental nos museus.

Nesse contexto, observa-se que ainda não existem parâmetros metodológicos que dêem auxílio ao profissional de museu onde buscar informações sobre o assunto de um objeto museológico, para assim determinar seus pontos de acesso de assunto nos catálogos. Ou seja, a Documentação Museológica ainda esbarra na ausência de diretrizes específicas para a indexação de objetos museológicos (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007). Dessa forma, os estudos teóricos e procedimentos metodológicos de análise de assunto no contexto museológico se tornam ainda mais relevantes para subsidiar a indexação como uma ferramenta de gestão aplicável aos sistemas de recuperação da informação museológica.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o percurso metodológico desta pesquisa. Trata-se de um estudo de cunho exploratório, com análise qualitativa dos dados, que tem como instrumento para coleta introspectiva de dados a aplicação do Protocolo Verbal Individual (PVI) com 9 profissionais que realizam a catalogação do acervo no ambiente museológico. O universo de pesquisa são museus localizados na região amazônica, que fazem parte da organização do conhecimento da Amazônia brasileira. Para tanto, foram escolhidas duas instituições que possuem grande atuação no contexto amazônico, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), assim, delimitando o local de aplicação do instrumento de coleta de dados.

Cabe destacar que a UFPA possui seus próprios espaços museológicos e que cada um possui suas próprias coleções, com seus próprios curadores e técnicos. No MPEG as coleções, também possuem seus próprios curadores e técnicos, porém o que as diferencia é que esta se divide em quatro coordenações, a saber: Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia (COCTE), Coordenação de Zoologia (COZOO), Coordenação de Ciências Humanas (COCH) e Coordenação de Botânica (COBO). Portanto, foram selecionadas nove coleções para a aplicação do PVI, quatro da UFPA e cinco do MPEG, sendo seis da área de Biológicas, uma da área de Artes, uma da área de Ciências da Terra e uma da área de Linguística (Quadro 8). Contabilizando um total de nove coletas com o protocolo verbal individual.

Quadro 8 - Estrutura metodológica da pesquisa

Dados comuns para todas as coletas	Proposta investigativa: Identificar aspectos da análise de assunto na documentação museológica		
	Sujeitos: Profissionais que realizam o processo de catalogação		
	Instrumento de Coleta de dados: Protocolo Verbal Individual (PVI)		
INSTITUIÇÃO	MUSEU/COORDENAÇÃO	ÁREA DA CAPES	COLEÇÃO
MPEG	Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia (COCTE)	Ciências Biológicas	Coleção de Paleontologia
	Coordenação de Zoologia (COZOO)		Coleção Ictiológica
			Coleção Herpetológica
	Coordenação de Ciências Humanas (COCH)	Linguística	Coleção de Aracnídeos
UFPA	Museu de Anatomia da UFPA	Ciências Biológicas	Coleção de Línguas Indígenas
	Museu de Zoologia da UFPA		Coleção de Anatomia da UFPA
	Museu da UFPA	Artes	Coleção de Zoologia da UFPA
	Museu de Geociências da UFPA	Ciências da Terra	Coleção de Arte Contemporânea do Museu da UFPA
			Coleção de Rochas e Minerais da UFPA

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A amostra foi definida para que as análises dos dados pudessem proporcionar a observação dos procedimentos, dificuldades e instrumentos disponíveis aos profissionais de museus em torno de domínios específicos em diferentes coleções museológicas, sobretudo por terem um contexto e situações diferentes. Destaca-se que segundo o parágrafo único da Resolução nº 510 de 2016, sobre pesquisas realizadas com seres humanos, não serão avaliadas e nem submetidas ao sistema CEP/CONEP: “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” (BRASIL, 2016, p. 44).

Assim, esta pesquisa dividiu-se em duas partes: a) pesquisa bibliográfica sobre a análise de assunto e indexação no contexto museológico e sobre Documentação Museológica; e b) estudo de caso, com a aplicação do PVI, para identificar aspectos da análise de assunto durante a execução da catalogação dos objetos museológicos.

4.1 Pesquisa bibliográfica

Na primeira parte da pesquisa foi feita uma revisão de literatura realizada por meio de pesquisa junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para averiguação de dissertações e teses e nos banco de dados científicos nacionais e internacionais, a saber: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scielo* e a *Web of Science*, para averiguação em artigos científicos, no período de tempo de 2009 a 2021.

Cabe ressaltar aqui que os resultados demonstrados foram um compilado das publicações sobre análise de assunto e indexação no âmbito da Museologia e publicações sobre Documentação Museológica, buscando reunir documentos pertinentes sobre esses temas para o embasamento teórico deste trabalho. No entanto, observou-se uma dificuldade em encontrar documentos sobre a temática publicados no período de tempo proposto. Infere-se, portanto, que essa ainda é uma temática escassa e pouco explorada tanto na área da Museologia quanto na própria Ciência da Informação. Os documentos recuperados nas bases de dados foram utilizados para a composição teórica deste estudo, quando possuíam caráter pertinente para temática desenvolvida e estavam inseridos no âmbito de discussões da Ciência da Informação e Museologia.

A busca foi realizada da seguinte maneira: a partir da opção “busca avançada” e a opção “todos os campos”, contendo a expressão pesquisada. Dito isso, a busca realizada na BDTD recuperou o total de 21 dissertações e 08 teses usando os descritores “**documentação**

museológica”, “análise de assunto em museus” e “indexação em museus”, como pode ser visto no quadro 9.

Quadro 9 - Dissertações e Teses recuperadas na BDTD

Base de Dados	Descritores	Trabalhos Recuperados	Publicações Seleccionadas
BDTD	Documentação Museológica	25 (17 dissertações e 08 teses)	01 (1 dissertação)
	Análise de assunto em museus	13 (11 dissertações e 02 teses)	nenhuma selecionada
	Indexação em museus	04 (dissertações)	nenhuma selecionada
Total Seleccionado		01 dissertação	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que utilizando o descritor “**documentação museológica**” foram recuperados 25 itens, no período de 2009 a 2021. Após a análise, apenas um trabalho foi selecionado. Ao utilizar o descritor “**indexação em museus**” foram recuperados 04 itens, no período de 2009 a 2021. No entanto, nenhum deles tratava sobre indexação e, portanto, foram descartados. Ao utilizar o descritor “**análise de assunto nos museus**” foram recuperados 13, porém nenhum deles tratava sobre a análise de assunto no âmbito dos museus. Assim, para os fins desta pesquisa, foi selecionado o trabalho de Yassuda (2009) apresentado no quadro 10.

Quadro 10 - Autoria, título, vínculo institucional e ano das dissertações recuperadas na BDTD

Autoria	Título	Instituição	Ano
YASSUDA, Sílvia Nathaly	Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista	UNESP	2009

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para recuperar artigos de periódicos científicos foram utilizadas três bases de dados: BRAPCI, *Web of Science* e *Scielo*. No total foram recuperados 154 artigos e dentre estes 08 foram selecionados para os fins desta pesquisa. O quadro 11 informa sobre o quantitativo de artigos científicos recuperados em cada base de dados, no período de 2009 a 2021.

Quadro 11 - Artigos recuperados nas bases de dados BRAPCI, *Web of Science* e *Scielo*

Base de Dados	Publicações Recuperadas	Publicações Seleccionadas
BRAPCI	28	04
Web of Science	101	02
Scielo	25	02
Total Seleccionado	08	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na base de dados BRAPCI os termos utilizados na busca foram: “**indexação em museus**”, “**análise de assunto nos museus**”, e “**documentação museológica**”. Assim sendo, para o descritor “**indexação em museus**”, foram recuperados 05 artigos, no entanto apenas 01 artigo tem relevância para temática deste trabalho. Para o descritor “**documentação**

museológica” foram recuperados 23 artigos e após a leitura dos resumos, apenas 03 foram selecionados. O descritor “**análise de assunto nos museus**” não recuperou nenhum artigo.

Na base de dados da *Web of Science*, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os termos utilizados foram: “*museology documentation*” e “*museum indexing*”. O descritor “*museology documentation*” retornou 10 artigos os quais para compor o referencial teórico deste estudo, foram selecionados 02. Já o descritor “*museum indexing*” retornou 91 artigos, no entanto nenhum deles tratava sobre indexação no contexto dos museus, dessa forma foram todos descartados.

Na base de dados *Scielo* foram utilizados os termos: “**documentação museológica**”, “**análise de assunto nos museus**” e “*museum indexing*”. Foram recuperados 25 artigos com o descritor: “**documentação museológica**”. Desse conjunto, no entanto, 23 não se enquadram na temática desta pesquisa, sendo selecionados apenas 02 artigos. O termo “**análise de assunto nos museus**” não recuperou nenhum artigo, assim como o termo “*museum indexing*” não obteve nenhum retorno.

No total foram selecionados 08 artigos de acordo com a temática relevante para este estudo, sendo 06 nacionais e 02 internacionais, apresentados no quadro 12.

Quadro 12 - Autoria, título, periódico e ano de publicação dos artigos recuperados

Autoria	Título	Periódico	Ano
MURGUIA, Eduardo Ismael.	Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2011
SAMPAIO, Débora Adriano; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de.	Memória, museus e ciência da informação: Uma perspectiva interdisciplinar.	Biblios (Peru)	2013
HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca.	Documentary sources of museology: reflections and perspectives.	ICOFOM Study Series	2016
LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus.	O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório.	Em questão	2019
REIS, Mateus da Silva; MORAIS, João Batista Ernesto de; BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos.	Análise documental na museologia: um breve exercício de identificação de conceitos.	Ciência da Informação em Revista	2019
DUARTE, Bárbara Társia; CHAGAS, Mario de Souza.	Documentação, museu e memória: a coleção Getúlio Vargas do museu histórico Nacional.	Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação	2020
DAVIS, Ann.	Defining Museum.	ICOFOM Study Series	2020
CARVALHO, Raul; FONSECA, Luciana Di Paula Andrade da; REDIGOLO, Franciele Marques.	Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia.	Informação em Pauta	2021

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Outra estratégia de busca foi analisar as referências citadas nos textos lidos, buscando autores que possam trazer uma contribuição para este estudo. Por meio da análise das referências foi possível encontrar o trabalho *Normalización documental de museos: elementos para una aplicación informática de gestión museográfica*, de Carretero Pérez *et al.* (1998).

4.2 Definições para o estudo de caso

Após a revisão da literatura foi feito o levantamento dos espaços para aplicação do PVI. Foram escolhidas duas instituições que possuem uma grande representatividade para o desenvolvimento científico no contexto amazônico: o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

No que diz respeito ao MPEG, constatou-se que a instituição se divide em quatro coordenações distintas (Quadro 8). Quanto à UFPA, foi realizado um levantamento dos espaços museológicos no portal institucional da universidade. Dessa forma, ao todo foram levantados cinco espaços que se autodenominam museus, são eles: Museu da UFPA, Museu de Geociências, Museu de Anatomia, Museu de Zoologia e Museu de Interativo da Física. Dentre esses cinco espaços, foi constatado que apenas o Museu da UFPA e o Museu de Geociências se encontram devidamente cadastrados no “Guia dos Museus Brasileiros” publicado pelo IBRAM (2011).

Dessa forma, seguimos para a aplicação do PVI com os profissionais dessas instituições. Primeiramente foi realizado contato com cada instituição por meio do correio eletrônico, através de uma carta de apresentação da pesquisa. Cada instituição encaminhou o profissional responsável pelo processo de documentação do acervo.

Para a coleta introspectiva no espaço da UFPA, foi selecionado um profissional responsável pela catalogação do acervo em cada um dos espaços museológicos já descritos. Aqui destaca-se que as aplicações do PVI nos espaços da UFPA foram realizadas como parte de artigo escrito para a disciplina “Organização e Representação do Conhecimento para a Amazônia Brasileira”, ministrada pelas professoras Dr^a. Franciele Marques Redigolo e Dr^a. Mariângela Spotti Lopes Fujita. Durante a disciplina foi realizado o contato com cada um dos museus através de correio eletrônico. No entanto, das cinco instituições, apenas quatro responderam. Assim, para os fins desta pesquisa, vamos considerar os quatro museus que responderam, são eles: Museu da UFPA, Museu de Anatomia, Museu de Geociências e Museu de Zoologia. Dessa forma, prosseguimos a coleta de dados com um profissional de cada instituição, *campus* Belém, sendo que duas coletas foram via *google meet* e duas *in loco*.

Os resultados da coleta introspectiva nos museus da UFPA permitiram reconhecer na prática da Documentação Museológica o processo de análise de assunto e indexação, além de requisitos e elementos que constituem uma política de indexação, como: cobertura de assunto, linguagem documentária, processo de indexação na documentação museológica, estratégia de busca e a clientela da instituição. Este trabalho foi publicado no formato de artigo no V Congresso ISKO Espanha-Portugal (15° ISKO *España*). Dessa forma, para os fins desta pesquisa, foi utilizado apenas a transcrição dos PVIs aplicados nos museus da UFPA, devido a grande quantidade de dados gerados, que foram analisados de acordo com os objetivos deste trabalho.

Para a coleta introspectiva com o PVI no MPEG, foi feito o contato com todas as coordenações e com os curadores de todas as 19 coleções científicas principais da instituição, por meio de correio eletrônico. Dentre essas, cinco responderam se disponibilizando a participar da pesquisa. Assim, prosseguimos a coleta introspectiva de dados com um profissional de cada uma das coleções, a saber: Coleção de Paleontologia, Coleção Ictiológica, Coleção Herpetológica, Coleção de Aracnídeos e Coleção de Línguas Indígenas. Devido ao contexto pandêmico quatro coletas precisaram ser feitas via *google meet* e apenas uma ocorreu *in loco*.

4.2.1 Universo de pesquisa: UFPA e MPEG

Museus são espaços fundamentais para a construção do conhecimento científico de diversas áreas e por isso se constituem em espaços de construção, exposição e divulgação da ciência, do patrimônio cultural e da memória. É através desses espaços que se faz pesquisa científica, preservação e exposição de diferentes coleções, sob diferentes perspectivas científicas (QUEIROZ *et al.*, 2011). Souza (2009) destaca os museus como agentes para o desenvolvimento do conhecimento científico, através da pesquisa e da documentação de seus acervos. Dito isso, podemos destacar a atuação de duas instituições no contexto amazônico: a UFPA e o MPEG.

A primeira se constitui como uma instituição fundamental para a construção do conhecimento científico no contexto amazônico, pois permite o acesso a esses conhecimentos através das suas unidades de informação. Nesse contexto, seus espaços museológicos atuam como locais de ensino e aprendizagem e, embora possuam semelhanças com a escola, atuam sob aspectos particulares distintos e independentes, caracterizando-se como espaços de educação não-formal, ou seja, fora dos quadros do sistema formal de ensino (BIANCONI;

CARUSO, 2005; MARANDINO, 2008), assim, sua função social também se alinha à organização, representação e recuperação da informação para um público amplo e diverso.

No que diz respeito ao MPEG, este caracteriza-se como a instituição de pesquisa mais antiga da região amazônica, fundada em 1866, reconhecida mundialmente, sendo uma referência em pesquisa relacionada à variados aspectos que constituem o contexto amazônico (TOLEDO; BASTOS; CRISPINO, 2006; SANJAD, 2008). Dessa forma, entende-se que suas coleções contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico e de pesquisa, não somente para região amazônica, mas também para o mundo.

Nesse sentido, podemos entender esses espaços como potencializadores da compreensão pública sobre a ciência que, além de ser um local de transmissão de informação, atuam como um local de diálogo científico, com o objetivo de promover a aproximação, compreensão e conhecimento por parte do público em geral. Portanto, estão intimamente ligados à informação e a geração do conhecimento. Assim, entende-se que, a partir da pesquisa nesses dois espaços, pode-se contribuir com um ferramental teórico-metodológico, ancorado nos parâmetros da Organização do Conhecimento e Ciência da Informação, para melhor aperfeiçoar as práticas de Documentação Museológica no contexto amazônico.

4.2.2 Protocolo Verbal Individual em museus: elaboração do instrumento

A coleta introspectiva de dados consiste na observação da introspecção do profissional durante a realização da tarefa. A introspecção é aplicada em pesquisas da área da Psicologia Cognitiva e em estudos feitos com bibliotecários catalogadores que realizam a indexação na catalogação de assunto em bibliotecas, por meio da introspecção para “[...] observação, obtenção e descrição de estruturas do conteúdo de experiências conscientes dos sujeitos, com foco em descoberta das semelhanças do comportamento humano” (TARTAROTTI; DAL’EVEDOVE; FUJITA, 2017, p. 43). Segundo Redigolo (2010), esse método preconiza que o sujeito explicita todos os procedimentos que estão fazendo em tempo real e em voz alta sendo, portanto, uma técnica exaustiva e que proporciona uma visão ampla sobre a análise dos assuntos.

Para a coleta introspectiva de dados foi escolhido o Protocolo Verbal Individual (PVI), instrumento que permite compreender como se dá o tratamento da informação na Documentação Museológica, especificamente na etapa da catalogação, permitindo identificar aspectos da análise de assunto nesse processo.

O protocolo verbal, segundo Redigolo (2014, p. 126) “é uma técnica de coleta de dados introspectiva, o que permite observar os processos cognitivos, de forma a conseguir

explorar experiências conscientes do sujeito”. Dessa forma, a aplicação do protocolo verbal de forma individual, através da técnica do *Thinking aloud* (“pensar alto”), que consiste em exteriorizar seus processos mentais através de relatos verbais em voz alta, sem que haja a interação do pesquisador, permitindo que o indivíduo mostre tudo o que passa pela sua cabeça durante seu processo de trabalho, fornecendo uma grande quantidade de dados para análise (CAVALCANTI, 1989; REDIGOLO, 2014; ALONSO-ARROYO *et al.*, 2016).

Dito isso, para alcançar o objetivo geral desta pesquisa foi preciso adaptar esta técnica para a realidade dos museus, uma vez que trata-se de uma tipologia de acervo diferente daquela encontrada em bibliotecas.

Assim, em vez de um texto para a leitura, foi preciso utilizar um objeto museológico, pertencente ao próprio acervo do museu onde o PVI foi aplicado para que, dessa forma, seja possível observar suas verbalizações na sua atividade de documentação museológica, especificamente durante o processo de catalogação do objeto pelos profissionais. Para a adaptação dos procedimentos foram utilizadas as pesquisas de Fujita (2009), Bottallo (2010), Monteiro (2010), Padilha (2014), Reis *et al.* (2019) e Carvalho *et al.* (2021). Dessa forma, entende-se que o PVI é uma técnica adequada para a coleta de dados com profissionais de museus, pois permite a observação de suas estratégias e comportamento, durante o processo de catalogação do acervo museológico.

Cabe reforçar que, apesar de cada instituição museológica selecionada possuir uma tipologia de acervo diferente, percebeu-se que a tipologia do acervo não interferiu na coleta introspectiva de dados, visto que a tarefa proposta, catalogação do objeto museológico, segue os procedimentos da Documentação Museológica (já explicitado no capítulo 2), justificando-se, assim, a escolha de instituições com tipologia de acervos diferentes para este estudo. Dessa forma, cada profissional foi observado durante o processo de catalogação do objeto museológico com o intuito de identificar os procedimentos, dificuldades e estratégias durante a atividade e como isso reflete na representação da informação museológica e, consequentemente, na recuperação dessa informação por possíveis usuários.

Para a aplicação do PVI foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: **Procedimentos anteriores à coleta de dados**; **Procedimentos durante a coleta de dados**; e **Procedimentos posteriores à coleta de dados**, adaptados do trabalho de Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e Redigolo (2014).

4.2.2.1 Procedimentos anteriores à coleta de dados

a) Definição do universo da pesquisa:

Para definição do universo de pesquisa foram escolhidos profissionais que realizam o processo de catalogação nos museus pertencentes à UFPA e nas coleções das coordenações do MPEG (*vide* Quadro 8), sendo portanto:

- Quatro coletas nos quatro museus da UFPA: área de Artes Visuais (Museu da UFPA), Geociências (Museu de Geociências), Ciências Biológicas (Museu de Zoologia e Museu de Anatomia), coletadas durante a disciplina de “Organização e Representação do Conhecimento para a Amazônia Brasileira”;
- Cinco coletas no MPEG: na área de Ciências Biológicas (COCTE e COZOO) e na área de Ciências Humanas (COCH).

b) Seleção do objeto-base (adaptado):

O subitem “Seleção do texto-base”, encontrado na teoria de Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e Redigolo (2014), foi transformado em “Seleção do objeto-base”, visto que, em vez de um documento textual, foram utilizados objetos museológicos para a realização da análise de assunto na catalogação pelos profissionais da UFPA e MPEG. Dessa forma, foram escolhidos objetos da própria coleção de cada museu (objetos museológicos), pelo fato da pesquisa ser direcionada ao contexto museológico, onde os documentos possuem diferentes suportes de acordo com a área de atuação de cada museu. O contexto a ser investigado é a análise de assunto no processo de catalogação desses objetos e como isso reflete na alimentação dos catálogos e, conseqüentemente, na recuperação da informação nesses espaços.

A amostra foi definida após pesquisa prévia sobre o tipo de acervo de cada instituição e contato com os profissionais participantes. Cada objeto é referente a área do conhecimento de cada museu para o recolhimento de informações a respeito da atividade realizada por cada profissional. Como cada museu corresponde a uma área do conhecimento diferente, os objetos museológicos também são diferentes de acordo com cada acervo de cada instituição.

Portanto, cada profissional usou de um objeto museológico diferente de acordo com a tipologia do seu acervo, os objetos foram sistematizados no quadro 13 abaixo de acordo com a instituição museológica, sua tipologia e área do conhecimento a que pertencem.

Quadro 13 - Objetos museológicos utilizados para a coleta de dados

Museus	Objeto Museológico	Área do Conhecimento
Museu da UFPA	Obra de arte (Aquarela de Walter Bandeira)	Artes
Museu de Geociências da UFPA	Amostra de Ametista	Ciências da Terra (Geologia)
Museu de Anatomia da UFPA	Peça do sistema digestivo humano conservado em via úmida (álcool 70%)	Ciências Biológicas (Medicina)
Museu de Zoologia da UFPA	Espécime conservado em via seca (Marsupial)	Ciências Biológicas (Zoologia)
MPEG/COCTE Coleção de Paleontologia	Material Paleontológico (Fóssil)	Ciências Biológicas (Paleontologia)
MPEG/COZOO Coleção Ictiológica	Espécime de peixe conservado em via úmida (álcool 70%)	Ciências Biológicas (Ictiologia)
MPEG/COZOO Coleção Herpetológica	Espécime de serpente conservado em via úmida (álcool 70%)	Ciências Biológicas (Herpetologia)
MPEG/COZOO Coleção de Aracnídeos	Espécime de aranha conservada em via úmida (álcool 80%)	Ciências Biológicas (Aracnologia)
MPEG/COCH Coleção de Línguas Indígenas	Arquivo de Áudio Digital	Linguística

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

c) Seleção dos participantes:

A coleta foi aplicada com um profissional em cada museu selecionado (de acordo com o quadro 8, já apresentado). Assim, ao todo nove profissionais foram observados ao realizar a catalogação de um objeto museológico, de acordo com a tipologia do seu acervo, respectivamente, gerando um total de nove protocolos verbais (*vide* Apêndices A, B, C, D, E, F, G, H e I). Assim, foi possível caracterizar o perfil profissional dos sujeitos que realizam a catalogação dos acervos museológicos das instituições investigadas.

Destaca-se aqui que nem todos os profissionais que realizam o processo de catalogação nesses espaços possuem formação em Museologia. Dessa forma, optou-se em usar o termo geral “profissional” ou “profissional de museu” para identificá-los. O critério para escolha dos profissionais foi de possuírem quatro anos ou mais de experiência realizando atividades documentais nos museus.

Dito isso, as informações sobre o perfil desses profissionais foram sistematizadas no quadro 14, de acordo com o museu que fazem parte, sua função, sua formação, tempo na função e sua identificação para os fins desta pesquisa.

Quadro 14 - Perfil dos sujeitos da pesquisa

Museu	Função	Tempo na função	Formação	Identificação
Museu da UFPA	Coordenador de Acervos do Museu da UFPA	5 anos	Museologia	Profissional 1
Museu de Anatomia da UFPA	Coordenadora do Museu de Anatomia	10 anos	Medicina Veterinária	Profissional 2
Museu de Geociências da UFPA	Técnico em Mineração	5 anos	Geologia	Profissional 3

Museu de Zoologia da UFPA	Coordenadora do Museu de Zoologia	Não informou com exatidão	Zoologia	Profissional 4
MPEG/COCTE	Curadora do Acervo de Rochas, Minerais e Fósseis	17 anos	Biologia	Profissional 5
MPEG/COZOO	Curador da Coleção Ictiológica	20 anos	Biologia	Profissional 6
	Curadora da Coleção Herpetológica	20 anos	Biologia	Profissional 7
	Técnica da Coleção de Aracnídeos	12 anos	Biologia	Profissional 8
MPEG/COCH	Curadora da Coleção de Línguas Indígenas	4 anos	Linguística	Profissional 9

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

d) Definição da tarefa:

Os participantes foram observados, por meio do PVI, durante o processo de catalogação do objeto museológico. Todo o processo foi gravado, fazendo uso da função de gravação, disponível no *google meet*, e os que foram realizados *in loco* foram gravados através de um gravador de voz.

e) Conversa informal com os sujeitos:

Antes da aplicação da técnica foi realizada uma conversa informal para repassar as instruções sobre o PVI, onde foram apresentados os objetivos da pesquisa e sua relevância para o aprofundamento do tema para o campo da Museologia e Ciência da Informação, além de deixar claro que a identidade de cada um dos sujeitos será ocultada com o objetivo de deixá-los à vontade durante a realização da tarefa. Também será realizada uma familiarização com a tarefa do “pensar alto” adaptado de Nardi (1993) (*vide* Anexo A), com o objetivo de apresentar os procedimentos que auxiliem o profissional na tarefa.

4.2.2.2 Procedimentos durante a coleta de dados

a) Gravação do “Pensar Alto”:

Durante a aplicação do Protocolo Verbal Individual cada profissional foi gravado realizando sua tarefa individualmente, sem interferência do analista, exteriorizando seus pensamentos de modo que fizesse o relato de seus processos mentais sem nenhuma interferência.

Cabe ressaltar que, por ainda estarmos no contexto de pandemia, a maior parte das coletas precisou ser realizada por meio de plataformas *online* e isso trouxe algumas limitações e dificuldades como: a necessidade do acesso à internet durante o processo, e para que o profissional pudesse exteriorizar seus pensamentos da mesma forma como faz no cotidiano.

Limitações estas não encontradas durante a aplicação *in loco*. No entanto, foi possível coletar dados relevantes e suficientes para se obter uma compreensão aprofundada da prática da catalogação no âmbito museológico.

b) Entrevista retrospectiva (opcional):

A entrevista retrospectiva foi realizada, quando necessária, com o objetivo de esclarecer alguns pontos e dúvidas que surgiram durante a aplicação do PVI

4.2.2.3 Procedimentos posteriores à coleta de dados

a) Transcrição literal das falas dos participantes:

As falas dos sujeitos foram transcritas na íntegra buscando identificar suas ideias, dificuldades, dúvidas e estratégias durante a atividade de catalogação dos objetos museológicos.

b) Leitura detalhada dos dados para construção das categorias de análise:

Foi realizada a leitura detalhada das transcrições com intuito de identificar aspectos relevantes para a elaboração das categorias de análise mediante a percepção de fenômenos significativos e recorrentes, pautando-se nas transcrições e na teoria.

c) Construção das categorias de análise:

Após a análise detalhada por meio da leitura das transcrições, foram elaborados eixos e categorias de análise para facilitar a compreensão da atividade praticada por cada sujeito participante, a partir das transcrições e também da teoria estudada (*vide* 4.3).

d) Retorno aos dados para retirar trechos da discussão que exemplifiquem cada categoria de análise:

Foi efetuada uma releitura das transcrições para a retirada de trechos que exemplificam os fenômenos de cada categoria de análise e a síntese dos principais aspectos observados. É possível que o trecho da fala dos sujeitos se enquadre em mais de uma categoria, podendo haver algum trecho repetido dentre as categorias de análise.

4.3 Categorias e eixos para análise dos dados coletados com o PVI

A partir dos pressupostos teóricos anteriormente apresentados nos capítulos 2 e 3, e também a partir da leitura da transcrição dos protocolos já aplicados, elaborou-se seis categorias de análise, que buscam responder o terceiro objetivo desta pesquisa que compreende identificar como a análise de assunto ocorre na prática da catalogação dos objetos museológicos, por meio da aplicação do Protocolo Verbal Individual (PVI). Além disso, duas categorias foram extraídas a partir da leitura das transcrições dos protocolos (Quadro 15), cada categoria corresponde a um processo realizado durante a catalogação dos objetos museológicos pelos profissionais:

Quadro 15 - Síntese das categorias para a análise das transcrições do protocolo verbal

Categoria	Síntese	Fonte
Leitura documentária do objeto museológico	O profissional realiza a leitura documentária do objeto museológico visando encontrar as informações intrínsecas e extrínsecas.	Ferrez (1994), Carretero Pérez <i>et al.</i> (1998), Bottallo (2010), Padilha (2014) e Reis <i>et al.</i> (2019)
Identificação e Seleção de Conceitos para Indexação	O profissional, durante o processo da leitura documentária, identifica os conceitos e seleciona os que melhor representam o objeto museológico.	Fujita (2003), Lancaster (2004), Gil Leiva e Fujita (2012) e Fujita e Santos (2016)
Uso de Linguagem Controlada	O profissional utiliza linguagem natural ou controlada para inserção das informações no catálogo.	Cintra <i>et al.</i> , (2002) e Boccato (2009)
Estratégias para Análise de Assunto do Objeto Museológico	As estratégias empregadas pelo profissional para realizar a análise de assunto.	Extraída das coletas PVI
Catalogação do Acervo	O profissional representa a informação dos objetos museológicos, de forma padronizada ou não, para sua posterior recuperação.	Ferrez (1994), Bottallo (2010), Monteiro (2010), Padilha (2014) e Reis <i>et al.</i> , (2019)
Banco de Dados do Museu	O profissional utiliza ferramentas para organizar e gerenciar seus acervos museológicos.	Extraída das coletas PVI

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No sentido de organizar e agrupar tematicamente as categorias de análise expostas anteriormente, foram elaborados dois eixos temáticos. Cada eixo agrupa categorias conforme a temática, desta maneira, o primeiro eixo corresponde à análise de assunto identificado na catalogação museológica realizada pelos profissionais de museu; e o segundo eixo corresponde à catalogação museológica e o uso de banco de dados para inserção das informações do objeto museológico. O quadro 16 corresponde ao eixo, seu objetivo e quais categorias foram agrupadas dentro de cada eixo.

Quadro 16 - Eixos, objetivo e categorias para análise

Eixo	Objetivo do eixo	Categorias
Análise de Assunto	Identificar aspectos relacionados à análise de assunto na catalogação do objeto museológico com fins à indexação e quais estratégias foram desenvolvidas pelos profissionais para realizar essa atividade.	- Leitura Documentária do Objeto Museológico; - Identificação e Seleção de Conceitos para Indexação; - Uso de Linguagem Controlada; - Estratégia para a Análise de Assunto do Objeto Museológico.
Catologação Museológica	Identificar como é realizado o registro dos objetos museológicos nos catálogos dos museus, quais ferramentas para organização e gerenciamento do acervo museológico são utilizadas e como se dá o acesso dos usuários.	- Catalogação do Acervo; - Banco de dados do museu.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com base nas categorias e eixos definidos nos quadros acima é importante também informar como foi feita a forma de análise dos dados, apresentada na seção seguinte.

4.4 Forma de análise dos dados

As análises dos dados dos protocolos foi desenvolvida a partir das categorias descritas na seção anterior e foram organizados a partir de dois procedimentos elementares: a) transcrição das falas de cada sujeito, entre aspas e em itálico, para exemplificar a categoria de análise; e b) discussão da categoria, tomando o apoio da fundamentação teórica dos autores supracitados nesse estudo, quando houver necessidade. Também foram utilizadas as seguintes terminologias para identificação dos sujeitos: Profissional 1 (P1), Profissional 2 (P2), Profissional 3 (P3) e assim por diante.

Assim, os dados estão sistematizados da seguinte forma: eixo abordado, categoria abordada, quadro com a fala relevante do sujeito, com o texto em itálico, e discussão da categoria.

Exemplo:

EIXO TEMÁTICO

CATEGORIA DE ANÁLISE

Sujeitos (P1, P2, P3...)	<i>Trecho retirado da transcrição das falas dos sujeitos pesquisados durante a aplicação do PVI que explica a categoria de análise definida.</i>
-------------------------------------	--

Discussão da categoria: Será realizada uma análise crítica dos trechos retirados dos relatos de cada sujeito participante referente aos pontos relevantes da categoria juntamente com referencial teórico quando for necessário.

Por fim, é apresentada uma discussão geral dos eixos e categorias de análise, onde se tece se uma síntese conclusiva para as categorias analisadas, os elementos da análise de assunto encontrados entre os museus pesquisados e um quadro comparativo entre as duas instituições pesquisadas (museus da UFPA e MPEG).

A partir da forma de análise dos dados, os resultados, obtidos com a aplicação da técnica do PVI, serão apresentados e organizados de acordo com os eixos e as categorias de análise propostas nesta pesquisa no próximo tópico.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo contém os resultados e discussões a partir das nove transcrições dos dados coletados por meio da aplicação dos PVI, dos sujeitos que fizeram parte deste estudo. Também tem como objetivo estabelecer um parâmetro analítico entre a teoria e a prática do processo de análise de assunto na catalogação do objeto museológico.

5.1 Resultados do Protocolo Verbal Individual

A seguir apresentam-se as análises da coleta introspectiva de dados a partir da elaboração dos eixos temáticos e das categorias de análise descritas na metodologia (*vide* quadros 15 e 16 e a seção “Forma de Análise dos Dados”). Os sujeitos foram identificados da forma como foi descrito no quadro 14 integrante da metodologia deste trabalho (seção “Procedimentos anteriores à coleta”).

EIXO ANÁLISE DE ASSUNTO

CATEGORIA LEITURA DOCUMENTÁRIA DO OBJETO MUSEOLÓGICO

Esta categoria de análise diz respeito à interpretação de informações relativas ao próprio objeto (informações intrínsecas) ou exteriores a ele (informações extrínsecas) pelo profissional, o que segundo Padilha (2014) consiste na leitura documentária do objeto museológico.

P1	<p>-“<i>Temos as informações intrínsecas e extrínsecas da obra, e partimos primeiro das informações intrínsecas, retira-se a medida, visualiza-se a obra, olha-se o título, as características da obra, assinatura, a técnica dessas obras</i>”</p> <p>-“<i>Olha-se na frente, na parte do verso e tenta-se buscar isso na própria obra, analisando, buscando. Se não tiver na própria obra, fazemos uma pesquisa</i>”</p>
P2	<p>Nenhum trecho foi encontrado</p>
P3	<p>-“<i>[...] o primeiro passo é recebê-lo e buscar uma ficha que vai ser entregue ao doador, onde ele vai preencher todas as informações referentes àquela mostra ele está doando</i>”</p> <p>-“<i>Em seguida ele vai trazer as informações referentes ao contexto geológico daquela região</i>”</p> <p>-“<i>[...] ele vai descrever a amostra, se ele já informou o nome da amostra, se já classificou a amostra [...] tem que falar das texturas, estruturas, informação de composição química se houver, por fim informar alguns dados adicionais, se for interessante, algum fato relevante daquela coleta, se houve alguma outra pessoa que participou da coleta também</i>”</p> <p>-“<i>Caso seja necessário alguma informação adicional, por exemplo, a pessoa que doou não sabe o nome da amostra, não é um geólogo, essa amostra não faz parte de uma pesquisa, a pessoa não sabe classificar essa amostra, a gente mesmo faz essa classificação</i>”</p>

P4	<p>- “[...] a gente faz todas as medidas. Tamanho de corpo, tamanho de cauda, tamanho de cabeça, tamanho de pé, orelha, peso do animal”</p> <p>- “[...] vem todas as informações dela, o peso e todas as medidas, foi tirado o quê desse animal, espécie e informações relativas a sua classificação”</p> <p>- “Este caderninho posteriormente é o que vai ter as informações colocadas nessa planilha do Excel”</p>
P5	<p>- “[...] se observa a amostra em todas as faces, buscando informações e fazendo comparações com a literatura, dessa forma conseguimos identificar aquela amostra”</p> <p>- “Quando eu pego esse fóssil aqui para fazer a identificação através de comparação de morfologia com a literatura, eu uso a literatura que tem já disponível e identifico observando o material em todas as suas faces, para identificar níveis superiores, níveis de família e a medida que é possível eu consigo ir até espécie, sempre usando a literatura como base e catálogos aqui do próprio museu”</p>
P6	<p>- “Para fazer essa identificação a gente tem que olhar o material em todas as faces, né? Para realizar a identificação usamos de uma taxonomia, né? Para inserir essas informações utilizamos basicamente os dados taxonômicos, para preencher o banco de dados”</p>
P7	<p>- “Depois disso ele passa por uma identificação, então ele é observado, comparado com outros, tem uma identificação básica, para ele chegar no menor nível taxonômico que ele precisa”</p>
P8	<p>- “[...] o aluno chega aqui ele vai para lupa pra fazer identificação, olhando a aranha, no caso, precisa olhar cada estrutura, lá ele vai me dizer se ele conseguir identificar aqueles... espécimes a nível de espécie, perfeito”</p> <p>- “[...] ele identifica o máximo que ele pode, aí ele manda para mim”</p>
P9	<p>- “Na verdade, quando a gente recebe o material esperamos que ele contenha a informação mínima sobre o conteúdo. Utilizamos como fonte as informações dadas por quem deposita o material no acervo. Não vamos precisar escutar todos os arquivos para identificar o material que está lá. Então utiliza-se vocabulário que já existe dentro da instituição para identificar os temas”</p>

Observa-se que o sujeito **P1** ao fazer o exame do objeto museológico percorre: a frente e o verso do objeto procurando informações que caracterizem aquele objeto; também observa o título quando possui; e se for preciso faz uma pesquisa com o doador, com familiares ou com o próprio produtor daquele objeto (no caso de obras de arte).

O sujeito **P2** não deixou claro se realiza a leitura documentária do objeto museológico, apenas relatando a forma que é feita a sua conservação. A leitura documentária não é realizada pelos sujeitos **P3**, **P8** e **P9**, essa atividade é delegada para o pesquisador que deposita o objeto museológico no acervo, que deve observar todas as informações e características possíveis do objeto que está depositando planilhadas e entregues no ato da doação. No entanto, **P3** revela que, quando necessário, realiza a leitura documentária, com o objetivo de fazer sua descrição para posterior catalogação, quando o pesquisador não tem como fazê-lo.

Os sujeitos **P4**, **P5**, **P6** e **P7** também são pesquisadores e, portanto, realizam a leitura documentária durante as coletas de campo e colocam as informações em um caderno de campo. Assim, realizam a leitura documentária durante o processo de coleta, buscando

informações como: peso, tamanho das partes do corpo, órgãos que foram retirados, localidade, a separação por grupos taxonômicos e todas as informações que julgam necessárias. Também realizam uma identificação mais profunda dentro do laboratório, buscando outras informações e características que permitam identificar e inserir esse objeto na coleção mais adequada. Por se tratar de um objeto coletado em campo, além das informações registradas durante a coleta, os sujeitos realizam comparações com a literatura específica da sua área e com outros materiais do próprio acervo.

Discussão da Categoria Leitura Documentária do Objeto Museológico:

O protocolo verbal revelou como os profissionais lidam com o objeto museológico desde o seu primeiro contato até o fim da representação, para esta categoria observou-se as características que sempre estão presentes na maneira de representar. Os sujeitos realizam a leitura documentária a partir de características físicas do objeto que estão analisando por meio da observação minuciosa dos detalhes do objeto, frente e verso, superior e inferior, e por meio das informações contextuais (como a procedência do objeto museológico) e em literatura pertinente. Dessa forma, entende-se que, quando se trata de coleções biológicas, ao mesmo tempo que o profissional coleta o material para inseri-lo na sua coleção ele também realiza a primeira etapa da análise de assunto (leitura documentária).

De acordo com Reis *et al.* (2019), no âmbito museológico, a leitura documentária é realizada desde o primeiro contato do profissional com o objeto, onde este tem como fonte principal de informação o próprio objeto, com vistas a retirar a maior quantidade de informações para a representação, o mais fiel possível, da informação de acordo com a necessidade da instituição e da comunidade usuária a que atende. No que diz respeito às normas, definir um procedimento padrão de leitura documentária para os objetos museológicos ainda é uma atividade bastante complexa, visto que pode ser “qualquer coisa” (qualquer suporte) e esbarra em aspectos como: tridimensionalidade, contexto e subjetividade (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007; REIS *et al.*, 2019).

CATEGORIA IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE CONCEITOS PARA INDEXAÇÃO

Observa-se que a identificação e seleção de conceitos para indexação com o objetivo de organizar os acervos museológicos carece de algum referencial da Ciência da Informação, cujo indicativo dessa questão pode ser conferido nas seguintes respostas dos sujeitos pesquisados.

P1	<p>-“A descrição da obra é feita de acordo com o que é representado na imagem”</p> <p>-“Aqui usamos termos específicos para as técnicas das obras de acordo com o tema”</p> <p>-“[...] os termos que são utilizados são voltados para as técnicas das obras”</p> <p>-“Então quando a obra é figurativa é descrito o que tem na imagem, se tem uma pessoa, o que é que está sendo representado na imagem, se é figurativa. Se for algo abstrato coloca-se o que tem na imagem abstrata e tentamos descrever mais as cores, a forma que ela representa, as formas geométricas [...]. A descrição do catálogo é baseada nisso e esse é um primeiro momento também que é essa descrição.”</p>
P2	Nenhum trecho foi encontrado
P3	-“[...]o número que ela vai receber vai seguido pelo nome do mineral ou nome da rocha, não tem outros termos”
P4	-“Não, não separamos por assuntos, mas por grupos taxonômicos, como te falei, mamíferos, répteis, insetos, aí isso tá separado”
P5	-“Então no momento que fazemos o registro dessa amostra selecionamos palavras-chave que melhor identifiquem essa amostra para que ela seja encontrada de forma mais fácil por alguém que precise realizar uma busca mais detalhada. Dentro do próprio site do museu tem como acessar essas informações por meio do specify.”
P6	<p>-“[...] utilizando bibliografia especializada, como base de comparação de trabalho. Existem alguns livros que permitem fazer uma identificação mais genérica, certo? É superficial. Mas pra fazer identificação específica é uma bibliografia mais específica, ou seja, são trabalhos específicos para cada um dos grupos que eu preciso consultar, certo? Então é uma bibliografia bem... Bem vasta. Aqui, por exemplo, é ictiologia da região neotropical, assim...”</p> <p>-“[...] o próprio usuário pode ter acesso pesquisando, pelo projeto de pesquisa, ou mesmo por essas informações do contexto do material”</p>
P7	<p>-“Geralmente essas categorias taxonômicas vão acompanhar o material até mesmo para podermos organizá-los na coleção e encontrá-los depois”</p> <p>-“A gente só usa esse, vamos dizer assim termos, a geografia e o grupo taxonômico”</p>
P8	<p>-“Aí eu seleciono os termos... Vem, reino, filo, classe, ordem, família, aqui eles pedem autor da família, às vezes subfamília, gênero, autor do gênero, espécie, autor da espécie, morfoespécie quando ele não... Ele não confirma a identificação específica, mas ele pode, vamos dizer assim... Olha isso é uma espécie diferente. Ou então preciso confirmar. Isso é a espécie x, entendeu?”</p> <p>-“Aí localidade, né? Então a localidade é sempre o máximo... É o final da tua informação. Por exemplo, nesse caso aqui foi na mata da Marinha foi lá no Segundo Batalhão de Operações ribeirinhas da Mata da Marinha”</p> <p>-“Aí ‘lat’ e ‘long’, tá? Aí no município, estado, país, continente. Quem são os coletores? Todos os coletores 1, 2, 3, 4, 5, no caso a gente tem. Data da coleta, que é o início da data. Quando começou? Por que às vezes eles não fazem o dia da data, mas é no período de tanto a tanto. Por exemplo, aqui no caso foi de 3 a 7, tá?”</p> <p>-“Quem determina essa espécie? Qual era o ambiente dele? No caso uma floresta. Qual foi o método? ‘Pitfall’, guarda-chuva entomológico, tá? O código de campo”</p> <p>-“Depois de um tempo a gente vai saber o estado tipo, que a gente chama aqui, se é um holótipo, se é um parátipo, se é um... Alótipo. [...] Esse eu determinei como holótipo. Tem aquele outro que é o parátipo, que foram espécies coletadas na mesma época... pode ser o mesmo lote. Aí eles são chamados de parátipos”</p> <p>-“Eu consigo inserir também algumas palavras-chave, por exemplo dentro de aranha, aí preciso pensar em como meu usuário vai encontrar tudo que foi tombado na coleção de aranhas”</p>
P9	-“O nosso acervo é organizado por língua e dentro de cada cada língua você tem seções gerais, então temos tópicos, assuntos. Identificamos e selecionamos os que melhor se encaixam, como classe gramatical, lexical, histórias tradicionais, atividades cotidianas e assim por diante”

Observa-se na fala que o sujeito **P1** identifica os assuntos a partir da leitura documentária do objeto museológico, também define os termos mais específicos para representar o conteúdo temático daquele objeto em seu catálogo (informações contextuais).

No que diz respeito aos sujeitos **P2** e **P4**, em nenhum momento identificaram ou selecionaram os conceitos para uma posterior indexação do objeto museológico que estavam tratando. O sujeito **P3** não identifica e seleciona conceitos para uma possível recuperação pelo usuário, realizando apenas o tombamento do objeto para seu posterior tratamento técnico em um inventário, uma das etapas da Documentação Museológica, segundo Ferrez (1994) e Padilha (2014). O inventário é um instrumento utilizado para armazenar informações do objeto museológico que tem como objetivo identificar e controlar de forma quantitativa os objetos do acervo de um museu para fins de controle administrativo (SANTOS, 2000).

Os sujeitos **P5** e **P8** explicitam em sua fala que definem “palavras-chave” para representar os assuntos do objeto que estão catalogando. Essas “palavras-chave” serão utilizadas para uma posterior indexação dentro de um banco de dados. Também observa-se que possuem uma preocupação com o usuário, utilizando termos de acordo com a demanda que irá utilizar o seu catálogo e, conseqüentemente, recuperar essa informação analisada, que pode ser acessada no próprio *site* da instituição.

Os sujeitos **P6** e **P7** utilizam de bibliografia especializada para determinar os principais assuntos referentes aos objetos que estão catalogando. Em geral, ambos separam de acordo com informações sobre a procedência (geografia) e o grupo taxonômico. Esses termos também podem ser utilizados na recuperação desses objetos dentro do seu banco de dados, no entanto, não revelaram preocupação com o usuário ao determinar esses termos para recuperação. O sujeito **P9** utiliza termos de uma linguagem controlada do próprio museu para determinar o conteúdo informacional de seus objetos museológicos, que é um fator positivo, pois permite o emprego de novos termos e atualizações.

Discussão da Categoria Identificação e Seleção de Conceitos para Indexação:

A identificação e seleção de conceitos caracterizam o processo de indexação, sendo requisitos importantes para a recuperação da informação contida nos documentos por possíveis usuários (FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004; FUJITA; SANTOS, 2016), o que implica na organização desses acervos por meio dos SOC. A partir das falas dos sujeitos podemos inferir que, em sua maioria, os profissionais que realizam a catalogação nessas

instituições carecem de diretrizes para realizar a análise de assunto e, conseqüentemente, a indexação, o que conduz a uma representação da informação do objeto museológico pouco aprofundada. Também constatou-se que nenhum dos sujeitos participantes procurou identificar se o objeto museológico já constava no sistema. Nesse sentido, entende-se que, em geral, objetos museológicos são únicos e por isso os profissionais acreditam que não haveria duplicidade de registro.

Destaca-se que a indexação pode ser observada em dois momentos: na entrada, durante a tradução dos conteúdos dos para uma linguagem controlada; e na saída, durante a busca e recuperação da informação desses objetos museológicos nos bancos de dados. Também cabe destacar que o tratamento descritivo e temático no cotidiano do profissional de museu não é realizado de forma separada, desse modo não foi possível identificar com precisão, a partir da fala dos sujeitos, as etapas de forma independente, uma vez que eles não conseguem separar o processo de descrição física do objeto da descrição temática.

Dessa forma, observa-se a necessidade de diretrizes voltadas para a análise de assunto dos objetos museológicos que precisa ser alicerçada em fundamentos teórico-metodológicos, como a de uma política de indexação, pois essa permite segundo Rubi (2009): a) identificar a organização à qual estará vinculada o sistema de indexação; b) descrever o perfil dos usuários a qual se destina o sistema; e c) garantir recursos humanos qualificados para operacionalizar e guiar os procedimentos de indexação dos documentos de uma unidade de informação.

CATEGORIA USO DE LINGUAGEM CONTROLADA

O processo de documentação de um objeto museológico também deve passar pelo uso de linguagens controladas que atuam como ferramentas para operacionalizar o processo de indexação. Nesse sentido, o estudo buscou apurar junto aos sujeitos das instituições pesquisadas que tipo de linguagem adotam.

P1	- <i>“A linguagem documentária que costumamos utilizar é mais geral. A gente sempre busca para fazer pesquisa na linguagem documentária dos museus”</i> <i>“Reforço que a principal base do museu foi o Museu Nacional de Belas Artes devido ter sido utilizado o sistema Donato, então, muitas vezes, ainda é utilizado o Museu Nacional de Belas Artes como referência para a documentação do Museu da UFPA”</i>
P2	Nenhum trecho foi encontrado
P3	Nenhum trecho foi encontrado
P4	- <i>“Não, não separamos por assuntos, mas por grupos taxonômicos, como te falei, mamíferos, répteis, insetos, aí isso tá separado”</i>

P5	- <i>“A taxonomia é a base de tudo, digamos assim, pra poder incorporar a peça no acervo”</i>
P6	- <i>“[...] é uma coleção com viés taxonômico e sistemático”</i> - <i>“[...] pesquisadores que trabalhavam aqui começaram a formar, dar uma noção de coleção científica mesmo. Então foram organizando de forma taxonômica a coleção”</i> - <i>“Para realizar a identificação usamos de uma taxonomia”</i>
P7	- <i>“Então, eu organizo de forma taxonômica. É uma coleção científica, né? Baseada na taxonomia, temos uma hierarquia das informações, então tá família, gênero, espécie... Nas categorias taxonômicas”</i>
P8	- <i>“Tudo isso baseado na Taxonomia”</i> - <i>“A gente usa a linguagem da taxonomia para determinar esses nomes que colocamos aqui dentro do sistema”</i>
P9	- <i>“Nós separamos esses objetos digitais por meio do vocabulário”</i> - <i>“Então foi feito um vocabulário pensado nos grandes tópicos que são investigados na coleção. Podemos ter em textos tradicionais uma categoria que abrange as chamadas histórias mitológicas. Você pode ter informação sobre vários tópicos, pode ter uma narrativa sobre a origem dos astros, ou sobre a criação do mundo, mas tudo vai entrar dentro da categoria de textos tradicionais. Então foi feito um estudo em todo o conteúdo do nosso acervo na época de tudo que continha para definir quais eram as categorias, os tópicos recorrentes e organizar isso dentro de uma estrutura de um vocabulário controlado, que formam uma espécie de dicionário, mais ou menos”</i>

O sujeito **P1** utiliza o vocabulário proposto pelo sistema Donato do Museu Nacional de Belas Artes. Observa-se também que o sujeito pesquisou em outros museus, com outras linguagens controladas, para cooperar com as informações do objeto que estava catalogando, com objetivo de atribuir novos termos, para ocasiões que precisa de uma solução para o assunto. Observa-se que os sujeitos **P2** e **P3** não utilizam nenhum tipo de linguagem controlada.

Os sujeitos **P4**, **P5**, **P6**, **P7** e **P8**, destacam que utilizam taxonomias para a organização da informação de suas coleções como ferramentas para determinar os conteúdos dos objetos museológicos de seus acervos.

O sujeito **P9** destaca que utiliza possui um vocabulário controlado próprio que foi construído e pensado a partir da sua própria coleção que subsidiam o uso de termos, identificação de equivalências possíveis e dados contextuais importantes para a interpretação do conteúdo do seu objeto museológico, o que permite melhor compreensão do seu acervo e acesso a informação dos objetos

Discussão da Categoria Uso de Linguagem Controlada:

O uso da linguagem controlada para fins de indexação possibilita a padronização dos termos por meio da reunião dos termos que possuem uma relação mais próxima entre si, além

de promover o acesso e a recuperação por assunto de informações relevantes à sua comunidade usuária, sendo, portanto, ferramentas de apoio para a indexação e recuperação da informação. Dessa forma, deve estar determinada por meio de um documento, como uma política de indexação, pois são um componente fundamental para a organização e a disseminação da informação de instituições científicas (como são os museus) que necessitam de melhor controle da terminologia e estar em frequente modificação e atualização.

Observou-se nos relatos que as instituições que trabalham com acervos biológicos utilizam da sistemática biológica (taxonomia) como uma ferramenta de organização da informação. Observa-se aqui que as taxonomias são SOC utilizados para agrupar entidades em classes mais gerais para indicar grupos de objetos baseados em características particulares, por meio de um relacionamento hierárquico para representação do conhecimento (BRASCHER; CARLAN, 2010; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012). No entanto, observa-se que o profissional não determina os assuntos, apenas insere as informações que os pesquisadores enviam, o que pode ocasionar a recuperação de uma infinidade de itens da coleção, sendo inviável para o usuário, pois a seleção do que é realmente relevante levará muito tempo.

Também não foi apontada a necessidade dos usuários desses acervos museológicos, ou seja, docentes, discentes e pesquisadores. Nesse sentido, a disponibilização da linguagem controlada para o usuário é um ponto que carece de atenção, pois permite que o usuário, no momento da busca, tenha acesso aos termos controlados utilizados para a representação do objeto museológico o que, segundo Chaumier (1988), minimiza o ruído, quando os documentos recuperados não condizem com a pertinência do que é solicitado pelo usuário, e o silêncio, quando os documentos pertinentes não são recuperados, no momento da pesquisa pelo usuário.

CATEGORIA ESTRATÉGIA PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO DO OBJETO MUSEOLÓGICO

Nessa categoria foi possível observar quais as estratégias os profissionais utilizam para realizar a análise de assunto durante a catalogação do objeto museológico.

P1	<p>-“Então, a partir do momento que a obra entra no museu é feito o registro e buscamos algumas informações”</p> <p>-“[...] partimos primeiro das informações intrínsecas, retira-se a medida, visualiza-se a obra, olha-se o título, as características da obra, assinatura, a técnica dessas obras”</p> <p>-“Olha-se na frente, na parte do verso e tenta-se buscar isso na própria obra, analisando, buscando. Se não tiver na própria obra, fazemos uma pesquisa”</p> <p>-“Então a gente não tem muitos termos específicos, os termos que a gente utiliza são voltados para as técnicas das obras”</p> <p>-“A linguagem documentária que costumamos utilizar é mais geral. A gente sempre busca para fazer pesquisa na linguagem documentária dos museus”</p>
P2	<p>Nenhum trecho foi encontrado</p>
P3	<p>-“E aí o doador em seguida vai fornecer o máximo de informações que ele puder acerca dessa amostra e do contexto de coleta dela”</p> <p>-“Faz uma manchinha com esmalte aqui numa porção da rocha, pode ser embaixo e aí uma canetinha vai lá e coloca o número, pronto está registrado já estou vinculando essa mostra a ficha dela que está guardada na pasta”</p>
P4	<p>-“Eu faço a coleta [...] essas informações já vão também estar... Anotadas a princípio em um caderninho que a gente faz, um caderninho de campo. Então coloca lá no caderninho de campo tal data... Tudo direitinho”</p> <p>-“Este caderninho posteriormente é o que vai ter as informações colocadas nessa planilha do Excel”</p> <p>-“[...] todos esses materiais levam o mesmo número tanto de campo quanto de tombo, porque aquilo vem do mesmo exemplar e isso tem que estar muito bem casadinho”</p>
P5	<p>-“Então, primeiramente a gente vai para o campo e faz a coleta sistemática, dentro dos perfis estratigráficos, com as coordenadas do ponto de coleta e procuramos fazer o arquivo mais completo possível das informações de campo”</p> <p>-“Aqui no laboratório é feita uma triagem antes do material entrar para o acervo. Muito material ele fica em pesquisa, né? Ele fica em laboratório para ser primeiramente pesquisado”</p> <p>-“Quando eu pego esse fóssil aqui para fazer a identificação através de comparação de morfologia com a literatura, eu uso a literatura que tem já disponível e identifico observando o material em todas as suas faces, para identificar níveis superiores, níveis de família e a medida que é possível eu consigo ir até espécie, sempre usando a literatura como base e catálogos aqui do próprio museu”</p> <p>-“Como eu vou cadastrar essa peça? Então tenho que ter o mínimo de conhecimento para cadastrar essa amostra”</p> <p>-“Então no momento que fazemos o registro dessa amostra selecionamos palavras-chave que melhor identifiquem essa amostra para que ela seja encontrada de forma mais fácil por alguém que precise realizar uma busca mais detalhada”</p>
P6	<p>-“Alguns são realmente importantes, procedência do material, que local, de que bacia, de que rio, em que proximidade ao que? São perguntas que nós fazemos ao coletar o material. Preciso poder localizar as coordenadas geográficas, até nível de segundo. São inseridos como grau, minuto e segundo e não como ‘UTM’. Também inserimos aqui o método de coleta, quem coletou, a data que foi coletado... É... quem participou da coleta... De preferência o número da licença de coleta. Grande parte dos projetos têm. O título do projeto. Dados e metadados do material, certo? O número de indivíduos do lote, quantos indivíduos daquela espécie tem naquele lote. E eventualmente algum outro dado de observação”</p> <p>-“Então eu identifico o meu material no nível possível, utilizando bibliografia especializada, com base de comparação de trabalho. Existe alguns livros que permitem fazer identificação mais genérica, certo? E superficial. Mas pra fazer identificação específica é uma bibliografia mais específica, ou seja, são trabalhos específicos para cada um dos grupos que eu preciso consultar, certo? Então é uma bibliografia bem... Bem vasta. Então é ictiologia da região neotropical assim...”</p>

P7	<p>-“Uma coisa é eu dizer assim, cascavel do Brasil outra coisa eu dizer cascavel do bairro em Santarém coletado na rua tal. O primeiro caso ele tem procedência, Brasil. O segundo caso ele tem uma procedência muito mais precisa. Então, dependendo dessa procedência Brasil se é uma espécie muito comum eu transfiro ela pro material didático, eu não deixo ela como material científico, porque isso limita o meu poder de conhecimento na minha coleção. Então a maior precisão daquela espécie é o que me interessa enquanto coleção científica”</p> <p>-“Eu trabalho com cobra. E eu não sei identificar todos os anfíbios que tem na amazônia. As cobras todas que chegam eu identifico. Então a coleção ela retrata muito o grau de acurácia do conhecimento, a nível taxonômico mais baixo, ele retrata na verdade... ele te dá o perfil do profissional que trabalhou na instituição. Então daqui uns anos, quando as pessoas olharem a coleção, vão poder traçar um histórico dizendo assim... ah essa pessoa que foi curadora, sem saber quem eu sou, provavelmente ela trabalhava com serpentes. Por que se você olhar, serpentes estão melhores identificadas”</p> <p>-“Então esse conjunto de informações, que são os metadados eles são fundamentais”</p> <p>-“[...] a gente tem cadernos de campo, vinculados a esta coleção. Se eu preciso buscar uma informação, eu volto ao caderno de campo”</p>
P8	<p>-“Depois disso, eu pergunto qual é o tipo de coleta? armadilha de Berlese, é um tipo de método de coleta...”</p> <p>-“Nesse caso aqui olha a sigla que eu te falei que é para tá vinculado ao tipo de... Parque Estadual do Cantão que tá vinculado alguma coisa lá no Tocantins, tá? Isso é legal, porque eu sempre falo, enquanto aluno está aqui ou aquele coletor está aqui é ótimo a gente resgatar a informação, mas as pessoas vão embora, né? Elas vão trabalhar em outro canto, elas vão fazer outras coisas, e isso daí depois se não estiver essas informações, assim... O mais arranjadas possível, depois a gente pode ter um grande problema de falta de informação para tombamento daquele material”</p> <p>-“O caderno de campo ele fica guardado para posterior... Ah olha não achei tal coisa! Procura no caderno de campo, para ver se não tá confuso, entendeu? Tipo esse aqui. Os pontos. Qual é o local? O ponto da área, se era uma área aberta, se era uma área fechada, se é área de floresta, se é uma capoeira, tá? Ai a data e as coordenadas e ai eles vão desenhando para mostrar mais ou menos se era borda de floresta, se tinha rio próximo, os transectos”</p> <p>-“Por que às vezes você vai olhar, principalmente coisas muito antigas, que não tinha ‘lat’ e ‘long’ principalmente, tem bichos muito antigos que são assim: Brasil. Então meu Deus e agora? Da onde realmente esse bicho é? E aí foi ficando, porque também é histórico, né?”</p> <p>-“A procedência é o principal para ti determinar algumas informações, porque em algumas localidades eu tenho certeza absoluta que ocorre uma espécie, não ocorre outra, entendeu? Que rio é barreira geográfica, entendeu? Para algumas espécies. De um lado de um rio pode ser uma espécie do outro lado do rio pode ser outra espécie. Então uma espécie que pode só ocorrer desse lado aqui e não ter vestígio nenhum dela do outro lado ali. Isso é muito legal”</p>
P9	<p>-“Então nós não temos uma lista com cada assunto contido em cada arquivo. Pode fazer uma busca pelos temas, por grandes tópicos, mas não por uma palavra específica. Isso que quero dizer. Então, os arquivos são agrupados por seções, eu faço uma seção pra gravação que, por exemplo esse aqui que foi para coletar nomes de animais, eu crio uma seção com esse tópico geral, então as informações são colocadas em fichas de metadados, feito digitalmente em programas de edição de curadoria de acervo e depois é organizado dentro de cada grande categoria. Esses metadados são de acordo com a temática de cada material digital”</p>

Observa-se que **P1** possui domínio da atividade que está realizando, buscando estratégias para identificar e selecionar os melhores termos para determinar o assunto do objeto que está catalogando. Também faz pesquisa em termos utilizados por outros museus para determinar o assunto dos objetos museológicos da sua coleção.

O sujeito **P2** não realiza nenhum tipo de catalogação ou registro do seu acervo, dessa forma, não pode-se verificar nenhum tipo de estratégia para identificar e selecionar termos para indexação. Isso indica uma falta de domínio sobre as atividades informacionais de uma instituição museológica.

O sujeito **P3** delega essa função para o doador do objeto. Essa é uma atitude que impacta negativamente a busca e disseminação do conhecimento do seu acervo, pois a representação não está sendo realizada de forma adequada às necessidades dos usuários daquela instituição. Também foi possível observar que o **P3** confunde a etapa da catalogação com a etapa de identificação e registro do objeto museológico (*vide* quadro 3). Da mesma forma, observa-se que o sujeito **P4** também confunde a etapa de identificação e registro com a etapa de catalogação e não identifica e seleciona termos para indexação.

O sujeitos **P5, P6, P7, P8 e P9**, dentre todos os profissionais, são os que parecem ter melhor domínio da atividade de catalogação, revelando estar mais consciente do processo de Documentação Museológica, inclusive realizando pesquisas não somente para a identificação do objeto, mas também para determinar assuntos, recorrendo a consulta às fontes de informação especializadas para esclarecimentos sobre o conteúdo informacional de seus objetos, quando esses possuem conteúdos complexos. Os sujeitos **P5, P7 e P8** utilizam os cadernos de campo como uma fonte para a determinação dos assuntos.

Discussão da Categoria Estratégia para Análise de Assunto do Objeto Museológico:

A maioria dos profissionais, em caso de dúvidas sobre o assunto do objeto museológico, usaram outras fontes de informação como: base de dados de outros museus, livros da área do conhecimento do objeto que estão catalogando e cadernos de campo dos pesquisadores que realizaram a coleta do objeto. Porém, mesmo levando em consideração esse contexto, verificamos que, de um modo geral, há uma tendência entre os profissionais de utilizarem termos genéricos para representarem os assuntos dos seus objetos. Isso pôde ser verificado, principalmente, pela pouca especificidade da linguagem e ausência de uma política de indexação.

Também podemos observar que no momento da análise de assunto, nem sempre existe uma preocupação com o usuário que irá utilizar o catálogo e, conseqüentemente, recuperar a informação museológica. Essa atitude tem impacto no processo de recuperação da informação e nos resultados mais precisos produzidos por buscas por assunto, representativas do conteúdo do objeto museológico.

EIXO 2: CATALOGAÇÃO MUSEOLÓGICA

CATEGORIA CATALOGAÇÃO DO ACERVO

A padronização da catalogação em uma instituição museológica é essencial para o rigor técnico nas tarefas de registro e atualização das informações de um acervo museológico, sobretudo quando se trata de coleções de muitos objetos. Assim, essa categoria teve como objetivo identificar se esse processo é realizado pelos profissionais de museu e se ele é padronizado.

P1	<p>- “[...]muita das vezes eu faço a listagem antes do catálogo para que eu possa fazer e inserir novos campos no catálogo”</p> <p>- “[...]nossos catálogos eles sempre são... Ele sempre tem mudanças, eles nunca seguem o mesmo padrão”</p>
P2	- “Catalogação... Não, esse controle aqui não existe”
P3	<p>- “[...] a ficha que vai ser entregue ao doador, onde ele vai preencher todas as informações referentes àquela mostra que ele está doando. Essas fichas nós já temos impressas”</p> <p>- “[...] às vezes o doador ele simplesmente não quer fazer isso. Ele só preenche mesmo, nome, a data de coleta e assina, não tem interesse ou por não saber, ou está com pressa, por motivos variados ele não tem ou não sabe essas informações [...] Ai depois a gente vai lá e complementa”.</p>
P4	<p>- “Nessa planilha do excel vem as informações nas colunas e cada animal vem em uma linha, tem todas as informações em uma linha”</p> <p>- “[...] não tem um sistema geral, as minhas tabelas elas estão meio sabe... Em uma tabela que está com as colunas todas de um jeito, outra eu faço de um outro jeito, não tá padronizado, para cada localidade que eu faço eu faço de um jeito”</p>
P5	<p>- “[...] a gente mantém a catalogação em livro de registro. Pegamos as informações do campo e também depois de passar pelo laboratório inserimos nesse livro”</p> <p>- “A gente não faz ficha manual, a gente incorpora para o livro e para o sistema. O sistema é como uma ficha catalográfica”</p>
P6	<p>- “Para fazer a catalogação desse material existe um protocolo, certo?”</p> <p>- “[...] quando um pesquisador me traz um material para tomar [...]. Obrigatoriamente, quando ele pede para tomar o material aqui, eu envio para ele uma planilha Excel, certo? Em que ele vai preencher os dados, todos os dados que estão sendo exigidos ali nessa planilha que é o que é replicado do Specify”</p> <p>- “Então eu recebo dele, dessa pessoa, uma planilha Excel com todos os dados e daí [...] o técnico da coleção ele simplesmente cola e copia para dentro do Specify todos os dados automaticamente e sem erro de digitação”</p> <p>- “E ele se responsabiliza pela veracidade daqueles dados”</p>
P7	<p>- “A gente mantém um livro de registro impresso... a mão pra catalogação”</p> <p>- “Na verdade dois tipos de catalogação entre aspas né? Na verdade é um registro só. Ele é feito em dois momentos diferentes. No livro tomo e depois na plataforma”</p>

P8	<p>-“Olha, insere quem tombou, a data do tombamento, o táxon, tudo separadinho, determinação e informação de coleta, os atributos do tempo da coleta, que aqui no caso é a data, a área, a parcela, um método de coleta, localidade, data de início e de fim, quem foi que determinou, quem foi que... Qual é a determinação, a data que ele determinou, entendeu? Quem coletou, data de coleta, toda a localidade com ‘lat’ e ‘long’, com aquelas informações mais básicas de coleta, tipo assim, no ramal do ramal à esquerda, 150 m da fazenda. Do rio alguma coisa... Do igarapé”</p> <p>-“Aí tem os coletores, o tipo de preparação, nesse caso aqui se ele tá emprestado ou não o tipo, quantos exemplares, se ele está preparado em álcool, aí número de macho, número de juvenil, aqui o rótulo... Já vai todo direitinho para coleção. E aqui as observações, que eu acho legal colocar...”</p>
P9	<p>-“O acervo é todo organizado nos padrões atuais de catalogação e arquivamento de conteúdo linguístico digital desse tipo de material linguístico”</p> <p>-“[...] temos a criação de metadados com informações sobre o material contido em cada arquivo para catalogação. Os metadados têm todas as informações sobre o material, desde a data, de quando foi gravado, do conteúdo de quem participou da gravação, qual a língua, qual região falada, todas as informações fazem parte dos metadados, informação sobre o objeto”</p> <p>-“[...] quando a gente recebe o material esperamos que ele contenha a informação mínima sobre o conteúdo”</p>

Observa-se que o sujeito **P1** não realiza o processo de catalogação dos objetos museológicos de forma padronizada, indicando inserir ou retirar campos da ficha catalográfica de acordo com o que julga necessário. O sujeito **P2** não realiza o processo de catalogação no seu acervo. O sujeito **P3**, apesar de possuir fichas de catalogação, delega essa função para a pessoa que doa o objeto para o museu, realizando o processo apenas quando o doador não pode fazê-lo.

Assim como o sujeito **P1**, o sujeito **P4** não possui uma padronização na sua catalogação, utilizando planilhas no excel para realizar uma forma de registro de seus objetos, no entanto esse processo também não é padronizado, sendo realizado de uma forma diferente para cada material que é coletado em campo.

Os sujeitos **P5** e **P7** realizam a catalogação por meio do livro de registro, unindo duas etapas diferentes da documentação museológica, incorporando as informações colhidas em campo para o livro de registro e depois para uma base de dados própria da instituição (*Specify*). No entanto, observou-se que esse processo é realizado sempre da mesma forma para todos os objetos do seu acervo.

Os sujeitos **P6** e **P8** também utilizam planilhas no excel que são entregues para o pesquisador, onde ele determina as informações do objeto que está doando para a coleção, a partir dessa planilha o profissional insere esses dados no seu banco de dados.

O sujeito **P9** realiza a catalogação seguindo as normas de catalogação e arquivamento de conteúdo linguístico. Da mesma forma que os sujeitos **P3**, **P6** e **P8**, o sujeito **P9** espera que

as informações já venham determinadas pelo pesquisador que fez a coleta do material para inserir a informação no seu banco de dados.

Discussão da Categoria Catalogação do Acervo:

Entende-se que a etapa da catalogação dentro do processo de Documentação Museológica tem a função de encontrar, identificar, selecionar e registrar a informação de objetos museológicos, permitindo uma aprimoramento do processo de organização e representação da informação museológica e, conseqüentemente, permitindo a recuperação mais eficiente da informação pelo usuário. Ou seja, é a “[...] compilação e manutenção de informações por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos” (CIDOC, 2104, p. 41).

Dito isso, a ausência de uma padronização ou mesmo a ausência da catalogação pode acarretar a perda dessa informação, pois é através da catalogação que o profissional pode realizar a descrição de características intrínsecas e extrínsecas dos objetos museológicos de forma completa – as características físicas e históricas, seu(s) autor(es), a vida na instituição, e outras informações que contribuam para contextualizar o objeto museológico (PADILHA, 2014). A gestão destas informações a partir de práticas padronizadas é essencial, pois uma coleção que não é documentada de forma adequada prejudica as demais atividades da instituição, como a pesquisa e a exposição, além do intercâmbio de informações entre os diferentes setores de um museu ou entre instituições.

Observa-se que as atitudes tomadas na atividade de catalogação foram advindas da própria experiência prática. Muitas vezes o profissional de museu possui um envolvimento direto com a área e são especialistas em determinados assuntos, como os profissionais que atuam, por exemplo, com coleções biológicas. Da mesma forma, observou-se que os profissionais visam mais a catalogação descritiva, refletindo pouco sobre a análise de assunto na catalogação do seu acervo. Dessa forma, entende-se que as diretrizes para o processo de análise de assunto na catalogação museológica são de suma importância para guiar a atividade realizada pelos profissionais que trabalham no espaço museológico, pois quando falamos dessas instituições, entende-se que têm um papel fundamental para a pesquisa, o ensino, e a extensão.

CATEGORIA BANCO DE DADOS DO MUSEU

A organização da informação dos acervos museológicos pode ser percebida pelo uso dos bancos de dados, pois tratam-se de ferramentas de uso prático do profissional e que permitem a organização, a recuperação da informação e o acesso do usuário em determinada instituição. Assim, o estudo buscou identificar nas falas dos sujeitos investigados a utilização de algum *software* de banco de dados para organizar e gerenciar seus acervos.

P1	- <i>“Para registrar eu utilizo o Excel”</i>
P2	Nenhum trecho foi encontrado
P3	- <i>“No nosso site tem uma aba lá, acredito que o nome da aba seja acervo geral, e lá você pode ver em ordem de chegada, a ordem de doação, você vai ver todas, quase todas as amostras, a numeração, o nome do mineral, da rocha e a imagem dela”</i>
P4	- <i>“É isso tudo que vai para minha tabela no Excel”</i>
P5	- <i>“[...] o museu implementou um sistema que é o Specify para as coleções biológicas, que é a base de dados das coleções biológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi”</i> - <i>“Dentro do sistema tem uma forma de busca, pode botar tudo, ou restringir alguns dados. Mas o usuário tem acesso a essa busca utilizando palavras-chave, pela localidade, pelo número de registro, tem várias ferramentas”</i>
P6	- <i>“[...] a gente migrou pra uma plataforma specify que é uma plataforma para coleções científicas”</i> - <i>“[...] esses dados são inseridos no banco de dados digital do museu que tem todos os sistemas de proteção no Specify”</i> - <i>“[...] o próprio usuário pode ter acesso pesquisando, pelo projeto de pesquisa, ou mesmo por essas informações do contexto do material”</i> - <i>“Era o Access. O sistema access”</i>
P7	- <i>“[...] mas toda nossa coleção está informatizada, ela está numa plataforma que é o specify, que foi uma decisão institucional”</i> - <i>“E depois esse material... esse organismo, ele é registrado no banco de dados. Então o técnico vai lá e coloca esse conjunto de dados catalogados no specify, que é a plataforma que a gente usa”</i>
P8	- <i>“Aí eu vou fazer o processo de migração desses dados pro banco de dados, que no nosso caso é o Specify, certo?”</i> - <i>“Terminou isso aqui aí eu faço processo de migração para Specify, que é o banco de dados que a gente utiliza na coleção”</i> - <i>“[...] o Specify que é o programa que a gente utiliza”</i>
P9	- <i>“Sim, é mais que uma base de dados na verdade, ele foi construído em uma base prevista para a organização de acervos de línguas. Então o nosso acervo hoje ele tá todo organizado dentro de uma base de dados que se chama LAT, Language Archive Technology, em fichas com metadados no formato ‘IMDI’ [ISLE Meta Data Initiative] e essa organização agora infelizmente parou de ser utilizada. Como tudo no nosso mundo atual, ficou obsoleto, não tem mais manutenção e nós vamos migrar agora para um novo formato possivelmente no ‘The Space’. É uma nova linguagem digamos de base de dados...”</i>

Observando os relatos pode-se concluir que os sujeitos **P1** e **P4** contam com o Excel como sistema para organização dos seus acervos. O sujeito **P2** não adota nenhum procedimento para organização dos seus acervos. O sujeito **P3** utiliza o próprio site institucional para organização do acervo, digitalizando as informações e utilizando-o como uma forma de catálogo eletrônico, no entanto esse processo não permite inserção de novas informações.

Os sujeitos **P5**, **P6**, **P7**, **P8** e **P9** são os únicos que adotam softwares de processamento de dados que permite organizar e gerenciar o acervo, de modo que conseguem representar a informação para sua recuperação pelo usuário. Para as coleções biológicas é utilizado o *Specify* e para as de linguística, até o momento, o LAT.

Discussão da Categoria Banco de Dados do Museu:

Destaca-se aqui a importância do uso de uma base de dados está no fato de que são ferramentas utilizadas para descrever o objeto museológico, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão determinados objetos, permitindo sua disponibilização para consulta pelo usuário. Isso posto, esse resultado sugere que os profissionais **P1**, **P2**, **P3** e **P4** não utilizam um software adequado para organizar e gerenciar seus acervos museológicos, que permita também a recuperação da informação pelo usuário, ou mesmo não possuem um sistema informatizado.

Apenas os sujeitos **P5**, **P6**, **P7**, **P8** e **P9** possuem um sistema que permite que o usuário recupere a informação, por meio da base de dados *Specify*, quando tratamos de coleções biológicas, e da base de dados LAT, para as coleções de linguística. Constatou-se que os profissionais importam o registro realizado pelos pesquisadores no momento da sua coleta de campo, não realizando a representação de forma consciente, levando em conta os usuários como relevantes no processo de determinação do assunto, o que pode ocasionar que as informações não sejam devidamente recuperadas quando buscadas nos catálogos.

Nesse contexto, entende-se que o uso dos *softwares* para gerenciamento dos acervos hoje representam uma nova forma de busca. No entanto, sua base se constitui da mesma maneira dos sistemas anteriores, ou seja, precisam ser alimentados de forma consistente, para que a busca por assunto seja contemplada positivamente por todos os usuários (locais ou remotos).

5.2 Discussão geral dos resultados das categorias de análise

Com base nos resultados gerados por essa pesquisa foi possível observar a prática dos profissionais de museus ao realizar a catalogação de seus acervos, o que revelou a ausência de diretrizes metodológicas para a análise de assunto no ambiente museológico, fato este que prejudica a recuperação da informação. A partir das análises dos PVI, se tece uma síntese conclusiva para as seis categorias analisadas neste estudo (Quadro 17), onde é possível estabelecer parâmetros analíticos entre a teoria e a prática da análise de assunto nos museus e, conseqüentemente, sobre a indexação de acervos museológicos.

Quadro 17 - Quadro geral com a síntese dos resultados por categoria de análise

CATEGORIA	SÍNTESE
LEITURA DOCUMENTÁRIA DO OBJETO MUSEOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> Os sujeitos realizam a leitura documentária a partir de características físicas do objeto que estão analisando por meio da observação minuciosa dos detalhes do objeto; Muitas vezes essa atividade não é realizada pelo profissional que realiza a catalogação, delegando essa atividade para o doador do objeto ao museu.
IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE CONCEITOS PARA INDEXAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos profissionais recorrem a informação especializada para esclarecimentos sobre o conteúdo informacional quando esses possuem conteúdos complexos e que suscitam maior compreensão para a sua adequada representação; Ausência de diretrizes que guiem o processo de análise de assunto de objetos museológicos; Pouca ou nenhuma preocupação com o usuário no momento da seleção dos conceitos.
USO DE LINGUAGEM CONTROLADA	<ul style="list-style-type: none"> Poucos museus possuem um instrumento de controle terminológico para determinar os assuntos; O uso de termos mais específicos ou mais gerais poderia ser determinado se existisse uma política de indexação para objetos museológicos; A linguagem controlada não está disponível para o usuário na maioria dos museus.
ESTRATÉGIA PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO DO OBJETO MUSEOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> Apesar de não possuírem um manual para determinar como deve ser realizada a análise de assunto, os profissionais contam com algumas regras próprias para determinar o conteúdo temático dos objetos museológicos; A análise de assunto na catalogação é pouco refletida nos museus.
CATALOGAÇÃO DO ACERVO	<ul style="list-style-type: none"> Os profissionais visam mais a catalogação descritiva; Ausência de padronização do processo de catalogação nos museus.
BANCO DE DADOS DO MUSEU	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos profissionais importa dados das coletas de campo dos pesquisadores para alimentar seus bancos de dados; A busca por assunto nem sempre é contemplada.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

As categorias de análise se revelaram pertinentes para observar “o fazer” diário do profissional para representação e recuperação por assunto da informação museológica dentro das instituições em que trabalham, sendo possível identificar se os profissionais realizam a

análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos e quais os procedimentos e estratégias que utilizam para determinar o assunto de seus objetos.

Dito isso, a análise das categorias revelou que os profissionais pesquisados não possuem uma grande preocupação com a representação temática da informação do objeto museológico no momento da sua catalogação. Um reflexo disso é que as três etapas pertencentes à análise de assunto: leitura documentária, identificação e seleção dos conceitos, não são realizadas em sua totalidade pelos profissionais, que muitas vezes apenas importam os conteúdos de cadernos de campo de pesquisadores de suas instituições, pulando a etapa da leitura documentária.

Nesse contexto, entende-se que o procedimento de análise de assunto na catalogação museológica para representar tematicamente os objetos ainda é um processo pouco realizado, seja por desconhecimento do profissional de museu ou pela ausência de um parâmetro metodológico adequado, sendo necessário seu aprimoramento por meio do uso de diretrizes alicerçadas em fundamentos teórico-metodológicos da Museologia e Ciência da Informação. Nota-se também a falta de sistematização na realização da leitura documentária e a existência da prática de levantamento de assuntos, principalmente retirados de cadernos de campo produzidos durante as coletas de campo dos pesquisadores que depositam os objetos no museus, em detrimento da elaboração de uma análise de assunto focada efetivamente no conteúdo do documento.

Como já foi dito por Ceravolo e Tálamo (2007), identificar assuntos nos objetos museológicos é uma tarefa complexa, pois esbarram em aspectos da tridimensionalidade e subjetividade, devido a infinidade de suportes que um acervo museológico pode possuir, sendo ainda um processo pouco sistematizado. Nesse sentido, entende-se que existe a necessidade de criação de diretrizes para análise de assunto de objetos museológicos que busquem atender as demandas informacionais das instituições e de seus usuários.

A partir das análises dos protocolos aplicados também foi possível identificar aspectos comuns da análise de assunto na catalogação do objeto museológico realizada pelos profissionais investigados. Esses aspectos foram sistematizados no quadro 18 abaixo:

Quadro 18 - Aspectos da análise de assunto comuns aos profissionais investigados

ASPECTOS DA ANÁLISE DE ASSUNTO NA CATALOGAÇÃO DO OBJETO MUSEOLÓGICO		PROFISSIONAIS								
		UFPA				MPEG				
		P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Leitura documentária	É realizado pelo profissional	X			X	X	X	X		
	Não é realizada pelo profissional		X	X					X	X
Identificação e seleção de conceitos	Realiza	X				X	X	X	X	X
	Não realiza		X	X	X					
Instrumento de controle terminológico	Possui	X								X
	Não possui		X	X	X	X	X	X	X	X
Consulta a outras bases	Sim	X								
	Não		X	X	X	X	X	X	X	X
Estratégia de busca	Delegada	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Livre					X	X	X	X	X
Banco de dados	Possui					X	X	X	X	X
	Não possui	X	X	X	X					
Manuais ou diretrizes para análise de assunto	Possui									
	Não possui	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O quadro 18 demonstra que os museus analisados possuem aspectos comuns para realizar a análise de assunto na catalogação do seu acervo, apesar dessa atividade não ser padronizada. Dois aspectos foram destacados em amarelo: “Estratégia de busca” e “Manuais ou diretrizes para análise de assunto”. E dois foram aspectos em verde: “Instrumento de controle terminológico” e “Consulta a outras bases”.

Os aspectos destacados em amarelo representam uma resposta unânime de todas as instituições museológicas. Assim, pode-se inferir que o aspecto “Estratégia de busca” é desenvolvido por todos os museus, ou seja, a busca em todas as instituições é delegada. No entanto, nota-se que algumas das instituições possuem os dois tipos de estratégia de busca. O aspecto “Manuais ou diretrizes para análise de assunto” aparece como uma resposta negativa em todas as instituições, explicitando que nenhuma das instituições possui um manual que oriente a atividade de análise de assunto na catalogação do seu acervo.

Os aspectos destacados em verde representam que a maioria das instituições teve a mesma resposta. Portanto, o aspecto “Instrumento de controle terminológico” recebeu uma resposta negativa de quase todos os profissionais, assim como o aspecto “Consulta a outras bases”, que teve apenas uma resposta afirmativa e todos os outros responderam negativamente.

Outros aspectos também aparecem na discussão, como: “Leitura documentária”, “Identificação de conceitos e seleção de conceitos” e “Banco de dados”, no entanto, esses procedimentos são desenvolvidos de formas distintas entre todos os museus, não havendo um consenso.

Esses resultados permitem concluir que, embora o trabalho do profissional de museu não obedeça a uma sistemática para realizar a análise de assunto, contemplada por um manual ou política de indexação, por exemplo, os profissionais analisados possuem aspectos comuns para realizar a representação temática e organizar os seus acervos. Dessa forma, foi possível elaborar um quadro comparativo da análise de assunto na catalogação realizada pelos profissionais da UFPA e do MPEG (Quadro 19).

Quadro 19 - Comparativo da análise de assunto na catalogação nos museus da UFPA e no MPEG

ELEMENTOS	MUSEUS DA UFPA	MPEG
Leitura documentária do objeto museológico	A metade dos profissionais realiza a leitura documentária do objeto museológico.	A maioria dos profissionais realiza a leitura documentária do objeto museológico.
Uso de linguagem controlada	Apenas um profissional utiliza um instrumento de controle terminológico para determinar o assunto.	Apenas um profissional utiliza um instrumento de controle terminológico para determinar o assunto.
Preocupação com o usuário	Nenhum dos profissionais mencionou o usuário como um critério para determinar o assunto dos objetos museológicos.	O usuário foi mencionado por dois profissionais como um critério para determinar o assunto dos objetos museológicos.
Acesso da linguagem pelo usuário	Usuário não tem acesso.	O usuário pode ter acesso a linguagem em uma das coleções.
Cumprimento das três etapas da análise de assunto para catalogação de objetos museológicos	Dois profissionais pularam a etapa da leitura documentária e três não identificaram nem selecionaram conceitos.	Dois profissionais pularam a etapa da leitura documentária.
Profundidade da análise de assunto	A representação é feita de forma mais geral.	A representação é feita de forma mais geral.
Quantidade de profissionais	Poucos profissionais que realizam a catalogação do acervo museológico.	Poucos profissionais que realizam a catalogação do acervo museológico.
Área de formação dos profissionais	Os profissionais possuem formação na área de Museologia, Medicina Veterinária, Zoologia e Geologia.	Os profissionais possuem formação nas áreas de biologia e linguística.
Banco de dados	Não possuem.	Possuem.
Política de Indexação	Não possuem.	Não possuem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Como visto nas análises dos PVI e como foi sistematizado nos quadros 18 e 19, a realidade dos museus da UFPA e do MPEG não são muito diferentes em relação à análise de assunto na catalogação. Observa-se que a ausência de diretrizes para essa atividade faz com que essas instituições funcionem sem fundamentos para organização e representação temática de seus acervos. Ou seja, faltam parâmetros metodológicos para se realizar a análise de assunto na catalogação no contexto de ambas instituições. Os resultados também revelaram que, nas duas instituições, apenas um dos profissionais pesquisados têm formação específica na área de Museologia, o que corrobora com o desconhecimento dos processos documentais.

Portanto, pode-se concluir que, apesar da análise de assunto ser uma atividade complexa no âmbito museológico devido à diversidade de suportes que um acervo de um museu pode possuir, entende-se que, independente do suporte em que a informação está apresentada, existe a necessidade de representação temática para uma recuperação eficiente pelo usuário e, portanto, o tratamento temático da informação deve ser feito com o mesmo cuidado que o tratamento descritivo.

Dessa maneira, reitera-se sobre a responsabilidade que o profissional de museu deve ter quanto à realização da análise de assunto. Acredita-se, dessa forma, que a adoção de procedimentos metodológicos padronizados para a realização de uma análise de assunto sistematizada, devidamente registrados em um manual, possibilitará aos profissionais de museu a execução dessa atividade com o rigor que ela exige, conduzindo-os à reflexão sobre esse processo e ao compromisso que devem possuir na representação e recuperação da informação.

5.3 Discussão dos resultados da análise de assunto nos diferentes objetos museológicos utilizados no PVI

Devido à complexidade dos dados obtidos com o PVI, foi possível destacar a tomada de decisão dos profissionais para a análise de assunto a partir dos diferentes tipos de objetos museológicos utilizados pelos profissionais nos diferentes museus pesquisados.

A leitura documentária, realizada pelo profissional de museu na análise de assunto visa propiciar a identificação e seleção de conceitos para posterior representação da informação museológica nos catálogos da instituição, de forma que satisfaçam a demanda do usuário. Assim, a leitura documentária do objeto museológico se inicia na estrutura do objeto para a identificação e seleção de conceitos por meio da localização do conteúdo informacional pertinente do objeto museológico.

Dito isso, os resultados obtidos nos PVI levam às seguintes conclusões sobre a análise de assunto de acordo com cada tipologia de objeto museológico:

- a) Para leitura documentária identificou-se três categorias que os profissionais percorreram para determinar o assunto dos seus objetos: Elementos textuais, Características físicas e Informações Contextuais;
- b) Para a identificação e seleção de conceitos identificou-se categorias generalizantes diferentes para cada tipo de objeto museológico.

Esses resultados foram sistematizados no quadro 20 abaixo de acordo com o objeto e a atividade realizada:

Quadro 20 - Análise de assunto segundo cada tipologia do objeto museológico

Objeto Museológico	Leitura Documentária	Identificação e Seleção de conceitos
Obra de arte (Aquarela de Walter Bandeira)	<p><u>Elementos textuais:</u> título, assinatura e autoria.</p> <p><u>Características físicas:</u> iconografia, técnica (estilo), marcas e inscrições.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> origem, função e dados históricos.</p>	<p><u>Autor:</u> autor da obra de arte.</p> <p><u>Contexto:</u> função e significado.</p> <p><u>Técnica:</u> forma de produção.</p> <p><u>Tempo:</u> dados históricos.</p>
Amostra de Ametista	<p><u>Características físicas:</u> texturas, estruturas e composição química.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> contexto geológico, classificação taxonômica e método de coleta.</p>	O profissional não realizou a identificação, nem a seleção de conceitos para posterior recuperação no catálogo, apenas registrou o objeto por meio do tombamento.
Peça do sistema digestivo humano conservado em via úmida (álcool 70%)	O profissional não realizou a leitura documentária, apenas procedimentos para conservação do objeto.	O profissional não realizou a identificação, nem seleção de conceitos para posterior recuperação no catálogo.
Espécime conservado em via seca (Marsupial)	<p><u>Características físicas:</u> medidas e morfologia.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> classificação taxonômica (baseada na literatura).</p>	O profissional não realizou a identificação, nem a seleção de conceitos para posterior recuperação no catálogo, apenas registrou o objeto por meio do tombamento.
Material Paleontológico (Fóssil)	<p><u>Características físicas:</u> morfologia e comparação com outros materiais.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> classificação taxonômica (baseada na literatura) e procedência.</p>	<p><u>Classificação:</u> grupo taxonômico.</p> <p><u>Geografia:</u> procedência do objeto, latitude e longitude.</p>
Espécime de peixe conservado em via úmida (álcool 70%)	<p><u>Características físicas:</u> morfologia.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> coletor ou coletores, grupo de pesquisa, classificação taxonômica (baseada na literatura), método de coleta e procedência.</p>	<p><u>Quem:</u> coletor ou grupo de coletores do objeto ou grupo de pesquisa.</p> <p><u>Classificação:</u> grupo taxonômico.</p> <p><u>Geografia:</u> procedência do objeto, latitude e longitude.</p> <p><u>Método:</u> método de coleta</p> <p><u>Quando:</u> data da coleta</p>
Espécime de serpente conservado em via úmida (álcool 70%)	<p><u>Características físicas:</u> morfologia.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> coletor ou coletores, grupo de pesquisa, classificação taxonômica (baseada na literatura), método de coleta e procedência.</p>	<p><u>Quem:</u> coletor ou grupo de coletores do objeto ou grupo de pesquisa.</p> <p><u>Classificação:</u> grupo taxonômico.</p> <p><u>Geografia:</u> procedência do objeto, latitude e longitude.</p> <p><u>Método:</u> método de coleta</p> <p><u>Quando:</u> data da coleta</p>

Espécime de aranha conservada em via úmida (álcool 80%)	<p><u>Características físicas:</u> morfologia.</p> <p><u>Informações Contextuais:</u> coletor ou coletores, grupo de pesquisa, classificação taxonômica (baseada na literatura), método de coleta e procedência.</p>	<p><u>Quem:</u> coletor ou grupo de coletores do objeto ou grupo de pesquisa.</p> <p><u>Classificação:</u> grupo taxonômico.</p> <p><u>Geografia:</u> procedência do objeto, latitude e longitude.</p> <p><u>Método:</u> método de coleta</p> <p><u>Quando:</u> data da coleta</p>
Arquivo de Áudio Digital	O profissional não realizou a leitura documentária, delegando essa função para o pesquisador que doou o objeto ao museu.	<p><u>Quem:</u> coletor ou grupo de coletores do objeto ou grupo de pesquisa.</p> <p><u>Ação:</u> atividade realizada pelo grupo gravado.</p> <p><u>Quando:</u> data da coleta.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O quadro 20 demonstra os questionamentos que cada profissional realizou para determinar o conteúdo temático de seus objetos. É possível perceber que para cada tipo de objeto os questionamentos foram diferentes. Assim, constata-se que cada objeto museológico possui sua própria estratégia de leitura para identificação e seleção dos conceitos. Nesse sentido, identificar o assunto de um objeto museológico é uma tarefa difícil de realizar, pois varia de tipologia para tipologia de objeto, sendo, muitas vezes, pouco explícito. Observa-se que essa temática ainda carece de investigação na literatura da área, sendo necessário instrumentos para análise e interpretação do objeto que permitam compreender o seu conteúdo.

Nesse contexto, a criação de modelos de leitura documentária para cada tipo de objeto museológico e a possibilidade de sua utilização na indexação é relevante para a área da Museologia e para as instituições que lidam com objetos museológicos de diferentes tipos.

Diante do exposto, apresentam-se na seção seguinte as considerações finais a respeito da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo mapear como ocorre os processos de análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos, visando aperfeiçoar as estratégias de disseminação e recuperação da informação nos museus. Essa proposta foi alcançada por meio da coleta introspectiva de dados, mediante aplicação do Protocolo Verbal Individual a nove profissionais que realizam a catalogação nas instituições museológicas. Com este estudo pretende-se ampliar os debates sobre a análise de assunto no contexto museológico.

Em primeiro lugar, foi feita uma pesquisa bibliográfica com objetivo de se obter um recorte teórico para embasar o que foi posteriormente discutido e analisado nos resultados do trabalho. Dessa maneira, utilizou-se autores nacionais e internacionais que tratam sobre a representação da informação nos museus e sobre o processo de catalogação de objetos museológicos, assim como autores que versam sobre a análise de assunto na indexação. A partir dessa pesquisa bibliográfica foram estruturados os capítulos de fundamentação teórica da pesquisa.

Dessa forma, apresentam-se algumas considerações norteadas por três aspectos inicialmente abordados em nossa pesquisa, em consonância com os objetivos estabelecidos, que versam sobre: 1) os fundamentos teórico-metodológicos da representação da informação nos museus; 2) os fundamentos teórico-metodológicos da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos; e 3) aspectos da análise de assunto identificados na catalogação dos objetos museológicos, utilizando o protocolo verbal individual. Esses aspectos articulados entre si conduziram-nos para o desenvolvimento do nosso principal foco de investigação: o de contribuir para estudos do processo de análise de assunto e Documentação Museológica, visando aperfeiçoar as estratégias de preservação, disseminação e recuperação da informação nos museus.

6.1 Considerações sobre fundamentos teórico-metodológicos da representação da informação nos museus

O primeiro capítulo teórico intitulado “A Representação da Informação nos Museus”, teve como foco os estudos de representação da informação de objetos museológicos, traçando um panorama do avanço da temática nos últimos anos para, dessa forma, construir bases teórico-metodológicas mais sólidas sobre as etapas do processo de Documentação Museológica, definidas como: Aquisição; Identificação e registro; Registro fotográfico; Catalogação; Classificação; e Pesquisa.

Neste capítulo, foram explorados os conceitos de documento e do objeto musealizado como documento, o conceito de Documentação Museológica, que aqui é entendido como não somente como uma disciplina da área da Museologia, mas também como o conjunto de técnicas e procedimentos que envolvem a atividade de se documentar nos museus e, portanto, abarca de forma mais ampla as contribuições para representação e recuperação da informação museológica, assim como os produtos dessas atividades (catálogos e exposições). Também foi possível realizar um breve histórico das ferramentas e normas para documentação dos objetos museológicos, assim como o papel das instituições voltadas à produção desses recursos, como CIDOC, IBRAM e a *Collections Trust*, responsáveis pelos Grupos de informação do CIDOC, elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter museológico e pela norma SPECTRUM, respectivamente; e as iniciativas de controle terminológico para os museus no âmbito nacional.

Dessa forma, foi possível identificar a Documentação Museológica como um ponto central na gestão das coleções, visto que, além de identificar e descrever o objeto, inclui a representação do conteúdo dos objetos museológicos, sobretudo para organizá-los conceitualmente, sendo um elemento que compreende padrões de representação descritiva e temática da informação dos objetos museológicos.

6.2 Considerações sobre fundamentos teórico-metodológicos da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos

O segundo capítulo teórico desta pesquisa intitulado “Análise de Assunto e Indexação na Catalogação nos Museus”, teve como enfoque compreender o processo de análise de assunto como a primeira etapa para indexação de documentos, que segundo Fujita (2003) é um processo dividido em três partes:

- 1) Leitura documentária;
- 2) Identificação de conceitos;
- 3) Seleção dos conceitos.

Cabe destacar que o foco da pesquisa não foi a etapa de tradução, nem avaliação dos instrumentos de representação da informação museológica, e por isso não nos detemos nesses aspectos. Contudo, consideramos importante aqui destacar essa temática como um desdobramento futuro para essa pesquisa. Dito isto, foi possível tecer uma aproximação teórico-metodológica entre análise de assunto e a catalogação no contexto museológico, bem como identificar os subsídios para a indexação nos museus.

Observa-se que o campo de estudo relacionado à análise de assunto no contexto dos museus configura-se atualmente como sendo escasso e pouco explorado, pois nas linhas de construção já existentes temos quase que em sua totalidade algo voltado para descrição física dos objetos museológicos. Nesse sentido, a temática da análise de assunto no ambiente museológico ainda carece de literatura e necessita de maiores investigações para tratar de suas especificidades.

Dessa forma, ressalta-se a importância da investigação da análise de assunto na catalogação para representação e recuperação da informação dos objetos museológicos, como subsídios para indexação, pautando-se em fundamentações teórico-metodológicas da área de Organização e Representação do Conhecimento.

6.3 Considerações sobre a aplicação do PVI na análise de assunto de objetos museológicos

Nos museus a prática do tratamento da informação visa a construção de catálogos que disponibilizem registros que permitam a recuperação da informação e a localização dos objetos museológicos pela comunidade usuária. Nesse sentido, o PVI, como técnica para coleta introspectiva de dados, teve como foco o profissional de museu que interagiu em diversos níveis para a realização da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos. Assim, foi possível verificar “o fazer” diário do profissional para representação e recuperação por assunto da informação museológica.

O PVI possui os seguintes procedimentos metodológicos: **Procedimentos anteriores à coleta de dados**; **Procedimentos durante a coleta de dados**; e **Procedimentos posteriores à coleta de dados**, que foram adaptados do trabalho de Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e Redigolo (2014). Ressalta-se aqui que a adaptação mais importante realizada para os fins desta pesquisa foi o subitem “Seleção do texto-base”. Este subitem foi transformado em “Seleção do objeto-base”, visto que, em vez de um documento textual, foram utilizados objetos museológicos para a realização da análise de assunto na catalogação. Dessa forma, a técnica do PVI permitiu observar o profissional no momento da realização da atividade de catalogação dos objetos museológicos e suas estratégias para determinar o assunto.

Nesse contexto, foi possível identificar que a leitura documentária, antecedendo à catalogação do objeto museológico, consiste numa etapa importante para o tratamento informacional, pois orienta o olhar do profissional na análise do objeto. Entretanto, algumas barreiras foram identificadas, pois não foram verbalizados procedimentos como: adoção dos critérios de exaustividade e especificidade para a seleção de conceitos; preocupação com o

usuário; uso de manuais e diretrizes para realizar a análise de assunto; e adoção de princípios que busquem atender as necessidades informacionais da instituição.

Também foi possível identificar que os museus, em geral, não possuem uma padronização na catalogação dos seus acervos, dependendo do humor ou do conhecimento específico do profissional para determinar os assuntos dos objetos. Nesse sentido, entende-se que a descrição dos objetos museológicos é o que determina a qualidade da pesquisa, para a qual a padronização é um imperativo.

A partir desses indicativos, observa-se que a técnica do PVI mostrou-se válida para a identificar os aspectos da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos nas instituições museológicas pesquisadas, proporcionando resultados relevantes para o âmbito da representação e recuperação da informação museológica.

6.4 Considerações Finais sobre a Análise de Assunto no Contexto Museológico

Tendo em vista os resultados obtidos, voltamos à pergunta inicial desta pesquisa: quais os procedimentos que norteiam a atividade de análise de assunto e que podem contribuir para a representação da informação no contexto museológico?

Com sustentação nos protocolos aplicados e na amostra representativa das instituições museológicas da região amazônica, pode-se identificar na prática dos profissionais o desconhecimento do processo de análise de assunto, o que acarreta a perda de informação. Isso significa que as informações museológicas, muitas vezes, não estão disponíveis para o usuário.

No entanto, ao analisar os procedimentos realizados pelos profissionais, percebe-se o potencial para a implantação de uma Documentação Museológica alinhada à uma Política de Indexação, com fins de representar assuntos e garantir a uniformização dos catálogos, tornando as coleções museológicas em uma fonte de pesquisa acessível para o usuário. A partir dos dados gerados pelos PVI foi possível tecer algumas considerações pertinentes sobre o processo de análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos:

- a) Nota-se a necessidade de uma sistematização que dê respaldo para a análise de assunto no contexto dos museus, sendo preciso estabelecer uma política institucional de documentação que abarque esse processo;
- b) A organização e recuperação da informação museológica pode ser potencializada com a ajuda de outros profissionais da área da informação;

- c) É importante que os profissionais de museus tenham conhecimento dos instrumentos terminológicos;
- d) No contexto da recuperação da informação museológica, é preciso que os profissionais tenham um olhar especial para os usuários, buscando mecanismos e serviços que permitam a recuperação eficiente da informação dos seus acervos;
- e) No quesito indexação, verificamos que as instituições museológicas não possuem manuais técnicos ou outros tipos de documentos que orientem o desenvolvimento de uma leitura documentária e, conseqüentemente, de uma análise de assunto adequada;
- f) Os profissionais de museu não consideram a indexação como principal ponto de acesso entre usuários e o conteúdo informacional do objeto museológico.

Dessa forma, pode-se concluir que a análise de assunto, enquanto primeira etapa para a indexação, precisa ser bem delineada mediante a elaboração de normas e diretrizes que precisam considerar as necessidades de informação da comunidade de usuários que utilizam a instituição museológica. Dito isso, a próxima seção tece considerações sobre a análise de assunto específica de cada tipologia de objeto museológico.

6.4.1 Considerações sobre a análise de assunto específica de cada objeto museológico

No que diz respeito à análise de assunto específica de cada objeto, foi possível observar que, para além das diferentes características físicas, cada tipologia de objeto museológico contém características ligadas ao contexto e conteúdo que delineiam seu significado, gerando questionamentos e estratégias diferentes para a leitura documentária, identificação e seleção dos conceitos, haja vista a estrutura diferenciada dos objetos museológicos e a alta especificidade requerida para a sua representação temática.

Assim, foram identificadas três categorias que os profissionais percorrem para determinar o assunto dos seus objetos: Elementos textuais, Características físicas e Informações Contextuais. Para a identificação e seleção de conceitos identificou-se categorias generalizantes diferentes para cada tipo de objeto museológico. Sendo assim, pode-se dizer que para determinar o assunto o profissional atravessa pelas características físicas e pelas esferas de contexto do objeto (informações intrínsecas e extrínsecas, respectivamente), com intuito de representar um conteúdo completo.

Respeitando-se as particularidades de cada objeto museológico, destacam-se aqui algumas considerações gerais:

- a) A ausência de um modelo de leitura documentária para cada tipologia de objeto museológico acarreta em lacunas no tratamento temático da informação;
- b) O modelo de leitura documentária pode auxiliar o profissional que atua no contexto dos museus, e que necessita de aprofundamentos teórico-conceituais para a exploração da estrutura temática do objeto museológico, e para identificação e seleção dos assuntos pertinentes à representação da informação;
- c) O tratamento informacional do objeto museológico com vistas à indexação só será viável se levar em conta tanto o aspecto de sua representação descritiva, quanto temática.

Em resumo, foi possível verificar que a análise de assunto permite a representação do conteúdo informacional do objeto museológico, conforme a necessidade da instituição, do usuário, e das características dos objetos de suas coleções, visando a sistematização e padronização dos procedimentos de representação dos assuntos nos catálogos dos museus. É preciso entender o museu como uma unidade de informação que torna a informação acessível, de maneira fácil, rápida e confiável, sendo este o objetivo principal da Documentação Museológica. Sendo assim, o desenvolvimento de trabalhos voltados para essa temática permite uma melhor representação da informação museológica e, conseqüentemente, o uso dessa informação pelos mais diversos públicos, o que é fundamental para o amadurecimento da área.

A partir dos problemas e lacunas relatados neste estudo e das considerações apontadas para o aprimoramento do trabalho museológico, espera-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de preservação, disseminação e recuperação da informação nos museus e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da análise de assunto na catalogação dos objetos museológicos. Por fim, o resultado final gerado por esta pesquisa não pode ser tomado como algo definitivo, pois carece de estudos mais aprofundados sobre o processo de indexação de objetos museológicos, considerando a comunidade usuária da instituição museológica e os objetivos institucionais para que a recuperação da informação seja eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALONSO ARROYO, A.; FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I.; PADIELLA, A. Protocolo verbal: análisis de la producción científica, 1941-2013. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 2, 2016. p. 61-76. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/102026/1/ArroyoSpot..a.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação não-formal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, 2005. p. 20. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n4/a13v57n4.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- BOCCATO, V. R. C.; RAMALHO, R. A. S.; FUJITA, M. S. L. A contribuição dos tesouros na construção de ontologias como instrumento de organização e recuperação da informação em ambientes digitais. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). **Avances y perspectivas 80 en sistemas de información y documentación - IBERSID**. Zaragoza: Universidade Zaragoza, 2008. p.199-209.
- BOCCATO, V. R. C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com Protocolo verbal**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/boccatovrc_do_mar.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.
- BORGO, S.; FRANSSEN, M.; GARBACZ, P.; KITAMURA, Y.; MIZOGUCHI, R.; VERMAAS, P. E. Technical artifacts: an integrated perspective. **Applied Ontology**, v. 9, 2014. p. 217-235. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221141593_Technical_Artifact_An_Integrated_Perspective. Acesso em: 14 mai. 2021.
- BOTTALLO, M. Diretrizes em Documentação Museológica. In: **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes**. São Paulo: Governo de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. p. 48-79.
- BRASCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (Org.). **Passeios pelos bosques da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 147-176. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. **Estatuto de Museus**. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Portaria-01_2006.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Seção 1. p. 44-46.
Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL, M. I. *et al.* Vocabulário sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, v. 1, 2002, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p.81-93.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, 1991, p. 351-360.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: USP, 2008. p. 1-14.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Saint-Denis, Paris: Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.

CAFÉ, L. M. A. **Organização da documentação e da informação II:** classificação e indexação. Florianópolis: CIN/ CED/UFSC, 2010.

CAMARGO-MORO, F. **Museu:** aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Eça, 1986.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2006. p. 348-359.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p.34-79.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. p. 148-207.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, ago, 2011. p. 53-73. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12867/1/ARTGO_SistemasOrganizacaoConhecimnto.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

CARRETERO PÉREZ, A. *et al.* **Normalización documental de museos:** elementos para una aplicación informática de gestión museográfica. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, 1998. Disponível em:
<http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/04/normalizacion-documental-esp.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

CARVALHO, R.; FONSECA, L. D. P. A. da; REDIGOLO, F. M. Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, 2021. p. 1-24.

CARVALHO, R. A.; FONSECA, L. P. A.; REDIGOLO, F. M.; FUJITA, M. S. L. A política de indexação para a organização do conhecimento em museus: aplicação do protocolo verbal individual. In: SILVA, C. G.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (Org.). **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri, 2021, v. 1, p. 793-803.

CARVALHO, R. A.; MELO D. J. ; LINHARES, A. P. Documentação museológica e paleontologia: elaboração de ficha de catalogação para o acervo de paleoinvertebrados do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 2015, Recife. **Anais [...]**, 2015. p. 387-406.

CASTRO, A. L. S. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 13-32.

CAVALCANTI, M. C. **I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto**: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: Unicamp, 1989.

CERAVOLO, S. M. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM)**: a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária (FMVZ/USP). 1998. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 10, 2000. p. 241-253.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**, Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CHAGAS, M. D. S. Em busca do Documento Perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S. l.], v. 2, n. 2, 1994. p. 29-47.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, 1988. p. 63-79.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

COLLECTIONS TRUST. **Spectrum 4.0**: padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes de informação sobre objetos**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC – ICOM). São

Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: http://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines/c/sl5vtq0. Acesso em: 09 jun. 2020.

COSTA, E. P. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Disponível em: http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/p_museologia.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

CROFTS, N. Prefácio à edição brasileira. In: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes de informação sobre objetos: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC – ICOM)**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: http://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines/c/sl5vtq0. Acesso em: 09 jun. 2020.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

CURY, M. X. Museu em Transição. In: Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) (Org.). **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. p. 17-28. Disponível em:

DAVALLON, J. L'état de la muséologie en France. *ICOFOM Study Series*, n. 28, 1997. p. 25-31.

DAVIS, A. Defining Museum. *ICOFOM Study Series*, n. 48-2, 2020. p. 85-94

DEMPSEY, L. Scientific, industrial, and cultural heritage, a shared approach: a research framewok for digital libraries, museums and archives. *Ariadne*, n. 22, 2000. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue/22/dempsey/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. Musealização. In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed). **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 04 jan. de 2020.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L.; MOURA, M. A. O usuário-pesquisador e a análise de assunto. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 205-221, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23379/18874>. Acesso em: 15 out. 2021.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2 ed. Brasília: Briquet Lemos, 2013.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DUARTE, B. T.; CHAGAS, M. S. Documentação, museu e memória: a coleção Getúlio Vargas do museu histórico Nacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., 2020. p. 01-18. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73449/44706>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FABBRI, A. Informatização dos Acervos dos Museus como ferramenta de acesso. In: **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. São Paulo: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; Governo do Estado de São Paulo; Secretaria do Estado de São Paulo, 2010. p. 26-29.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IV FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, 4, 1991, Recife. **Trabalho Apresentado**. 1991. Disponível em: <https://toaz.info/doc-viewer>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FERREZ, H. D. **Documentação museológica**: teoria para uma boa prática. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2003. p. 60-90. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219. Acesso em: 04 jul 2020.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2006.p. 1-19.

FUJITA, M. S. L. (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 1, 2013. p. 42-66.

FUJITA, M. S. L. (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. As linguagens de indexação em bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e sistemas de informação na América Latina. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais[...]**.

Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/15137/>. Acesso em: 15 out. 2021.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I.; BOCCATO, V. R. C.; INÁCIO, M de O.; GUIM, V. L. R.; PIOVEZAN, L. B. Procedimentos de Indexação. In: FUJITA, M. S. L. (Coord.). **Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp**. São Paulo: Unesp, 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/cgb/para-bibliotecarios/manual-depolitica-de-indexacao/>. Acesso em 12 mai. 2021.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M.I.A.; FAGUNDES, S. A. Observing documentary reading by verbal protocol. **Information Research-an International Electronic Journal**, Sheffield: Univ Sheffield Dept Information Studies, v. 8, n. 4, 31 p., 2003. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/8-4/paper155.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-118.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2008. p.77-99.

HARPRING, P. **Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. Documentary sources of museology: reflections and perspectives. **ICOFOM Study Series**, n. 44, 2016. p. 81-93.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowl. Org**, v. 30, n. 2, 2003. p. 87-111.

HJORLAND, B. Indexing: concepts and theory. **Knowl. Org**, v. 45, n. 7, 2018. p. 609-639. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_45_2018_7_e.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Resolução Normativa N. 2, de 29 de agosto de 2014. **Diário Oficial da União**, seção 1, N. 167, 1 set. 2014. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **ICOM Code of Ethics for Museums**. Paris: International Council of Museums, 2017. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-En-web.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6666>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, 2004. p. 231-240.

LARA, M. L. G. de. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. esp. 1, 2015. p. 89-107.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 3 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

LIMA, D. F. C. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, 2012. p. 31-50. Disponível em: www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf. Acesso em: 20 set 2020.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. Jandira: B4, 2012. p. 21-47.

LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/WhYch5gHnWYPCPY3NPwbkcR/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

LOUREIRO, M. L. N. M. A Documentação Museológica entre Arte e Ciência. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Orgs.). **Documentação em Museus**, Rio de Janeiro, v. 10, 2008. p. 104-114. (Série MAST Colloquia).

LOUREIRO, M. L. N. M. O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2019. p. 13-36 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/81378/51111>. Acesso em: 05 ago. 2021.

LUND, Niels Windfeld Lund. Document Theory. **ARIST: Annual Review of Information Science and Technology**, Hoboken, v. 43, n. 1, 2009. p. 1-55.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: GEENF, 2008.

MAROEVIĆ, I. Museology as a field of knowledge. **Cahier d'études/Study Series**, Courtrai, v. 8, 2000. p. 5-7.

MAROEVIĆ, I. Museum Object as a Document. SYMPOSIUM OBJECT-DOCUMENT. 1994. Beijing. **Proceedings...** Beijing: ICOM, 1994. p. 113-119.

MENDONÇA, E. C. Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO, MUSEUS E DESENVOLVIMENTO. Porto: Universidade do Porto, n. 6, 2016. p. 50-66.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. p. 89-103.

MENSCH, P. V. **O objeto de estudo da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MESSIAS, A. C. F. **Adequação semântica do vocabulário DeCS na área de tecnologia de alimentos: o estabelecimento de critérios de análise**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MONTEIRO, J. Diretrizes teórico-metodológicas do projeto In: **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Governo de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. p. 30-46.

MOTTA, D. F. **Tesouro de cultura material dos índios no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2006.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3. ed. Califórnia: O'reilly Books, 2006.

MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2011. p. 42-53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42350>. Acesso em: 4 out. 2021.

NASCIMENTO, R. A. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Museologia**, [S. l.], n. 3, 1994. p. 31-39. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3520/DOCUMENTA%C3%87%C3%83O%20MUSEOL%C3%93GICA%20COM.pdf?sequence=3>. Acesso em: 25 maio 2020.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77772>. Acesso em: 06 out. 2021.

OLDMAN, D.; LABS, C. The cidoc conceptual reference model (cidoc-crm): Primer. **International Council of Museums (ICOM)**, v. 1, 2014.

ORNA, E.; PETTITT, C. **Information handling in museums**. London: Clive Bingley, 1980.

ORTEGA, C. D. A Documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, 2009. p. 3-34. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/48>. Acesso em: 4 out. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRESTON, B. Artifact. In: ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/artifact/>. Acesso em 10 mai. 2021.

QUEIROZ, R. M.; TEIXEIRA, H. B.; VELOSO, A. S.; TERÁN, A. F.; QUEIROZ, A. G. **A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências**. Campinas: VIII ENPEC. 2011. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viii/enpec/lista_area_4.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de documentos: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de biblioteca universitária**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/yaggqdbl>. Acesso em: 12 jun. 2020.

REIS, M. S.; MORAIS, J. B. E.; BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L. Análise documental na museologia: um breve exercício de identificação de conceitos. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, n. 2, 2019. p. 90-102.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 61-93.

RÚSSIO, W. [Sem título]. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW. 1984, Leiden. **Proceedings [...]**, Leiden: ICOFOM, 1984. p. 51-59.

SALES, R. de. Suportes teóricos para pensar linguagens documentárias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, 2008. p. 95-114. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2006>. Acesso em: 3 out. 2021.

SAMPAIO, D. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória, museus e ciência da informação: Uma perspectiva interdisciplinar. **Biblios (Peru)**, Lima, v. 52, 2013. p. 35-42.

SANJAD, N. A comunicação e extensão no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Revista Comunicação e Educação**, Ano XIII, n. 2, 2008. Disponível em: www.revistas.usp.br/comuedu/article/view/42407/0. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: 57 Editora Mackenzie, 2000.

SCHIESSL, M.; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 49-118.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, 2004. p. 133-161.

SIQUEIRA, J. C. Recursos linguísticos para análise de vocabulário controlado: O caso do SAUSP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 52-62, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/10211/6938>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. v. 11, n. 4, p.47-56, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7508/4788>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SOUZA, R. F. Thesaurus como linguagem de representação da informação. **Documentação em Museus**, v. 10, n. 1, 2008. p.115-125. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 06 out. 2020.

SOUZA, D. M. V. Museus de Ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, 2009. p. 155-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/XbrcXSKYzXJRRRLnYQJ3JTn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

STRANSKY, Z. Z. Originals versus substitutes. In: SOFKA, V. (ed.). **Originals and substitutes in museum**. Stockholm: ICOFOM, 1985. p. 95-102.

TARTAROTTI, R. C. D.; DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Protocolo Verbal em Grupo e a pesquisa brasileira em Organização e Representação do Conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 22, n. 48, 2017. p. 41-58. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p41>. Acesso em: 19 out. 2021.

TOLEDO, P. M. BASTO, V. B.; CRISPINO, L. C. B. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: Aspectos Históricos e Iconográficos (1860-1921)**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006.

VAN SLYPE, G. **Linguagem documentária e linguística**. Brasília: UNB, 1991.

WILLIAMS, D. A brief history of museum computerizations. In: PARRY, R. **Museums in a digital age**. Nova York: Routledge, 2010, p. 15-21.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 130 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ZAWLESKI, M. P.; NASCIMENTO, M. M.; SILVEIRA, C. M. S.; LEAL, N. M. P. M. Documentação do museu de ciências naturais carlos ritter: o início de um trabalho. In: SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL, 2020, Pelotas. **Anais[...]**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020. 225-234 p. Disponível em:
http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6630/1/Documenta%C3%A7%C3%A3o_do_museu_de_ci%C3%A2ncias_naturais_Carlos_Ritter.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Transcrição do PVI do Museu da UFPA.

Sujeito: Coordenador de Acervos do Museu da UFPA

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 1:11:13 min

PESQUISADOR: Demonstre a forma como documenta o seu acervo. Como acontece normalmente no dia a dia, como se eu não estivesse aqui.

SUJEITO: *“Então, a partir do momento que a obra entra no museu é feito o registro e buscamos algumas informações. Temos as informações intrínsecas e extrínsecas da obra, e partimos primeiro das informações intrínsecas, retira-se a medida, visualiza-se a obra, olha-se o título, as características da obra, assinatura, a técnica dessas obras. Então temos o livro registro... Opa desculpa! Temos primeiro uma listagem, é feito primeiro uma listagem, onde é colocado o nome do artista, quando temos essa informação, quando não tem, coloca-se sem essa nomenclatura. Coloca-se o título. Esse título muitas vezes, quando a obra chega, ela já foi doada com essas informações e essas informações já foram repassadas para cá no momento da doação. Então, a gente pega a informação do título e quando eu não tenho a informação deixa-se sem título, o ano a mesma coisa. Com relação ao ano a gente pega as informações conforme nos encaminham, mas quando não vêm essas informações também faço uma pesquisa para poder inserir. Às vezes esse ano está inserido na própria obra. Olha-se na frente, na parte do verso e tenta-se buscar isso na própria obra, analisando, buscando. Se não tiver na própria obra, fazemos uma pesquisa. Tento falar com familiares, com a pessoa que doou, com o artista, para poder inserir essa informação. Também coloca-se informações relacionadas a técnica, e isso vai variar muito com relação à obra. Temos um número variado de obras no museu, né? Então isso vai depender muito... Se for uma gravura, uma pintura, registros audiovisuais... Têm outros campos que são necessários serem criados devido a isso e... Tem a questão também de colocar essas informações dependendo do que o artista nos repassa, pois a questão da técnica nas artes visuais muda conforme a produção do artista... Então, às vezes, parece uma coisa, mas ele chega e diz que a técnica é outra coisa, então essa inserção das informações tem que ser feita com o auxílio do artista. Como eu falei, tira-se as medidas dessa obra. Se for uma obra bidimensional tira-se altura e largura. Se for tridimensional, altura, largura e profundidade. Se for uma gravura tem a mancha... As medidas vão mudar se a obra veio com uma moldura, pois eu preciso tirar medida da moldura, do paspatur e da obra. Muitas das vezes a obra vem só, então tira-se a medida somente dela. Depende muito de como essa obra está. Se for uma obra tridimensional ela tem uma base que faz parte da obra, tira-se a medida e precisa também descrever esses materiais. Assim que eu faço essa listagem... Essa listagem eu digo que ela me baseia primeiro porque eu tento entender a obra nesse primeiro momento, eu tento entender o que chega no museu, então, a partir do momento que eu faço essa listagem eu posso perceber como eu vou inserir essas informações no catálogo, porque muita das vezes*

*eu faço a listagem antes do catálogo para que eu possa fazer e inserir novos campos no catálogo. Eu tomo essa liberdade de certa forma, devido a trabalhar com obras de arte contemporânea. Então a listagem ela me ajuda a fazer um rascunho primeiro, digamos assim, e como eu analisei essa obra, tirei foto e tudo mais, eu parto para o catálogo, e vou analisar o que falta depois disso... Muitas vezes o catálogo e o que ele tem **de praxe mesmo é o número de tobo, o número de registro, né? O número que foi registrado. A sequência que ele foi registrado aqui no museu.** Então também tenho que buscar essas documentações para poder inserir esse número de registro. **O número de tobo é depois que ele entra no inventário, então essas informações meio que ficam em branco num primeiro momento para se inserir depois. Para inserção das informações na ficha a gente necessita na categorização dessas obras. Então, essas categorizações foram baseadas no Museu Nacional de Belas Artes que tem um acervo diferenciado, um acervo internacional e nacional, então a categorização se refere a obras mais clássicas e o museu aqui trabalha com obras mais contemporâneas, obras diferenciadas, tem um acervo diferenciado, porque além do acervo de artes visuais a gente também tem uma biblioteca que trabalha com livros, né? Documentos e outros materiais diversificados e algumas fotografias também, então eu pude perceber isso. Para registrar eu utilizo o Excel usando a mesma base de dados do inventário que foi realizado para fazer a inserção das informações e atualização... E aí essas informações além de guardar em computador, no HD externo, eu também... abri uma conta, fiz uma conta no Google pra ter acesso a um drive, o Google Drive no caso, aí eu insiro, eu faço a guarda, né? Faço o backup de todo o levantamento que eu realizei, o levantamento de artistas... Eu coloco as informações todas lá para eu poder ter acesso, ter um acesso com mais facilidade. Após o registro eu faço uma higienização nessa obra, **eu realizo a guarda dessa obra, classifico, essa aqui, por exemplo, pertence a mapoteca.** Eu vou guardar na mapoteca e vou dar continuidade no trabalho inserindo as informações sobre ela e inserindo essas informações no inventário e no banco de dados que a gente tem”.***

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Pode dar mais detalhes de como é feita essa inserção no catálogo?

SUJEITO: *“Então as informações principais são: autor. Como já falei, insere-se a informação, o nome do autor ou dos autores, a escola e época, que é o período em que foi produzido, o título e, como eu falei, se não tem título a gente não coloca. Coloca-se a procedência, no caso da procedência no catálogo do museu é se foi doação, se foi compra, se foi comodato... A origem também, então a origem é onde essa obra foi produzida, na França por exemplo, então essa é a origem dela. Eu sei que a procedência está meio assim... Dá uma certa dúvida, porque o certo da procedência seria a forma de aquisição, mas tem muitas coisas relacionadas a documentação do museu que estão sendo mudadas no caso. **Aqui usamos termos específicos para as técnicas das obras de acordo com o tema.** A gente vai adaptando, porque era uma forma de registro até um pouco antiga e alguns campos não cabem. O que a gente utiliza para fazer a documentação é a base do **sistema Donato** então existe um catálogo do sistema Donato e tem um manual na verdade. É no manual que a gente tem e a gente busca essas informações deste manual. Então esse manual ele se baseia mais*

em técnicas, a gente tenta descrever um pouco mais, já que o principal acervo do museu é o acervo de artes visuais, essas terminologias são voltadas para o acervo de arte visuais, então a especificação até as categorias elas acabam sendo voltadas para a questão do... Das técnicas dessas obras. **Tesouros não é tão utilizado pela gente. Até por conta dessa classificação...** Dessa questão das obras serem voltadas para a obra de arte, né? Então a gente quase não utiliza tesouros. **Não têm muitos termos específicos, os termos que são utilizados são voltados para as técnicas das obras. A linguagem documentária que costumamos utilizar é mais geral. A gente sempre busca para fazer pesquisa na linguagem documentária dos museus. Reforço que a principal base do museu foi o Museu Nacional de Belas Artes devido ter sido utilizado o sistema Donato, então, muitas vezes, ainda é utilizado o Museu Nacional de Belas Artes como referência para a documentação do Museu da UFPA. É...** A gente sempre busca colocar a localização, a localização mais precisa possível. Estou registrando essa obra e eu vou guardar ela agora, por exemplo, na mapoteca, então eu coloco qual mapoteca eu estou guardando. Estou guardando, por exemplo, na mapoteca 2, na gaveta 1. Então tudo isso eu vou registrar, mapoteca 2, gaveta 1. Registro também a sala também que ela tá guardada, digamos, Sala 2 ou sala de restauro... Todas essas informações eu vou colocando. Se caso, por exemplo, eu vou colocar no trainel, eu coloco onde eu guardei: no trainel 1, trainel 2... O trainel tem dois lados, então eu coloco se foi no lado A ou no lado B. Essas informações eu levo para o inventário e me facilitam na hora que preciso ou que alguém precisa pesquisar, então fica mais fácil de encontrar a obra e de fazer a devolução para o local a que ela pertence. Quando ela é emprestada também. **A descrição da obra é feita de acordo com o que é representado na imagem.** Então quando a obra é figurativa é descrito o que tem na imagem, se tem uma pessoa, o que é que está sendo representado na imagem, se é figurativa. Se for algo abstrato coloca-se o que tem na imagem abstrata e tentamos descrever mais as cores, a forma que ela representa, as formas geométricas, já que é abstrata, por exemplo, muitas gravuras tem esse padrão. Pinturas mesmo, quanto mais, digamos, contemporâneo é a obra, mais abstrata ela acaba se tornando. Acabamos recebendo obras mais abstratas. **Acabamos focando nas formas, nas cores, no material que ela foi feita, então a descrição dela...** A descrição do catálogo é baseada nisso e esse é um primeiro momento também que é essa descrição. Fotografia a gente registra a pessoa responsável por fotografar a obra, fica registrado no catálogo também. Algumas medidas também a gente tira as dimensões e, como já falei anteriormente, essa medida vai depender de como essa obra se comporta. Como é que ela é feita? Então, se for bidimensional: altura e largura. Tridimensional: altura, largura e profundidade. Se for audiovisual coloca-se o tempo de duração, se ela é em loop ou não... Essas informações também são colocadas. E aí quando é algo novo, a gente tenta analisar como vai ser colocado também, se for uma projeção, por exemplo, ou alguma outra coisa do tipo. Então tudo isso tem que ser analisado, então **nossos catálogos eles sempre são... Ele sempre tem mudanças, eles nunca seguem o mesmo padrão**, por isso que, como eu disse, quando a obra chega aqui primeiro eu faço o registro dessa lista pra tirar o máximo de informação dessa obra para depois eu poder inserir no catálogo e adaptar o que precisa. Claro que essas adaptações elas não são realizadas com frequência, no caso se tem só uma obra eu não vou fazer um catálogo mudando tudo... Não... No caso eu tento buscar algo mais geral, né? Que possa ser usado num número maior de obras. Técnica, como já falei, a técnica é a forma de

produção, se é uma pintura, se é uma fotografia, se é uma gravura, as técnicas mais tradicionais são mais fáceis de registrar, essa obra aqui é uma gravura, por exemplo. E eu já sei o que é que eu preciso tirar de informações dessa gravura, mas às vezes são obras contemporâneas, obras mais atuais que são produzidas com materiais diversos, então eu preciso que o artista me diga que técnica é aquela que ele tá produzindo, se é um novo tipo de técnica, se tem uma nova nomenclatura, para que eu possa inserir essas informações e muitas das vezes a gente segue colocando a observação também, se tem alguma coisa que a gente ver que... Se algum campo... Se não pode ser preenchido em um campo, a gente insere essas informações. No catálogo, por exemplo, a gente tem valor de compra, de seguro, mas atualmente eu evito colocar essas informações, porque os catálogos também são utilizados para pesquisa, então evita-se que as pessoas tenham acesso a essas informações. Tentamos manter só na administração essas informações mesmo. Além disso, a gente tem que colocar a biografia. A biografia costuma vir com a obra, muita das vezes os artistas já mandam a biografia deles pra gente, mas quando eles não mandam as informações da biografia a gente faz pesquisas e essa pesquisa pode ser feita via internet, em sites especializados... Também podemos ir em arquivos, mas a gente sempre busca buscar primeiramente essas informações com o próprio autor, ou os familiares, porque muita das vezes eles têm esse controle. Informações do que eles produziram, data de nascimento deles, onde eles se formaram, como é que funciona a produção deles, quando eles começaram, se teve alguma mudança no período da produção deles que eles começaram a produzir alguma outra técnica, alguma coisa diferenciada... Os locais que eles já expuseram, é super importante, prêmio que eles já ganharam, essas informações são inseridas. Se já for falecido a data de morte. E a nacionalidade também é importante”.

APÊNDICE B - Transcrição do PVI Museu de Anatomia da UFPA.

Sujeito: Coordenadora do Museu de Anatomia

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:16:49 min

PESQUISADOR: Pode realizar o tratamento das suas peças como realiza no dia a dia.

SUJEITO: *“Quando chegam as peças, geralmente os monitores pegam as peças, por exemplo essa aqui do sistema digestivo e usamos duas técnicas, a glicerina e o álcool para fazer a conservação. Qual a vantagem de um e de outro? A vantagem do formol é que essa peça dura muitos e muitos anos e o nível de contaminação dessa peça é muito muito baixa, por fungo, por bactéria, por vírus, por que o formol não deixa chegar, tá certo? Só que... Qual a desvantagem, formol é uma substância tóxica, para o aluno que fica um semestre ou dois, ele tem contato e vai embora, mas pra nós professores e técnicos que ficamos aqui anos, o tempo todo respirando essa substância é complicado. A glicerina qual a vantagem? Não tem cheiro algum, a gente trabalha a peça aqui tranquilamente, sem nenhum tipo de atrito com a pele com o olho com nada, mas a peça não tem a mesma durabilidade, tem contaminação, por exemplo o fungo consegue chegar na peça, então o que a gente faz, a cada semestre as peças são retiradas e ‘reglicerinadas’ novamente. Agora quando chega uma peça nova, a gente recebeu 3 ou 4 anos atrás numa situação horrível lá do iml, foi uma luta para recuperar os cadáveres, nós precisávamos muito de peças nessa época, então dissecamos esses cadáveres, fomos desmembrando essas peças... o laboratório ganhou muita coisa com isso (...)”.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Nesse processo vocês fazem algum tipo de registro? Catalogação?

SUJEITO: *“Catalogação... Não, esse controle aqui não existe”.*

PESQUISADOR: Nem registro fotográfico?

SUJEITO: *“Só registro fotográfico. E vou te falar a verdade, a gente faz registro fotográfico para fins didáticos, para aulas, pra fazer vídeos e enviar pros alunos. Agora no ensino remoto a única solução foi essa, a gente foi montando estruturas e no final a gente monta o vídeo e manda pros alunos, mas catalogação não”.*

APÊNDICE C - Transcrição do PVI do Museu de Geociências da UFPA.

Sujeito: Técnico em Mineração

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:56:10 min

PESQUISADOR: Como é feito o processo de documentação do seu acervo? Pode demonstrar da forma como faz no seu local de trabalho.

SUJEITO: *“Certo, quando o doador chega ao museu com uma amostra como essa, o primeiro passo é recebê-lo e **buscar uma ficha que vai ser entregue ao doador, onde ele vai preencher todas as informações referentes àquela mostra ele está doando.** Essas fichas nós já temos impressas. O doador vai fornecer informações acerca da amostra que ele está doando, a exemplo dessa aqui, que é uma amostra de Ametista. Em seguida, vai fornecer o máximo de informações que ele puder acerca dessa amostra e do contexto de sua coleta. Então, ele vai informar o local de coleta, pode ser, por exemplo, em uma mina subterrânea, em uma mina a céu aberto, ele pode ter recebido de doação de alguém, pode ter recebido de presente, pode ter comprado, pode ter encontrado em campo... Em uma atividade como professor, como pesquisador. Vai informar onde esta amostra foi coletada, a cidade, o município, o estado. Em seguida ele vai trazer as informações referentes ao contexto geológico daquela região, é uma região onde ocorrem determinados tipos de depósitos minerais? É uma região montanhosa? É uma região onde ocorrem determinados tipos de rochas? Ele vai trazer e ele vai descrever a geologia daquela região onde ela foi coletada, por que isso ajuda a entender a ocorrência dessa amostra ali. Em seguida, ele vai descrever a amostra, se ele já informou o nome da amostra, se já classificou a amostra... Essa aqui é uma amostra de ametista, agora tem que descrever, cor, os cristais, se junto com a ametista ocorre outros minerais, por exemplo, aqui em cima tá ametista e aqui embaixo já tem um outro mineral. Quando é um mineral é só o mineral, quando é uma rocha é um agregado de minerais que ele vai ter que dizer o nome de cada um dos minerais presente naquela rocha. Daí tem que falar das texturas, estruturas, informação de composição química se houver, por fim informar alguns dados adicionais, se for interessante, algum fato relevante daquela coleta, se houve alguma outra pessoa que participou da coleta também, porque tem o doador e tem o coletor, nem sempre o doador é a mesma pessoa que coletou, ele vai ter que dizer quem coletou... Ele assina informa data... A pessoa que recebeu, que sou eu, assino também, informo a data e aí eu anexo essa ficha dentro de uma pasta lá onde estão todas as outras fichas e verificar qual é a numeração da última amostra que foi coletada e aí sigo a sequência desse desse código, né? E como eu comentei anteriormente, o número que ela vai receber vai seguido pelo nome do mineral ou nome da rocha, não tem outros termos, porque a amostra faz parte de um mesmo contexto. Por fim, essa amostra vai ser catalogada, o que a gente faz... Basicamente o que a gente faz lá no museu... Faz uma manchinha com esmalte aqui numa porção da rocha, pode ser embaixo e aí uma canetinha vai lá e coloca o número, pronto está registrado já estou vinculando essa mostra a ficha dela que está guardada na pasta. Bom, em seguida ela vai ser colocada em um... Vai ser embalada em plástico e essa embalagem vai receber por cima também o número. Nós temos um armário.*

*Nesses sacos a gente coloca por cima também o código dela é importante para não perder, né? Por que se a gente perder esse código a gente perde a informação da rocha e depois a gente vai guardar tudo no armário que nós temos lá, onde fica o nosso chamado acervo interno, pois no nosso salão já não temos espaço para chegada de novos materiais de exposição, então a gente armazena no nosso acervo interno e a gente espera que no momento oportuno venha ter um espaço maior que possa dispor todas as nossas amostras que não estão ainda... Expostas. Basicamente é esse o processo de chegada da amostra e é isso que a gente realiza. Às vezes a amostra... **Caso seja necessário alguma informação adicional, por exemplo, a pessoa que doou não sabe o nome da amostra, não é um geólogo, essa amostra não faz parte de uma pesquisa, a pessoa não sabe classificar essa amostra, a gente mesmo faz essa classificação.** A maioria das amostras macroscopicamente a gente consegue, através de uma descrição simples, classificar, mas às vezes é necessário também levar para o laboratório e detalhar informações, principalmente sobre a composição mineralógica desse material que foi doado. Então é uma ferramenta a mais que temos de dispor desses laboratórios que a gente consegue... Caracterizar o nosso material e classificar da melhor forma possível. Acredito que são... Acredito que esse é o passo a passo. O que acontece às vezes também é que, apesar da falta de espaço, recebemos uma doação que tem um valor científico muito interessante, que chama muita atenção, é uma amostra de um contexto, de um cenário bastante conhecido no meio... No meio das geociências. Então a gente acaba arranjando, fazendo esforço e arranjando um espaço no salão para acomodar essa amostra, a gente faz isso também, mas nós temos amostras do nosso acervo que ficam fora do espaço, no jardim, temos amostras grandes ali e todas são catalogadas e fazem parte do acervo do museu. Todas aquelas ali, se você for olhar no cantinho, todas elas tem a plaquinha de identificação e tem a numeração. Às vezes você não vai conseguir ver porque está escondido, está por baixo, mas todas elas estão identificadas e catalogadas e fotografadas... Em relação a isso também, né? Essas amostras todas são fotografadas e nós temos os arquivos com foto de todas elas e todas as imagens estão também no nosso site. **No nosso site tem uma aba lá, acredito que o nome da aba seja acervo geral, e lá você pode ver em ordem de chegada, a ordem de doação, você vai ver todas, quase todas as amostras, a numeração, o nome do mineral, da rocha e a imagem dela.** Então naquele site você pode encontrar alguma amostra interessante e visitar essa amostra pessoalmente no museu e obter mais informações sobre local de coleta, sobre quem foi o doador, essas informações todas vão estar disponíveis, certo? Esse é o procedimento que a gente executa no museu.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Se puder me esclarecer vocês fazem algum tipo de descrição? Por exemplo, o próprio doador faz a descrição dele, né? Mas vocês fazem algum tipo de descrição, ou só ficam com a descrição do doador?

SUJEITO: *“Se for necessário a gente complementa também. Porque às vezes o doador ele simplesmente não quer fazer isso. Ele só preenche mesmo, nome, a data de coleta e assina, não tem interesse ou por não saber, ou está com pressa, por motivos variados ele não tem*

ou não sabe essas informações. Às vezes ele achou muito bonita a amostra e resolveu doar para o museu, mas não sabe o que é. Aí depois a gente vai lá e complementa”.

APÊNDICE D - Transcrição do PVI Museu de Zoologia da UFPA.

Sujeito: Coordenadora do Museu de Zoologia

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:30:46 min

PESQUISADOR: Gostaria que você mostrasse o processo documentação do seu acervo? As etapas, a forma como realiza normalmente.

SUJEITO: *“Eu faço a coleta, vamos supor de um marsupial, esse animal então eu levo para o laboratório, a gente sacrifica, dentro das normas de licenciamento. Eu tenho essa licença permanente para coleta dos animais, não que eu possa pegar quantos eu quiser. Eu coeto o que a licença me permite. Então, após o sacrifício deste animal, a gente retira a pele dele. Como eu estou sacrificando o animal, eu tento fornecer o material para vários laboratórios, forneço endoparasitos, ectoparasitos, forneço para o pessoal que trabalha com patógeno, crânio, fígado, baço, vamos retirando o material e colocando tudo em álcool 70. Músculo para DNA, a pele, essa pele eu faço a taxidermia, encho ela com algodão. Tem todo um tratamento para esta pele que também vai para o museu. Outra coisa também que é muito importante para os museus é o crânio do animal, no caso de um mamífero, porque as medidas cranianas são medidas importantes na identificação do animal. Pronto, retirei tudo que eu precisava e o que sobrou, que é pouca coisa, isso é descartado. Antes a gente tinha um dermestário, que era uma coleção de besouros dermestes que comiam tudo, só deixavam os ossinhos limpinhos, entendeu? Só que essa colônia durou 10 anos, eu cuidei dela 10 anos e ela morreu, estou precisando colocar outra, mas enfim, o que sobra do material a gente descarta, agora o que é importante dizer... **Tudo que eu retiro desse animal é acondicionado de forma correta, ou é fixada em álcool 70, em formol, mas tudo leva o mesmo número.** Então, o número inicial é o número de campo. Tudo, desde o músculo para DNA, aos pedaços do cérebro para análise de hantavírus, de vírus em geral, fígados, baço, os parasitas que são retirados, o conteúdo estomacal que eu retiro para poder entender a dieta dos bichos, tudo é acondicionado em diferentes armazenamentos e **todos esses materiais levam o mesmo número tanto de campo quanto de tombo, porque aquilo vem do mesmo exemplar e isso tem que estar muito bem casadinho, porque se você perde a numeração do fígado, por exemplo, já não sabe de onde aquilo veio. Isso é uma coisa que eu pego muito no pé dos alunos para tomar muito cuidado com essa numeração.** Bom, logo depois que a gente sacrifica o animal a gente faz todas as medidas. **Tamanho de corpo, tamanho de cauda, tamanho de cabeça, tamanho de pé, orelha, peso do animal, essas informações já vão também estar... Anotadas a princípio em um caderninho que a gente faz, um caderninho de campo. Então coloca lá no caderninho de campo tal data... Tudo direitinho.** Aí vem todas as informações, espécie e informações relativas a sua classificação, o peso e todas as medidas, foi tirado o quê desse animal, tirou o fígado, baço... Fez a pele... Está tudo no caderno. **Este caderninho posteriormente é o que vai ter as informações colocadas nessa planilha do Excel. Nessa planilha do excel vem as informações nas colunas e cada animal vem em uma linha, tem todas as informações em uma linha, tá? O local, a data, o número da campanha, se é a primeira, segunda, terceira campanha, a espécie, se já foi identificado, se não foi coloca só o***

*que você sabe, vem todas as medidas, o habitat que foi coletado, aí vem... Coletou baço, fígado, coloca um xizinho, músculo coloca um xizinho, para gente saber que tem aquele material daquele animal em algum lugar, está lá na geladeira ou foi dado para algum pesquisador, entendeu? Sangue, às vezes tira-se o sangue também, entendeu? **É isso tudo que vai para minha tabela no Excel.** Agora uma das coisas que eu já percebi que, como sou eu ou algum um aluno que faz esse processo, **não tem um sistema geral, as minhas tabelas elas estão meio sabe... Tem uma tabela que está com as colunas todas de um jeito, outra eu faço de um outro jeito, não tá padronizado, para cada localidade que eu faço eu faço de um jeito, então agora eu estou com uma aluna de rotatório e como a gente tá online foi a ideia que eu dei para ela de unificar todas as nossas tabelas em uma só, do mesmo padrão, porque está bem confusa. Uma outra informação importantíssima na tabela são as coordenadas geográficas de cada ponto que foi coletado o animal”.***

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: É feito registro fotográfico?

SUJEITO: *“Eu tiro algumas fotos, mas não é uma coisa sistematizada. É feito quando tem um bicho diferente. A nossa rotina de campo é muito pesada, então, muitas vezes, a gente não tem tempo de ficar tirando foto dos bichos, entendeu? O que é uma pena porque depois a gente sente falta, a gente precisa da foto e não tem, entendeu? Mas normalmente a gente tem equipes pequenas porque... não porque falta gente, tem muita gente interessada em ir para campo, mas o problema é o dinheiro que às vezes não dá para levar muita gente, né? Então o ideal é que tenha uma pessoa só para tirar as fotos dos bichos, mas isso não acontece”.*

PESQUISADOR: O número utilizado tem uma padronização, ele zera no final do ano ou é sequencial?

SUJEITO: *“Quanto ao número, ele continua. Por exemplo, de mamíferos eu já estou em mil e ‘tralálá’, mas não quer dizer que eu tenha mil exemplares, é por que tem coisas que já foi pro museu Goeldi, e a minha etiqueta ela vai pro goeldi, então você sabe que material saiu daqui”.*

PESQUISADOR: Vocês não tem nenhum tipo de sistema pra organizar os assuntos?

SUJEITO: *“Não separamos por assuntos, mas por grupos taxonômicos, como te falei, mamíferos, répteis, insetos, aí isso tá separado”.*

APÊNDICE E - Transcrição do PVI do MPEG/COCTE: Coleção de Paleontologia

Sujeito: Curadora do Acervo de Rochas, Minerais e Fósseis

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:22:45 min

PESQUISADOR: Pode começar do jeito que sempre realiza.

SUJEITO: *“Então, primeiramente a gente vai para o campo e faz a coleta sistemática, dentro dos perfis estratigráficos, com as coordenadas do ponto de coleta e procuramos fazer o arquivo mais completo possível das informações de campo. Fotografia, coordenadas e os processos da litologia. Características litológicas do afloramento que está sendo analisado e todas as informações de campo possíveis. Às vezes a gente pode tentar fazer uns vídeos, mas nem sempre a gente consegue, de vez em quando a gente faz uns videozinhos breves... Trazemos esse material para o laboratório e ele já vem acondicionado, em geral, dependendo do material, é acondicionado em sacos plásticos ou em alguma embalagem que é mais resistente para alguns fósseis mais frágeis e anotamos então os dados de campo da coleta e trazemos para o laboratório. Aqui no laboratório é feita uma triagem antes do material entrar para o acervo. Muito material ele fica em pesquisa, né? Ele fica em laboratório para ser primeiramente pesquisado. Nesse momento da pesquisa é onde fazemos uma identificação mais detalhada, a nível de taxonomia e então a gente faz essa triagem. Para isso se observa a amostra em todas as faces, buscando informações e fazendo comparações com a literatura, dessa forma conseguimos identificar aquela amostra, como esse fóssil que já foi identificado a nível de família. Alguns materiais é feito a triagem, mas ele é incorporado no acervo antes de fazer esse estudo aprofundado. Nem todo material fica no laboratório em pesquisa, algumas amostras a gente já faz a triagem, fazendo uma classificação sistemática não tão aprofundada, mas a nível de família ou gênero, não é? Aí a gente faz as embalagens para fazer a incorporação para dentro do nosso acervo. O acervo aqui é dividido em paleoinvertebrados, paleovertebrados, paleobotânica e microfósseis. Além da coleção de rochas e minerais. Para cada coleção nós temos um armário específico que fica separado. Nós temos a coleção de tipos e figurados também que fica em um armário separado e então... Aí a catalogação como ele é feita, né? A gente tem um livro de registro, que é o livro mais antigo, digamos assim, onde a gente mantém a catalogação em livro de registro. Pegamos as informações do campo e também depois de passar pelo laboratório inserimos nesse livro. Então esse livro tem uma numeração. O ‘MPEG’ mais o número de cada coleção e uma letra que corresponde a coleção. Se é invertebrados vai o I, para vertebrados vai o V, paleobotânica vai o B e microfósseis vai o M, no final do número. Daí anota-se as informações no livro de registro, que em geral é a identificação, procedência, data de coleta, coletor e observações. Mais recentemente, acho que uns quatro anos atrás, o museu implementou um sistema que é o Specify para as coleções biológicas, que é a base de dados das coleções biológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi. E a paleontologia tá dentro dessas coleções. Então ela também está incorporada numa base de dados que está dentro do programa Specify e também está disponível na página do museu. Lá a gente não disponibiliza tudo, dentro do programa a gente seleciona o que a gente pode disponibilizar,*

mas tem aqueles dados sensíveis que a gente não disponibiliza. E... **Então nós temos o livro de registro e a base de dados.** Aqui a gente adquiriu armários à prova de fogo, então também coloquei esse material de arquivo, que são fichários antigos. Numa ação paralela que existia, havia livros de registro, fichários e fichas catalográficas dos pesquisadores mais antigos, antes da minha entrada em 2002, então nós temos livros, fichários e fichas catalográficas, mais a base de dados que nós temos. Digamos que cerca de 99% dos registros já estão incorporados dentro do sistema. **A gente não faz ficha manual, a gente incorpora para o livro e para o sistema. O sistema é como uma ficha catalográfica.** Então, a gente usou as informações do livro de registro, mas o sistema me permite complementar dados, inclusive georreferenciar e botar coordenadas, então ele é bem mais completo, no livro de registro a gente tem a identificação taxonômica, a procedência, a data de coleta, o coletor, a data de entrada na coleção, número de exemplares e observações. Nas observações a gente deixa em aberto, se é um holótipo, se o material está fragmentado, é em aberto para qualquer informação adicional importante. A publicação, de onde provém, que tipo de fragmento... Aberto pra algum detalhe... O que dá pra botar, por que o livro de registro ele não tem tanto espaço, já no sistema tem mais possibilidades. Aqui a gente coloca imagens, pdfs de artigos. Se entrar no site do museu temos como visualizar as informações do sistema. **Quando eu pego esse fóssil aqui para fazer a identificação através de comparação de morfologia com a literatura, eu uso a literatura que tem já disponível e identifico observando o material em todas as suas faces, para identificar níveis superiores, níveis de família e a medida que é possível eu consigo ir até espécie, sempre usando a literatura como base e catálogos aqui do próprio museu. A taxonomia é a base de tudo, digamos assim, para poder incorporar a peça no acervo.** Como eu vou cadastrar essa peça? Então tenho que ter o mínimo de conhecimento para cadastrar essa amostra. A amostra não é assim: 1, 2, 3, 4... Ela tem um número de catálogo, mas ela tem uma identificação, até para se organizar dentro da coleção, pra saber onde ela vai ser alocada, então é fundamental fazer a identificação no maior grau possível. Nos grupos taxonômicos. A gente tem um sistema de backup, um setor do museu que mantém um backup. Cada setor adota seu sistema, aqui a gente optou em manter o livro de registro, como se fosse um trabalho duplicado, mas é muito importante quando vai passar pro sistema a gente ter esse livro de registro, por que o livro de registro é uma coisa que qualquer um pode fazer, por exemplo, tem um aluno que está pesquisando, ele já pode ir incorporando lá pra não perder toda essa informação, depois vai ter o pesquisador responsável pelo banco de dados ou o técnico para incorporar essas informações no sistema, porque o sistema é restrito, não é todo mundo que tem acesso a ele. Tem dados sensíveis, tem materiais em estudo, em publicação, que a gente não pode disponibilizar pro público. O sistema é integrado entre todas as coleções biológicas. Mas outras coleções têm seu sistema próprio”.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Quanto ao sistema, pode falar um pouco mais dele?

SUJEITO: “Dentro do sistema tem uma forma de busca, pode botar tudo, ou restringir alguns dados. Mas o usuário tem acesso a essa busca utilizando palavras-chave, pela localidade, pelo número de registro, tem várias ferramentas. **Então no momento que fazemos**

o registro dessa amostra selecionamos palavras-chave que melhor identifiquem essa amostra para que ela seja encontrada de forma mais fácil por alguém que precise realizar uma busca mais detalhada. Dentro do próprio site do museu tem como acessar essas informações por meio do specify. A gente ainda está com o projeto de digitalizar esses livros e fichas por que tem documentos de 1800 e pouco e essas fichas ainda não estão no sistema, então tem esse projeto de fazer um banco de dados com esses documentos, para caso venha ocorrer algum sinistro, alguma coisa, a gente tem esses documentos protegidos. apesar de muita coisa está no sistema, mas por exemplo, nas fichas ainda tem algumas informações que ainda não foram incorporadas no sistema, por que é muita coisa, a gente não teve tempo de pegar detalhes e passar para o sistema. É um trabalho bastante demorado e tem que ser feito com atenção e tranquilidade, a gente só tem um técnico, né? Mas é importante fazer isso, para preservar o máximo, a gente vê o que aconteceu no museu nacional, não só o museu nacional como em outros museus, que foram servindo de alerta aos demais museus para digitalização, por que é uma outra forma de backup”.

APÊNDICE F - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção Ictiológica

Sujeito: Curador da Coleção Ictiológica

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:23:37 min

PESQUISADOR: Como é feito o processo de catalogação desse material, existe algum processo de catalogação do material e como é que ele é feito no dia-a-dia? Como você recebe esse material?

SUJEITO: *“Certo, a coleção de peixes quando iniciei aqui na coleção tinha mais ou menos uns cinco mil lotes. Atualmente está com praticamente 40 mil lotes. Basicamente a maior parte da região Amazônica, mas também tem material de outras bacias, é uma coleção com viés taxonômico e sistemático, então a gente tem muito material de outras bacias do Brasil e de fora do Brasil, e material marinho também. A coleção quando eu cheguei já existia e foi crescendo gradualmente, principalmente a partir da segunda metade do século passado. Foi se consolidando gradualmente, com períodos de crescimento e período de estagnação, até a década 1980, quando pesquisadores que trabalhavam aqui começaram a formar, dar uma noção de coleção científica mesmo. Então foram organizando de forma taxonômica a coleção. Quando eu assumi a curadoria tive como objetivo colocar a coleção no cenário científico mundial. Ela já estava uma parte informatizada, mas a gente **migrou para uma plataforma, o Specify, que é para coleções científicas.** Coleções zoológicas e botânicas e... Facilita a consulta e está **disponível no site também. Então quando eu pego o meu material, o peixe, quando ele entra é logo tombado. Todo o material que entra na coleção é tombado e recebe um número...** E triado se necessário ser triado. **E só entra o material na coleção que contenha dados de procedência, coleta, data, dados e metadados da coleção, do acervo, para todo e qualquer lote.** A coleção é basicamente tombada por lotes de peixes, porque ela é um pouco... Tem suas idiosincrasias, né? Então a cada evento de coleta, quando se passa uma rede ou alguma coisa se pega diversas espécies em campo. **Daí todos esses dados são planilhados.** De um evento amostral é triado e cada espécie vai ser catalogada. Os indivíduos de uma mesma espécie vão para o mesmo lote e os dados são replicados para esses lotes, certo? E cada um desses lotes vai receber um número de tombo que é o momento em que o material é tombado, identificado, **esses dados são inseridos no banco de dados digital do museu que tem todos os sistemas de proteção no Specify.** Através do programa specify, que é o programa próprio para coleções científicas, zoológicas e botânicas, **o meu material vai para coleção, onde tem dois salões grandes e armários onde o material é acondicionado, em vidros com álcool, e... Climatizado, acondicionado em prateleiras... E são organizadas de acordo com a ordem taxonômica...** Todos os exemplares da mesma ordem vão estar no mesmo conjunto de prateleiras e daí dentro dessas prateleiras são organizadas as famílias por ordem alfabética, certo? **E em cada família os exemplares vão estar organizados em ordem alfabética de gênero e cada gênero vai estar organizado em ordem alfabética de espécie. Todo material é tombado, não existe material que entre no acervo que não seja tombado. Para fazer a catalogação desse material existe um protocolo. O ideal é que o meu material seja identificado até gênero, e espécie, certo? Mas***

eventualmente isso não é possível, então ele é identificado a um nível taxonômico possível no momento ali do tombo. Idealmente é a espécie, caso não tenha, será o gênero e a organização vai ficar da mesma forma e os dados que são solicitados. Alguns são realmente importantes, procedência do material, que local, de que bacia, de que rio, proximidade ao que? São perguntas que nós fazemos ao coletar o material. Preciso poder localizar as coordenadas geográficas, até nível de segundo. São inseridos como grau, minuto e segundo e não como 'UTM' [sistema de coordenadas cartesianas]. Também inserimos aqui o método de coleta, quem coletou, a data que foi coletado... É... quem participou da coleta... De preferência o número da licença de coleta. Grande parte dos projetos têm. O título do projeto. Dados e metadados do material, o número de indivíduos do lote, quantos indivíduos daquela espécie tem naquele lote. E eventualmente algum outro dado de observação. Para fazer essa identificação a gente tem que olhar o material em todas as face e para realizar a identificação usamos a taxonomia. Para inserir essas informações utilizamos basicamente os dados taxonômicos. Para preencher o banco de dados nós temos aqui as células que já tem o nome, epítome genérica, epítome específica, parte taxonômica, em que família ele tá, em que categoria. Então eu identifico o meu material no nível possível, utilizando bibliografia especializada, como base de comparação de trabalho. Existem alguns livros que permitem fazer uma identificação mais genérica, certo? É superficial. Mas pra fazer identificação específica é uma bibliografia mais específica, ou seja, são trabalhos específicos para cada um dos grupos que eu preciso consultar, certo? Então é uma bibliografia bem... Bem vasta. Aqui, por exemplo, é ictiologia da região neotropical, assim... E colocamos dentro do sistema e a busca pode ser feita de várias formas, inclusive fazer essa busca entrando no site do museu, no site das coleções, você pode fazer as consultas e buscar qualquer um... Qualquer pessoa que tenha interesse em buscar informações do acervo sem necessariamente ter que viajar até aqui, visitar, a não ser que seja necessário ver... Para fazer consulta do material, in loco. Mas os metadados é possível buscar no site do museu, e o próprio usuário pode ter acesso pesquisando, pelo projeto de pesquisa, ou mesmo por essas informações do contexto do material. Eventualmente se esse material é tipo... Se é um holótipo, se é um parátipo, ou seja, se faz parte de um conjunto de exemplares que participaram na descrição de uma espécie nova, ele está identificado no sistema dessa forma. Esse material também é destinado a um armário diferencial a uma coleção diferenciada onde os exemplares são guardados dentro de armários antichama, porque esses exemplares são os representantes da espécie conhecida taxonomicamente. Assim eu concludo esse registro dentro do meu sistema”.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: É feito algum registro fotográfico?

SUJEITO: “Teve um início de projeto. Basicamente o que o que a gente pretende fazer, assim que for possível, é registrar o ‘material tipo’, essa é uma coleção extremamente importante de fazer esses registros por que são... É um material quase obrigatório se uma pessoa está fazendo um trabalho sistemático, taxonômico... Fazer o registro fotográfico de toda coleção é praticamente inviável. Só de alguns exemplares, alguns lotes, algumas espécies. Por que são milhões de exemplares. A coleção tem 40 mil lotes e cada lote varia de um exemplar até mil

exemplares. Esse registro existe, agora não sei te informar qual o número exato, mas são milhares, então você fazer um arquivo com milhares de fotos repetitivas não tem muito sentido”.

PESQUISADOR: Antes do sistema *Specify* ser implementado esse processo era feito de forma manual ou tinha algum outro tipo...

SUJEITO: *“Era o Access. O sistema access. Era um programa bom, a plataforma era boa, mas não conseguia sustentar a grande quantidade de dados que já estava crescendo. A consulta era difícil, o programa era pesado, precisava de uma grande quantidade de computadores protegidos e desconectados da internet e agora não, o specify é uma plataforma bem mais... Fácil e leve para rodar e tem todos os procedimentos de proteção desses dados”.*

PESQUISADOR: Então a catalogação é feita diretamente no *specify*?

SUJEITO: *“Quando a gente que coleta sim. Normalmente quando um pesquisador me traz um material pra tomar, esse exemplar... Às vezes é um exemplar, ou mais de um exemplar... Isso é um resultado de um projeto inteiro. Obrigatoriamente, quando ele pede para tomar o material aqui, eu envio para ele uma planilha Excel, certo? Em que ele vai preencher os dados, todos os dados que estão sendo exigidos ali nessa planilha que é o que é replicado do specify. Então eu recebo dele, dessa pessoa, uma planilha Excel com todos os dados e daí simplesmente para evitar erros de digitação, o técnico da coleção cola e copia para dentro do specify todos os dados automaticamente, sem maiores problemas e a partir do specify são produzidas etiquetas que vão para dentro de cada um dos lotes, cada um dos vidros que ele forneceu, certo? E ele se responsabiliza pela veracidade daqueles dados. O pesquisador que está depositando quem tem a responsabilidade da veracidade, por que eu não tenho como verificar se exatamente cada um dos lotes foi coletado naquele lugar, é impossível”.*

PESQUISADOR: E é possível inserir novas informações?

SUJEITO: *“Não, dependendo da informação que está feita eu não aceito a entrega do material, entende? Se no material que ele me entrega por acaso tiver faltando informação. Atualmente não se aceita mais isso, por exemplo, sem entregar latitude e longitude. Hoje todo mundo tem a forma de aferir, de coletar esses dados. Se por acaso estiver faltando dados muito sensíveis, o material não é tombado. Se por acaso ele quiser omitir, por exemplo, não quero que meu nome esteja no banco de dados, coletor anônimo, isso pode ser feito. Não existe problema nenhum, não posso obrigar ele a fornecer esses dados. Normalmente isso nunca acontece, mas existem pessoas que podem não querer. Mas dados como procedência, localidade, bacia, método de coleta são importantes e se é um projeto tem que ter a licença de coleta. Se por acaso ele não entregou alguns dados que são sensíveis, que são importantes para o banco de dados, o material é devolvido”.*

PESQUISADOR: Então esses pesquisadores que podem entregar o material para o tomo podem ser de fora da instituição também...

SUJEITO: *“Todo e qualquer lugar. São pesquisadores do Goeldi, são alunos do Goeldi, são pesquisadores de outras instituições, são pesquisadores de empresas que fazem consultoria. Toda e qualquer consultoria que vai coletar o material ictiológico obrigatoriamente tem que depositar em um museu regional. Aqui dentro da Amazônia basicamente o material tem que ser tombado ou no Museu Goeldi ou no INPA, ou no Amapá ou então em algumas outras instituições no Tocantins, Acre... Então ele obrigatoriamente vai ter que tomar em uma instituição. Assim, a gente recebe material de todo mundo, não é uma coleção de pesquisadores do Museu Goeldi. Não. É uma coleção de peixes. Então eu posso até ter interesse em receber peixes asiáticos, africanos, da Polinésia, de qualquer lugar. Todo material é bem-vindo, porque a importância de uma coleção de peixes, de uma coleção zoológica, está relacionado com a diversidade que ela contém, certo? E a distribuição e abrangência biogeográfica dessa coleção, então quanto mais exemplares, da maior quantidade possível, tanto melhor”.*

APÊNDICE G - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção Herpetológica.

Sujeito: Curadora da Coleção Herpetológica

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:27:48 min

PESQUISADOR: Podemos começar demonstrando como é feito o trabalho na coleção.

SUJEITO: *“O material do acervo ele vem de diferentes fontes. De projetos de pesquisa dos pesquisadores, vinculados à coleção, vem de doação, de empreendimentos, de coletas de empreendimentos. Quando o material chega no laboratório ele recebe um tratamento, às vezes o material chega do campo já fixado, pronto para ser catalogado, tem material que chega do campo congelado, por exemplo, ou das doações congeladas, então a gente precisa fixar esse material, preparar esse material. Então, antes desse material entrar na coleção tem que passar por estágios diferentes, dependendo do estado que o material chega. Independente do estado que o material chega ou a condição a que ele chega, todo material precisa estar fixado em formol e conservado em álcool. A coleção que eu curo.. Que eu cuido. Chega esse espécime de cobra, uma sucuri, primeiro o que eu faço... Ela é mantida em álcool, é uma coleção de via úmida que a gente chama, por que ela é mantida em álcool, associado a essa coleção tem partes do material, **que recebe o mesmo número de espécimes, de crânio, de peças, inclusive a coleção de tecidos, a coleção pra amostra genética.** Então o material que chega, ele precisa ser fixado em formol para ser conservado em álcool. **Depois disso ele passa por uma identificação. Ele é observado, comparado com outros, tem uma identificação básica, para chegar no menor nível taxonômico.** Geralmente essas categorias taxonômicas vão acompanhar o material até mesmo para podermos organizá-los na coleção e encontrá-los depois. Às vezes quando é um material de doação que chega assim... Sei lá... Mil exemplares para catalogar, ele já vem com a identificação prévia, isso não significa que todo o material que entre na coleção não passe por um rigoroso processo de identificação. Quando ele é coletado pela gente, pelos pesquisadores do museu, ele já entra na coleção totalmente identificado, e recebe um número, não é por lote. Cada bicho recebe um número. E esse número... **A gente mantém um livro de registro impresso... A mão para catalogação.** Tem algumas coleções que não tem. Eu sou uma curadora meio... Essa coisa de manter os livros de registro é uma segurança, mas toda **nossa coleção está informatizada, ela está numa plataforma que é o specify, que foi uma decisão institucional. Todas as coleções [biológicas] do Museu Goeldi estão numa plataforma, que é o specify.** Então ele é fixado, ele é conservado, ele é identificado, ele é catalogado e ele é digitalizado. No final do processo eu consigo fazer vários relatórios através do specify... De números de indivíduos por espécie, números de enfim... Mapas... Eu consigo gerar uma série de informações referentes aquela coleção. Hoje a gente tem mais ou menos em torno de 100 mil espécimes, não são 100 mil espécies. Espécie é diferente de espécime. Espécime é o indivíduo, é o exemplar. E em torno de cento... Não sei te precisar esse número... Então a minha coleção tem uma característica diferente, a coleção que eu curo. São várias coleções numa só. Eu tenho coleção de jacaré, tenho coleção de tartaruga, de cobra, de lagarto e de sapos. Então são cinco... Cinco tipos de organismos que me exigem vidro diferente, nível de especialista*

diferente. *Eu trabalho com cobras. E eu não sei identificar todos os anfíbios que tem na amazônia. As cobras todas que chegam eu identifico. Então a coleção retrata muito o grau de acurácia do conhecimento, a nível taxonômico mais baixo, ele retrata na verdade o perfil do profissional que trabalhou na instituição. Então daqui uns anos, quando as pessoas olharem a coleção, vão poder traçar um histórico dizendo assim... ah essa pessoa que foi curadora, sem saber quem eu sou, provavelmente ela trabalhava com serpentes. Por que se você olhar, as serpentes estão melhor identificadas, por exemplo, os anfíbios, que eu deixo em nível de 'sp' [espécie]. Eu não detalho o menor nível taxonômico possível. Nem um bicho pode entrar na coleção sem a coisa principal que é a procedência. Toda coleção científica precisa ter um bicho vinculado a um conjunto de informações. Se eu não sei de onde aquele bicho é, ele não tem uma finalidade científica, ele pode ter uma finalidade didática por exemplo. Então, posso ter a cabeça de uma cobra, nem precisa ser uma cobra inteira, mas se ela possuir uma procedência ela é útil pra coleção científica. Então esse conjunto de informações, que são os metadados, são fundamentais, normalmente a gente procura as procedências com latitude e longitude. Na minha equipe que vai pra campo ela traz todas as informações possíveis, local onde foi coletado... A gente tem cadernos de campo, vinculados a esta coleção. Se eu preciso buscar uma informação, eu volto ao caderno de campo. O caderno de campo é uma coisa pessoal de cada pesquisador, ele não é obrigado a deixar o caderno de campo dele pra coleção, mas como a minha equipe vai pra campo sob a minha coordenação, os cadernos de campo da minha equipe ficam a disposição para minha coleção, então no futuro quem quiser olhar, esses dados vão estar lá. Então se você pega os dados no momento que coleta o bicho, tipo dados de temperatura, dados de precipitação, dados do ambiente, isso tudo torna a coleção muito mais valiosa, porque ela tem um conjunto de informações muito maior. São esses conjuntos de informações que têm que estar vinculados ao animal quando ele entra na coleção. A procedência é a informação essencial para a coleção científica. O animal pode nem ter latitude ou longitude, mas se não tiver a procedência, ele não serve pra coleção científica. Uma coisa é eu dizer assim, cascavel do Brasil, outra coisa eu dizer cascavel do bairro em Santarém coletado na rua tal. O primeiro caso ele tem procedência, Brasil. O segundo caso ele tem uma procedência muito mais precisa. Então, dependendo dessa procedência, se é uma espécie muito comum, eu transfiro ela pro material didático, eu não deixo ela como material científico, porque isso limita o meu poder de conhecimento na minha coleção. Então quanto maior a precisão daquela espécie mais me interessa enquanto coleção científica. Por exemplo, eu tenho um aluno que trabalha com sucureti, agora estamos monitorando as sucuretis da região metropolitana de Belém. Quando eu recebo uma cobra, historicamente eu coloco Belém, eu não tenho essa informação onde aparece mais cobra sucureti em Belém, se eu não souber de que bairro aquela cobra veio. Eu tenho município de Belém, né? Vou colocar o município de Altamira. Altamira é o maior do Brasil, com maiores limites do Brasil. Se eu botar Altamira não é muito preciso, então a procedência é o dado fundamental de uma coleção científica. Sem ela não tem como. Se a pessoa falar, olha eu não tenho dado de como ela foi coletada, nem o ambiente, nem a temperatura... Isso tudo não tem problema, isso é o 'plus', isso é o a mais. Então eu organizo a coleção de forma taxonômica. É uma coleção científica baseada na taxonomia, temos uma hierarquia das informações, então temos família, gênero, espécie... Nas categorias taxonômicas. Depois disso ela recebe o número, depois desse*

número é amarrada uma etiqueta nela. Acondicionado num vidro e guardado na coleção, igual numa biblioteca. A coleção é uma grande biblioteca, só que uma biblioteca de bichos. E depois esse material... Esse organismo, ele é registrado no banco de dados. Então o técnico coloca esse conjunto de dados catalogados no specify, que é a plataforma que a gente usa. Com o dado que chega na coleção, só que ele chega muito heterogêneo, depende de quem está trazendo esse material. Se a minha equipe vier com esses dados incompletos, ((FR)) a minha equipe vai levar uma bronca, né? Por que precisa trazer essas informações completas”.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Então tem dois tipos de catalogação no specify e o manual, é isso?

SUJEITO: *“Na verdade dois tipos de catalogação entre aspas, né? Na verdade é um registro só. Ele é feito em dois momentos diferentes. No livro tombo e depois na plataforma”.*

PESQUISADOR: Tem outros campos de informação, além da procedência?

SUJEITO: *“Como te falei, onde foi coletado, quem coletou, ambiente e um campo observação para colocar se o bicho estava morto, se o bicho estava vivo, estava em qual substrato, então tem um conjunto de informações que permite registrar e o campo para observação pra botar aquelas que não estão... categorizadas”.*

PESQUISADOR: E a pesquisa do usuário é feita dentro do banco de dados? Ou no acervo?

SUJEITO: *“Pode ser acessado pelo site do museu e temos um único filtro, lá tem a espécie e o centróide do município... A informação detalhada não está disponível para qualquer um. A pessoa entra em contato e eu mando essa informação. Mas isso varia de cada caso. Curador para curador. Tem curador que deixa tudo lá, liberado. Eu decidi que não. Eu quero ter esses dados mais sensíveis não disponibilizados. Quando foi estabelecida essa política de disponibilização de dados para o usuário, o diretor na época deixou cada curador muito livre nesse sentido. Era para disponibilizar, mas cada curador poderia definir quais as caixinhas que ele queria que tivesse o filtro. Então o meu está... O termo que o usuário pode pesquisar é pelo centróide do município. Se eu tiver um material do sudeste de Altamira, vai estar o centróide de Altamira. Mas isso está especificado. Cada coleção tem que dizer pro usuário saber como ele acessa a informação”.*

PESQUISADOR: E registro fotográfico?

SUJEITO: *“Cabe no programa, mas a gente nunca fez. A gente não implementou. Tem o projeto que é o CBBR e a gente fez o registro de várias das ‘espécies tipo’, todos os ‘tipos’ estão fotografados e se você entrar está disponível lá. Dá para ver a foto dos ‘tipos’. A ideia é que isso seja disponibilizado num momento posterior, mas 100 mil bichos... Difícil. Não tem*

nem condições para guardar tudo isso. Mas se a pessoa pede, na medida do possível, a gente atende”.

PESQUISADOR: E os usuários podem pesquisar também usando essas categorias taxonômicas?

SUJEITO: *“Sim. E por município. Se você colocar serpente no município de Belém, vai retornar todos os indivíduos e espécies que ocorrem na região de Belém. A gente só usa esse, vamos dizer assim: termos, a geografia e o grupo taxonômico”.*

PESQUISADOR: Não tem nenhum outro termo que pode ser usado na pesquisa?

SUJEITO: *“Não”.*

APÊNDICE H - Transcrição do PVI do MPEG/COZOO: Coleção de Aracnídeos

Sujeito: Técnica da Coleção de Aracnídeos

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:42:54 min

PESQUISADOR: Podemos começar? Pode demonstrar o processo de catalogação da sua coleção, como é realizado.

SUJEITO: *“Então esse material antes de ser catalogado, documentado... Deixa claro que isso não é um depósito, sempre. Há necessidade de coletar para se fazer as identificações posteriores e assim os pesquisadores vão elaborando o projeto, identificando. Aí quando eles saem para coletar, eles têm a carta de aceite do curador, né? Essa é a primeira coisa, e esse projeto tem que estar liberado, já que ele vai coletar ele precisa de uma licença do IBAMA, ou da SEMAS, de um órgão de licenciamento e fiscalização, aí essa licença tem que ter coleta, captura e transporte, ou seja, tem regras pra se seguir para chegar até aqui. Depois que ele chega, esse material que ele foi coletado tem os métodos de coleta, que pode ser busca ativa, pode ser ‘pitfall’, pode ser guarda chuva entomológico, nessa hora não se coleta só o que a gente tá pensando, vem outros grupos juntos, e depois de triado eles são mandados para as outras coleções, tá? Aí depois que o pesquisador coleta... ele vem naquele bolo, aí ele chega aqui e ele vai receber um código de campo, que geralmente a gente tenta colocar vinculado a área que se está trabalhando ou um projeto, né? Ou é vinculado aquele coletor, tá? E aí eu coloco então, número de campo, com a sigla, sempre uma sigla e o número e aí vai estar vinculado a data de coleta, a localidade. A localidade no seu máximo de informação possível... O tipo de solo, o tipo de floresta, se era borda de floresta, se era capoeira o máximo... Próximo a igarapé, próximo a rio, próximo a praia, que tudo isso depois pode entrar para fazer análise ecológica, então a gente entra na outra coisa, não é só na identificação de espécies, mas também na parte ecológica. Que mais... Aí o coletor, data de coleta, aí eu vou te mostrar isso no Specify, que tudo que eles eles montam, depois vai ser montado uma planilha, então vai para o caderno de campo e depois é montado uma planilha, aí eles identificam no momento da triagem, eles vão... Começam a separar qual é o grupo e depois tentar fechar... Assim... Vai fechando até eu chegar na melhor identificação, que pode ser a espécie, que é o objetivo é chegar ao nível de espécie, mas nem sempre isso acontece. Porque tem grupos que são difíceis de identificar e às vezes precisa, na maioria das vezes precisa de um especialista naquilo, então então se chegar no nível de espécie, perfeito. Se não a nível de gênero, se não a nível de família. Ou se não a nível ((FR)) de classe, tá... O caderno de campo ele fica guardado para posterior... Ah olha não achei tal coisa! Procura no caderno de campo, pra ver se não tá confuso, entendeu? Tipo esse aqui. Os pontos. Qual é o local? O ponto da área, se era uma área aberta, se era uma área fechada, se é área de floresta, se é uma capoeira, tá? Aí a data e as coordenadas e aí eles vão desenhando pra mostrar mais ou menos se era borda de floresta, se tinha rio próximo, os transectos, porque simplesmente... Ah chegou aqui eu vou coletar! Não, eu tenho a delimitação da área, depois dessa área eu vou dividir em parcelas, depois dessa parcela eu divido em transectos pra fazer a trilha, senão vou me perder ali, entendeu? Depois disso, eu pergunto qual é o tipo de*

coleta? armadilha de Berlese, é um tipo de método de coleta... *Aí eu vou te mostrar uma listagem que a gente tem de métodos de coleta, tá? E aí ele vai colocando quem é? Toque 101... Nesse caso aqui olha a sigla que eu te falei que é para tá vinculado ao tipo de Parque Estadual do Cantão que tá vinculado alguma coisa lá no Tocantins, tá? Isso é legal porque eu sempre falo, enquanto aluno tá aqui ou aquele coletor tá aqui é ótimo a gente resgatar a informação, mas as pessoas vão embora, né? Elas vão trabalhar em outro canto, elas vão fazer outras coisas, e isso daí depois se não tiver essas informações, assim... O mais arranjadas possível, depois a gente pode ter um grande problema de falta de informação para tombamento daquele material. Olha... E aí os coletores, como eu te falei, tá bom? *Aí depois que chegarem aqui no laboratório, eles vão triar. Ah olha esse é o toque 101! Ou seja, então foi aquele mesmo método, naquela data, aquela localidade, aquele método de coleta. E aí aqui, os artrópodes eles são tombados por lotes, ou seja, não é cada bicho, cada indivíduo lá, ele não é tombado com um número, mas aquele grupo todo ali daquela mesma espécie ou daquela mesma família até então, se eu não conseguir identificar o máximo possível, ele leva um número, que é o número de tombo, entendeu? Todos são por lote, até tu chegar em ave, se chegar em mamífero não é lote, é indivíduo. Entendeu? Então tem essas diferenças. Outra coisa também, a nossa coleção aqui ela é meio líquido, tá? Algumas coleções, como se você pegar aves e pegar mamíferos, você pode achar meio líquido, mas a maioria é chamada de via seca, que é feita a pele, tá? Então tem essas diferenças. Tudo aqui no caso eles são armazenados em álcool 80% e se tu chegar lá na ictio, lá na herpeto é álcool 70%. Então tem essa diferença pros grupos, tá? Que mais... *Aí sim depois o aluno chega aqui ele vai para lupa pra fazer identificação, olhando a aranha, no caso, precisa olhar cada estrutura, lá ele vai me dizer se ele conseguir identificar aqueles... espécimes a nível de espécie, perfeito. E aí me diz quantos machos e quantas fêmeas e quantos jovens. Os jovens não conseguem dizer se é macho ou fêmea, porque ainda não tem maturidade sexual. Quando consegue chegar macho e fêmea já são indivíduos adultos, tá? Mas ele vai me dar primeiro número total de exemplares e depois ele me diz quantos machos, quantos adultos e quantos juvenis. *Aí ele monta essa planilha, ele identifica o máximo que ele pode, aí ele manda para mim. Quando ele manda para mim, aí ele já tá separado lá, ele já fez toda a triagem, ele faz um processo de triagem e aí depois que ele diz quantos exemplares tem, aí eu vou dizer vou te passar os números de tombo, só depois de confirmado que eu vou passar o número de tombo. Por que eu aprendi dentro da museologia pra gente tomar cuidado para não ter o que a gente chama de... Como é agora, me fugiu o nome... Pra não ficar números soltos que tem um nomezinho para isso. Muito cuidado com duplicações! Eu sempre digo que o número de tombo é igual o CPF, ((FR)) ele não pode ser duplicado em hipótese nenhuma! Pode ocorrer? A gente não é livre de erros, mas a gente tem que tentar minimizar esses erros, assim o máximo, o máximo, porque às vezes a gente só descobre as coisas depois de muito tempo e aí tu tentar resgatar informação muito antiga é muito mais complicado. E tentar consertar a informação é pior ainda! Ainda e o medo de ter saído numa publicação, né? Por que isso daí aí... Muda tudo depois... A gente tem que reorganizar tudo (...). São esses cuidados que a gente tem que ter, primeiro eu confirmo, pra depois dar o número de tombo, pra poder levar pra coleção. Para entrar na coleção as coisas tem que estar tombadas. Que é pra depois elas não se perderem ou cair no esquecimento, né? Agora vou te mostrar a planilha. É... Assim, eu tento fazer o mais organizado possível, por que eu sempre penso que se eu não tiver... Alguém pode****

resolver. Isso não é meu. Isso não é de alguém. Isso é pra todo mundo, sempre pensei assim, né? Que não existe posse nisso, então e se eu não tiver? Vocês conseguem resolver, eu vou dando o bê-a-bá. E assim, tudo que eu vou fazendo eu passo para os alunos e passo pro curador, que é para todo mundo tá a par das coisas (...). Aí sim, olha como te falei, ácaro, aranha, quilópodes, crustáceo, diplópodes, que são todos aqueles outros grupos que... No caso aqui o curador tem o Cleverson e o Bonaldo. No caso, o Cleverson de crustáceos e alguns outros grupos e o Bonaldo dos artrópodes”.

PESQUISADOR: Mas você faz dos dois? A documentação?

SUJEITO: *“Eu termino fazendo. O Cleverson tem alguns alunos que ajudam ele e ((FR)) é muito grande a dele também e... Eu termino ficando com o Alexandre. Mas se o Cleverson precisar de alguma coisa, aí eu vou lá e faço. Mas o meu é o mínimo lá no Cleverson por que ele tem outros alunos e a coleção dele como é uma das mais recentes mesmo, como ele que foi começando, as coisas são muito mais organizadas são mais... Porque muita gente não mexeu. Aqui no caso muita gente já passou e o Alexandre não tinha técnico, e aí ficava naquela coisa, tem gente que acha que pode fazer aquilo, tem gente que acha que pode fazer desse jeito. Mas o outro vai saber fazer? Que a minha grande preocupação, tá? Que eu acho que é esse é o certo, né? Pra quem trabalha com documentação. Como é que eu vou descobrir o nome de uma planilha que tu deste aleatória? Entendeu? Até se alguém me pedir para consultar informações da coleção, eu ponho que é uma consulta, eu ponho qual é o grupo que ele quer, ponho a pessoa e ponho a data, ou seja, a gente cria também o histórico sobre aquilo, né? Aí olha só, aranha... Aí eu vou separando, quando eu migro pra esse programa, que fica mais organizado. Quando eles me mandam... Vou te mostrar primeiro. Olha só deixa eu te mostrar... Planilhas em processo de importação. Daí eu sei o que tu me mandou. Porque se der erro e eu ficar meu Deus... que aconteceu? Por que pode acontecer. Por que o Excel é a base pra tudo, mas ele pode também acabar com teu trabalho. Às vezes a gente puxa uma coisa e acha que tá certo e ele começa a duplicar, ele começa a enumerar, né? Aí os pesquisadores já mandam em Excel. Sempre. Por que é o básico para inserir informação em qualquer outro tipo de programa. Aí olha só, por exemplo, se eu pegar... Essa daqui, que foi uma coleta de aranhas feita em 2018 e 2019, tá? Aí eles me mandam. Olha. O número de tomo não tem, por que eu que vou dar depois... Aí eu seleciono os termos... Vem, reino, filo, classe, ordem, família, aqui eles pedem autor da família, às vezes subfamília, gênero, autor do gênero, espécie, autor da espécie, morfoespécie quando ele não... Ele não confirma a identificação específica, mas ele pode, vamos dizer assim... Olha isso é uma espécie diferente. Ou então preciso confirmar. Isso é a espécie x, entendeu? E aí é colocado aqui. Aí localidade, né? Então a localidade é sempre o máximo... É o final da tua informação. Por exemplo, nesse caso aqui foi na mata da Marinha e lá no Segundo Batalhão de Operações ribeirinhas da Mata da Marinha. Aí ‘lat’ e ‘long’, tá? No município, estado, país, continente. Quem são os coletores? Todos os cantores 1, 2, 3, 4, 5, no caso a gente tem. Data da coleta, que é o início da data. Quando começou? Por que às vezes eles não fazem o dia da data, mas é no período de tanto a tanto. Por exemplo, aqui no caso foi de 3 a 7, tá? Quem determina essa espécie? Qual era o ambiente dele? No caso uma floresta. Qual foi o método? ‘Pitfall’, guarda-chuva entomológico, tá? O código de campo. Número de machos, como eu te falei,*

número de fêmeas, número juvenis e o número total. Depois de um tempo a gente vai saber o estado tipo, que a gente chama aqui, se é um holótipo, se é um parátipo, se é um... Alótipo. Por que é isso que uma espécie é baseada num determinado exemplar. Se eu digo que esse exemplar é uma espécie nova, todos os outros que eu identificar é com base nele, então ele é chamado de holótipo. Esse eu determinei como holótipo. Tem aquele outro que é o parátipo, que foram espécies coletadas na mesma época... pode ser o mesmo lote. Ai eles são chamados de parátipos. Isso tu vai ver em qualquer grupo zoológico, eu acho que também na botânica é feito isso, tá? Como é o tipo de preparação? Se é um álcool... E algumas outras observações. E aí também vai à data do tombamento e quem está tombando esse material. Tudo isso baseado na Taxonomia. Ai ele chega para mim, desse jeito, tá? Ai eu vou lá e crio uma nova planilha. Por que eu crio uma nova planilha. Por que se der algum problema eu tenho como resgatar e sei qual é o original. **Ai eu vou fazer o processo de migração desses dados pro banco de dados, que no nosso caso é o Specify, certo?** Como se fosse um backup. Só que ela é toda organizada. Por que o que é legal do Specify é que no momento que eu ponho isso daqui... Essa primeira linha, quando ela migrada pro Specify, ela se conecta, ela entende que tudo que é mandado naquela coluna já vai pra esses campos aqui. Aqui nesse caso eu joguei a família corinnidae da ordem aranha. Ela vai me dar tudo que tem tombado, tudo o que foi inserido no banco de dados de corinnidae. E aí vamos lá eu jogo esse daqui. Clico em cima dele. Deixa ele pensar ((R)). Ai olha aqui. Se eu quiser mexer em alguma coisa eu vou em editar, aí olha o número de tombo, aqui, esse aqui ela que me mandou e esse aqui é o que eu vou migrar, tá vendo? Ai o número de tombo, aqui é colocado MPEG ponto e essas abreviações que no caso é da coleção de aranha. Como eu te falei aqui a gente tem várias coleções de ácaro, de aranha, de escorpiões, a gente tem só a sigla para depois a gente não fazer confusões, tá? Ai as informações que eles me deram, o máximo, né? Códigos de campo, número de exemplares, preparação, aí eu já faço o rótulo, então é o que vai para dentro lá da coleção, o tombamento, a data, e quem tá tombando. Isso já é o processo de catalogação desse exemplar. No caso aqui tem exemplares, tem lotes com 18 exemplares, ou seja, se tem 18 exemplares são todos da mesma espécie. O lote recebe uma ficha dessa. Olha tem lotes com 2,3,18 nesse caso. **Terminou isso aqui aí eu faço processo de migração para Specify, que é o banco de dados que a gente utiliza na coleção.** Ai tudo que tem lá, a partir desse cabeçalho aqui, tá vendo? Ele se conecta com Specify e se conecta com cada lugarzinho, isso é legal. Ai o número de tombo, o legal que aqui ele não aceita duplicação. Isso é ótimo! Ele me mostra lá erro e aí ele vai dar uma faixa vermelha dizendo olha aqui tá teu erro e aí se for o número de tombo eu tenho que olhar opa o que que tem? Uma duplicata? Então deixa eu consertar, porque como eu te falei, a gente tem todo um cuidado para não ter erro, mas ele pode acontecer, outra coisa às vezes se tiver uma vírgula em vez de um ponto, ele também não aceita, dois espaços ele também não aceita, entendeu? Então tudo isso para ter as informações mais confiáveis possíveis, tá? **Olha, insere quem tombou, a data do tombamento, o táxon, tudo separadinho, determinação e informação de coleta, os atributos do tempo da coleta, que aqui no caso é a data, a área, a parcela, um método de coleta, localidade, data de início e de fim, quem foi que determinou, quem foi que... Qual é a determinação, a data que ele determinou, entendeu? Quem coletou, data de coleta, toda a localidade com 'lat' e 'long', com aquelas informações mais básicas de coleta, tipo assim, no ramal do ramal à esquerda, 150 m da fazenda. Do rio alguma coisa... Do igarapé.**

Então isso daí a gente vai fechando o máximo possível esse tipo de informação da localidade. Não simplesmente o município. Por que às vezes você vai olhar, principalmente coisas muito antigas, que não tinha 'lat' e 'long' principalmente, tem bichos muito antigos que tá assim Brasil. Então meu Deus e agora? Da onde realmente esse bicho é? E aí e aí foi ficando, porque também é histórico, né? A procedência é o principal pra ti determinar algumas informações, porque em algumas localidades eu tenho certeza absoluta que ocorre uma espécie, não ocorre outra, entendeu? Que rio é barreira geográfica, entendeu? Para algumas espécies. De um lado de um rio pode ser uma espécie do outro lado do rio pode ser outra espécie. Então uma espécie que pode só ocorrer desse lado aqui e não ter vestígio nenhum dela do outro lado ali. Isso é muito legal. Aí tem os coletores, o tipo de preparação, nesse caso aqui se ele tá emprestado ou não o tipo, quantos exemplares, se ele tá preparado em álcool, aí número de macho, número de juvenis, aqui o rótulo... Já vai todo direitinho para coleção. E aqui as observações, que eu acho legal colocar... Colocar tipo quando ele foi emprestado? Quantos foram emprestados? Quando ele foi devolvido? Ele foi emprestado para qual instituição, no nome de quem, com a responsabilidade de quem? Por que isso tudo cria um histórico daquele lote, né? E depois a época que ele foi devolvido, se ele foi devolvido ainda sendo da mesma espécie ou essa pessoa que era especialista re-identificou. Aí é colocado o número de identificação e a data da identificação e que identificou, né? Aí alguns exemplares que precisam ser... Tem pessoas que precisam tá fazendo a revisão de um determinado grupo e pede bicho emprestado, a gente manda, aí eu coloco aqui dizendo que ele foi emprestado, que a gente chama de 'invoice'. Que são as guias de empréstimo a outras coleções. Aí ela vai receber um número com a data dizendo para quem está sendo emprestado. Aqui as guias, olha... Como eu te falei, eu Izaura, penso sempre assim, fechar as informações, pra depois não ficar um monte de bagunça. Então, bora por ano! Fica mais fácil! Essa daqui, assinatura do Alexandre, para quem vai, como eu te falei, qual é o número da guia, a data, quem tá mandando, aos cuidados de quem. Por que eu ponho os cuidados de quem? Que é para saber que esse pesquisador aqui ele está pedindo para esse aluno que está fazendo mestrado ou doutorado. Quem são? Qual é o grupo? Pra que que ele tá pedindo, se é... Pode ser uma doação, pode ser empréstimo, pode ser uma devolução, pode ser uma permuta, pode ser uma transferência. Aí eu ponho a informação aqui e o número de tomo deles. Assim, eu... ((FR)) Gosto das coisas bem organizadas. ((RM)) Eu não consigo jogar isso daqui, isso daqui... Não, eu faço até em ordem numérica, para quê? Facilita pra mim, né? Que depois vou conferir e facilita depois para quem está recebendo esse material. Imagina isso daqui? Eram 225 lotes. Imagina eu jogar números aleatórios, eu sempre penso que eu posso simplificar até a vida do outro, né? Eu não tenho porque mandar mais trabalho, não, então eu prefiro ser organizada para facilitar minha vida e facilitar a vida do outro também, né? Aí olha tudo direitinho na ordem, porque eu digito tudinho, depois que eu imprimo, eu vou lá conferir para ver se tá tudo certinho pra poder guardar pra poder mandar. São três guias impressas, no caso, quando é para esse tipo de 'invoice'. Uma para o meu controle e duas onde fica o pesquisador e a outra devolvida pra dizer assim, eu recebi tá tudo okay. E às vezes pode dizer, olha nesse lote só veio tantos, em vez de três, vieram dois, entendeu? Olha nesse lote você digitou duas vezes, porque acontece. Imagina 225 lotes, de número que não é pequenininho, não é? Aí MPEG 2178321, MPEG 217917. Aí elas vêm pra cá, ela é impressa, Alexandre assina. Aí eu vou e organizo nas pastas ((R)). Assim, foram

*muitas coisas que eu fui olhando e vamos simplificar pra ficar o máximo de informação possível para que eu possa organizar minha vida e facilitar a vida de qualquer outro que precise no momento que eu não esteja aqui, que eu sempre penso nisso, né? A gente é passível de um monte de coisa. Aí olha... Vou tentando organizar, aí olha, quando eu te falei quem que vai descrever uma espécie nova e ele precisa desses números que é para poder fazer a publicação, aí eles me pedem, aí eu digo me peça por email, porque aí eu faço uma documentação e depois vai pra pasta, porque às vezes no final do ano... a quantos quantos holótipos e quantos parátipos entraram na coleção no ano tal? Aí eu consigo ter controle. Então eu sempre penso em ter informação para posterior, né? E aí vai tudo para cá. **Eu consigo inserir também algumas palavras-chave, por exemplo dentro de aranha, aí Izaura preciso pensar em como meu usuário vai encontrar tudo que foi tombado na coleção de aranhas.** Ou tudo que foi tombado em 2018, depois dessa data. Aqui só tem que fazer certinho, porque se eu deixar um ponto ele não aceita, o Specify tem umas regras. Às vezes é só ponto, é uma vírgula, é uma barra, ele não aceita de outra forma. Então tudo que foi tombado depois de 2018, aí ele vai me dar, porque eu estou refinando a minha busca e isso aonde usar o Specify vai ser a mesma coisa. Se tu for lá em mamífero, ave, peixe, herpeto, é o mesmo sistema. Mas eu posso pesquisar pelo ano, pelo coletor, pela data da coleta, pelo número de campo, só por família, só por gênero, só por espécie. E aí tudo é eu que digo o que que eu quero dentro daquela minha busca. Aí olha só a gente teve uma inserção de 2018 para cá 20.000. Então teve uma coisa bem legal. Olha isso daqui tanto foi inserido dados, quanto foram re-identificados esses dados. Por que ainda tem isso aqui dentro do Specify, você consegue dizer tudo que foi modificado de 2018 para cá, exemplo, então foram mexidos em 20 mil lotes, aqui dentro do banco de dados. Ou foi mudado de data, ou foi corrigido alguma coisa, ou eles foram conferidos, tá? E aí, no meu caso, eu saí buscando o quê nessa busca? Através da data ele me deu o número de tombo, aí o número do coletor, aí é tudo que eu quero dentro da minha informação, entendeu? Eu posso ter mais informações? Posso. Eu posso ter menos? Também. Entendeu? Tudo depende do que eu quero, porque **o Specify que é o programa que a gente utiliza**, olha se eu dissesse que em vez de maior do que 2018, tudo que fosse no dia primeiro, do 01/01/2018 eu não teria nenhum tombamento. Então que que foi inserido no primeiro dia? No dia 1 do mês 1, de 2018? Não teve nada, nesse dia não teve nada. Mas depois desse ano? Ele vai me dar tudo o que foi. **Depois coloco na estante, organizado pelos grupos que foram determinados.***

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: Existe uma forma de colocar alguns descritores para encontrar esse material? Algum campo...

SUJEITO: “Sim, sim... Em cima de uma busca do número de campo, em cima de uma data, aí ele vai me dar todos os táxons, todos os números de tombo relacionados aquela pesquisa que eu acabei de fazer. Se eu utilizar a família vai ter datas diferentes, vai ter coletores diferentes. Se foi dessa data, tudo que eu quero, tudo que foi tombado no dia tal, aí ele vai me dar, pode ser datas de coleta diferente, espécies diferentes, mas tudo que eu inseri no banco de dados naquele dia ele vai me dar, entendeu? Aí no momento que eu quero as informações

*eu tenho que saber o que eu quero nessa busca. Por exemplo, posso colocar por classe, ordem, família, gênero, espécie, número de exemplares, data de coleta, coletor, quem determinou esse grupo, as informações de localidade, a máxima que eu tive, entendeu? Que mais... Método de coleta diferente... Olha só método. Tudo que foi coletado de 'pitfall', ok. Tem alguma coisa aqui que ele não tá aceitando... ((FR)) Você tem uma relação de amor e ódio com o Specify. Tem alguma coisa que não está batendo, mas ele me daria. Mas olha manual... Tem alguma coisa que tá ele tá travando. Mas olha tudo que a gente tem de coleta manual, no caso não é só isso, entendeu? **A gente usa a linguagem da taxonomia para determinar esses nomes que colocamos aqui dentro do sistema.** E essa mesma pesquisa pelo site do museu, só não sei como é que entra lá nele, mas muita gente quando entra, quando precisa, antes de mandar algum e-mail pedindo, já tem uma base lá pelo site do museu e depois eles entram em contato com o Alexandre. E o Alexandre diz assim, olha Isaura, aluno tal que tá trabalhando com isso ele quer saber tudo que tem dessa família, ou dessa ordem, então se ele quer uma coisa maior. Mas ele usa os mesmos termos para pesquisar. Que geralmente são as informações mais necessárias para um trabalho da nossa área. Que são os grupos taxonômicos, quem coletou, se tem macho, se tem fêmea e a localidade, geralmente é isso que eles buscam. Aí ele de repente pode me dizer assim, poxa Izaura, mas você não pode ver quem tombou? Então tá, vou já procurar. Mas aí já é uma pesquisa mais aprofundada. Mas o básico é essas informações que são necessárias e que podem ser acessadas por todo mundo no sistema, pelos termos. Em cima disso eles podem ver, ah acho que vou precisar ir aí... Ou então, você me empresta? Quando é muita coisa, o aluno termina vindo, ou o pesquisador termina vindo, ele olha tudo que a gente tem. Geralmente vem num determinado tempo, né? Aí olha tudo que ele consegue. Aí ele me diz, olha não vou conseguir olhar tudo, pode me emprestar? Aí esse aval de dizer empresta ou não empresta fica com o curador, entendeu? Depois que o curador diz assim, sim, aí vem pra mim, aí eu faço toda documentação, depois eu levo de novo para ele, entendeu? Aí assina e aí é despachado via malote, pela secretaria, e é mandado para instituição, entendeu? Sempre vinculado de instituição para instituição. Com aquelas regras pra mandar material biológico”.*

APÊNDICE I - Transcrição do PVI do MPEG/COCH: Coleção de Línguas Indígenas

Sujeito: Curadora da Coleção de Línguas Indígenas

Atividade: Catalogação

Duração da gravação: 0:16:54 min

PESQUISADOR: Como é feita a catalogação dessa coleção, você poderia demonstrar como é feito esse processo no seu dia-a-dia?

SUJEITO: *“A coleção de linguística trabalha com foco nas línguas indígenas. Nós temos um acervo que tem registro em áudio, vídeo e também imagens das línguas dos povos originários, especialmente da Amazônia. Então nossa coleção é em geral no **formato digital**, o objeto da coleção é a língua. Assim, expressões de uso da língua. Nós temos registros sobre as línguas em uso pelas comunidades falantes, é esse é o conteúdo da nossa coleção de linguística. Nós temos um acervo composto hoje... **Temos mais de 80 línguas representadas no acervo.** O acervo é todo organizado nos **padrões atuais de catalogação e arquivamento de conteúdo linguístico digital** desse tipo de material linguístico, porque o nosso... Diferente de outras coleções o nosso acervo é todo digital. **Temos cópia de toda a coleção.** Ela começou a ser formada na década de 1980, mas tem material coletado por pesquisadores anteriores a isso que depositaram aqui no acervo. Essa é a composição, registro de línguas dos povos originários da Amazônia e em termos do registro da língua em uso. Assim, o processo quando o material chega... Você sabe o trabalho de curadoria do material... Então como o material é digital. Hoje ele já chega em formato digital, anteriormente a gente gravava fitas cassete, em CDs, etc. Hoje o material já chega em formato digital, como esse em **formato de áudio digital.** O nosso acervo é organizado por língua e dentro de cada língua você tem seções gerais, então temos tópicos, assuntos. **Identificamos e selecionamos os que melhor se encaixam, como classe gramatical, lexical, histórias tradicionais, atividades cotidianas e assim por diante.** Então o material é organizado, ele é copiado, organizado por categoria, dessas grandes categorias. Identificado. Cada arquivo eu identifico com data, pesquisador, os participantes daquele ato de fala e o conteúdo minimamente. Depois temos a **criação de metadados** com informações sobre o material contido em cada arquivo para catalogação. **Os metadados têm todas as informações sobre o material, desde a data, de quando foi gravado, do conteúdo de quem participou da gravação, qual a língua, qual região falada, todas as informações fazem parte dos metadados, informação sobre o objeto.** Que no nosso caso é digital. **Nós separamos esses objetos digitais por meio do vocabulário.** Não existe uma descrição para cada coisa específica. Nós não colocamos palavras-chave, mas organizamos os assuntos, porque nós temos mais de 80 línguas com dezenas e às vezes centenas de arquivos para cada língua. **Então nós não temos uma lista com cada assunto contido em cada arquivo.** Pode fazer uma busca pelos temas, por grandes tópicos, mas não por uma palavra específica. Isso que quero dizer. Então, os arquivos são agrupados por seções, eu faço uma seção pra gravação que, por exemplo esse aqui que foi para coletar nomes de animais, eu crio uma seção com esse tópico geral, então as informações são colocadas em fichas de metadados, feito digitalmente em programas de edição de curadoria de acervo e depois é organizado dentro de cada grande*

categoria. Esses metadados são de acordo com a temática de cada material digital. Cada gravação por exemplo em um único dia a gente pode fazer gravação de vários tópicos diferentes, pode fazer uma história tradicional e aí isso vai compor uma seção dentro da categoria de texto tradicionais, pode gravar como esse uma coleta de nomes de animais e aí você vai compor uma seção dentro de lexical. Então o conteúdo de cada gravação é que vai determinar a organização dentro das grandes categorias previstas no acervo”.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

PESQUISADOR: E vocês têm algum tipo de vocabulário controlado dentro do acervo?

SUJEITO: *“Já foi feito um trabalho anteriormente, alguns anos atrás, justamente de organização dos conteúdos do acervo. Então **foi feito um vocabulário pensado nos grandes tópicos que são investigados na coleção**. Podemos ter em textos tradicionais uma categoria que abrange as chamadas histórias mitológicas. Você pode ter informação sobre vários tópicos, pode ter uma narrativa sobre a origem dos astros, ou sobre a criação do mundo, mas tudo vai entrar dentro da categoria de textos tradicionais. Então **foi feito um estudo em todo o conteúdo** do nosso acervo na época de tudo que continha para definir quais eram as categorias, os tópicos recorrentes e organizar isso dentro de uma estrutura de um vocabulário controlado, que formam uma espécie de dicionário, mais ou menos. Então você pode buscar dentro do vocabulário controlado... Cada gravação vai caber dentro de uma dessas definições feitas anteriormente. Elas não são criadas aleatoriamente a cada vez que chega uma gravação. O conteúdo é identificado e aí é classificado dentro da organização do acervo já previsto”.*

PESQUISADOR: É feita transcrição desse material?

SUJEITO: *“A transcrição varia muito, depende de cada língua, de cada grupo de pesquisa. No nosso vocabulário nós chamamos de notação do material, do nosso acervo nem tudo está notado, transcrito, alguma parte do acervo sim, mas eu não consigo te dizer objetivamente qual porcentagem está transcrita. Isso varia muito do foco de cada projeto, se está trabalhando com o estudo da língua mais detalhada”.*

PESQUISADOR: Vocês têm alguma base de dados para inserir material?

SUJEITO: *“Sim, é mais que uma base de dados na verdade, ele foi construído em uma base prevista para a organização de acervos de línguas. Então o nosso acervo hoje ele tá todo organizado dentro de uma base de dados que se chama **LAT, Language Archive Technology**, em fichas com metadados no formato ‘IMDI’ [ISLE Meta Data Initiative] e essa organização agora infelizmente parou de ser utilizada. Como tudo no nosso mundo atual, ficou obsoleto, não tem mais manutenção e nós vamos migrar agora para um novo formato possivelmente no ‘**The Space**’. É uma nova linguagem digamos de base de dados... E como eu te falei tem várias informações que compõem os metadados, assim como tem em objetos físicos, tem a descrição da peça, da composição, do coletor, o nosso também”.*

PESQUISADOR: Quanto essa coleta? É feita somente com os pesquisadores aí do Goeldi?

SUJEITO: *“Assim, grande parte é feita pelas próprias pesquisas aqui do Goeldi, mas aceitamos de outros colegas. É feita a curadoria do material que a gente recebe tanto resultados da nossa pesquisa quanto de outras instituições, colegas, que podem vir por doações. A gente faz a identificação desse material, a organização por categorias, a identificação de metadados”.*

PESQUISADOR: Então para determinar os temas vocês utilizam tanto esse vocabulário controlado quanto vocês precisam, por exemplo, escutar a gravação e a partir disso vocês vão selecionando que onde se encaixa aquele material... é isso?

SUJEITO: *“Na verdade, quando a gente recebe o material esperamos que ele contenha a informação mínima sobre o conteúdo. Utilizamos como fonte as informações dadas por quem deposita o material no acervo. Não vamos precisar escutar todos os arquivos para identificar o material que está lá. Então utiliza-se vocabulário que já existe dentro da instituição para identificar os temas”.*

ANEXO

ANEXO A - Instruções aos sujeitos sobre a técnica do “pensar alto” ou protocolo verbal adaptadas de Nardi (1993).

INSTRUÇÕES AO SUJEITO

O que vamos fazer agora é uma atividade de familiarização com a técnica de coleta de dados que será usada em nossa pesquisa.

Tudo que você precisa fazer é realizar o processo de documentação do objeto da mesma maneira que você costuma fazer no cotidiano, de forma natural.

Durante esse processo você precisa “pensar alto”. Tente imaginar você sozinho no recinto realizando o processo de documentação do objeto museológico. Em situações como essa, já não lhe ocorreu começar a falar espontaneamente em voz alta, exteriorizando seus raciocínios, seus mecanismos mentais para conseguir compreender? Neste processo, o indivíduo “pensa em voz alta” verbalizando espontânea e quase inconscientemente seus pensamentos, questionamentos.

Agora, a tarefa que você vai realizar é a documentação do objeto museológico pertencente ao seu acervo e, por favor, lembre-se de “pensar alto” durante todo o processo.

Você provavelmente encontrará momentos que poderão lhe obrigar a uma “paradinha” para pensar um pouco mais sobre alguma característica do objeto. Lembre-se de exteriorizar tudo que passa pela sua cabeça.

Se em algum momento do processo, você achar difícil falar e pensar simultaneamente, você poderá fornecer uma explicação de como você buscou solucionar determinado problema.

Na medida do possível, tente fazer esforços para “pensar alto” durante o seu processo de documentação. É um processo único em que falar é pensar.

Tente esquecer a presença do pesquisador. Ele estará presente apenas para lembrar-lhe que é preciso “pensar alto” o tempo todo. Tente agir tão naturalmente quanto possível, como se você estivesse só.

Atente apenas para a tarefa que você deve realizar.

ANEXO B - Notações específicas para transcrições: adaptadas de Cavalcanti (1989)

Para a transcrição dos protocolos aplicados com objetos museológicos foi preciso realizar uma adaptação das notações específicas de Cavalcanti (1989), por se tratarem de suportes diferentes.

Notações adaptadas de Cavalcanti (1989)

...	Para sinalizar pausas.
/:	Auto interrupção de um pensamento.
((FR))	Fala e ri ao mesmo tempo.
((RM))	Fala e resmungo (em tom de ironia).
((RI))	Ri.
'...'	Palavra ou expressão comentada pelo sujeito.
<i>Itálico</i>	Fala do sujeito.
[]	Inclusão do autor nas transcrições.
(...)	Omissão de trecho não relevante na transcrição.
NEGRITO	Trechos que melhor expressam as categorias analisadas.
<u>SUBLINHADO</u>	Ênfase dada pelo sujeito.